

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
UNIVERSITÁRIA**

Cristina Missao Borille Kuba

**AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO: RECOMENDAÇÕES DE
ALTERNATIVAS A PARTIR DE UMA ABORDAGEM
RACIONALISTA**

Florianópolis
2018

Cristina Missao Borille Kuba

**AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO: RECOMENDAÇÕES DE
ALTERNATIVAS A PARTIR DE UMA ABORDAGEM
RACIONALISTA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-
Graduação em Administração Universitária
da Universidade Federal de Santa Catarina
para a obtenção do grau de Mestre.
Orientador: Prof. Dr. Raphael Schlickmann

Florianópolis – SC
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária
da UFSC.

Borille Kuba, Cristina Missao

Avaliação da extensão: recomendações de alternativas a partir de uma abordagem racionalista / Cristina Missao Borille Kuba ; orientador, Raphael Schlickmann, 2018.
203 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

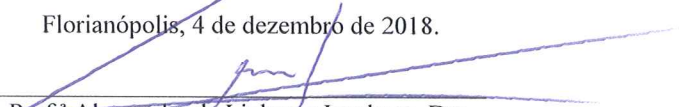
1. Administração Universitária. 2. extensão. 3. avaliação da extensão. 4. análise de políticas públicas. 5. gestão da extensão . I. Schlickmann, Raphael . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária. III. Título.

Cristina Missao Borille Kuba

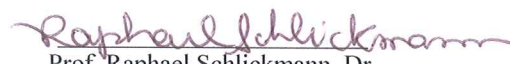
**AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO: RECOMENDAÇÕES DE
ALTERNATIVAS A PARTIR DE UMA ABORDAGEM
RACIONALISTA**


Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de “Mestre em Administração Universitária” e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina.

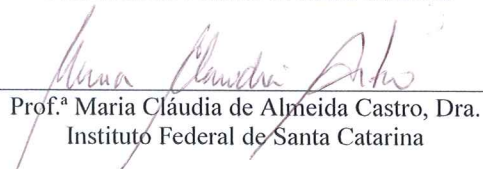
Florianópolis, 4 de dezembro de 2018.


Prof.^a Alessandra de Linhares Jacobsen, Dra.
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:


Prof. Raphael Schlickmann, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina


Prof.^a Andressa Sasaki Vasques Pacheco, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina


Prof.^a Maria Cláudia de Almeida Castro, Dra.
Instituto Federal de Santa Catarina

Este trabalho é dedicado aos meus
pequenos amados Davi, Mayana,
Natalia e Artur.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente à vida por ter me proporcionado iniciativa e garra para acreditar ser capaz de me tornar mestre.

Minha gratidão aos meus pais (*in memorian*) pela vida que me deram. À minha mãe amada, que me incentivou a estudar desde criança, a encontrar um caminho diferente do dela por meio do estudo.

Ao meu querido irmão Dinho (*in memorian*) por ter me concedido a graça de ser sua irmã por um período curto da vida, mas de enorme ensinamento sobre a fragilidade que a vida tem e sobre a importância de amar incondicionalmente.

Minha gratidão ao meu irmão Cristian, meu exemplo de disciplina e garra na conquista de uma boa carreira profissional. Gratidão à família que construiu e que passou a ser minha também, junto da minha cunhada Rita e do meu amor, Davi.

Gratidão às minhas afilhadas Mayana e Natalia por serem bênçãos na minha vida e por me fazerem querer ser sempre uma pessoa melhor.

Minha gratidão eterna aos meus tios Elda e Lucindo, por terem me aceitado como filha, por terem me proporcionado educação e me dado estrutura familiar para que eu pudesse me tornar o que sou hoje. À minha tia Elda por ser exemplo de luta social e pela educação, caridade e solidariedade ao próximo.

Minha gratidão às minhas irmãs Neli e Aline, que dividiram uma família comigo e são exemplos de mulheres que correm atrás de seus sonhos e bancam sua independência. Gratidão à Neli por ter me dado um amigo maravilhoso, meu cunhado Paulo, e um sobrinho incrível, Artur.

Agradeço a minhas tias, tios, primos e primas por contribuírem para sermos a melhor família que poderíamos. À minha tia Jaque (*in memorian*), exemplo de luta pelos professores e pela educação.

Gratidão ao meu orientador Raphael por ter aceitado o desafio de me orientar e pela confiança depositada na viabilidade deste trabalho.

Gratidão às professoras que compuseram a banca – Dra. Maria Cláudia e Dra. Andressa – pelas contribuições que tornaram a qualidade deste trabalho melhor.

À minha amiga e ex-chefe Maria Cláudia pelo apoio para que eu pudesse realizar com dedicação integral por um período de tempo esta pesquisa de mestrado.

À minha amiga Alessandra por sua “cocoorientação” na pesquisa. Guardarei na memória suas palavras sinceras após a leitura dos meus escritos, desde o primeiro esboço de projeto. Meu agradecimento, admiração e carinho.

À minha amiga Fabrícia por ser minha família aqui em Floripa, por todo o incentivo, motivação, apoio e colaboração para o desenvolvimento do mestrado e por estar presente nos momentos bons e não tão bons da minha vida.

À minha amiga Paula Pêsoa por ser tão parceira nos momentos bons e nas “indiadas” e também por sua prestatividade em me ajudar a revisar e a traduzir o trabalho.

Minha gratidão ao meu namorado Brian, “*coach* galã”, por ter se tornado uma pessoa especial, por estar ao meu lado e compartilhar comigo a vida e meus momentos de reflexão sobre como desenvolver a pesquisa.

Gratidão às minhas amigas Aline Garziera, Alcione, Paula Clarissa, Ania, Milena, Cristiele e aos amigos Márcio, Douglas e Adriano pela colaboração no desenvolvimento do mestrado, pelo apoio nos momentos em que recorri a eles com dúvidas da dissertação ou pessoais.

Ao professor Nilo, que foi o primeiro a me incentivar a participar do processo seletivo do programa de mestrado do PPGAU, por suas palavras de apoio e motivação.

Ao meu amigo Douglas, parceiro na gravação do vídeo. Sem a sua colaboração não teria sido produzi-lo para complementar a dissertação.

Aos meus amigos e colegas de equipe na PROEX pelo apoio e incentivo para realização do mestrado. E principalmente ao meu colega e chefe André Dala Possa pelo apoio ao tema de pesquisa e a minha licença para realização do mestrado.

Gratidão especial aos coordenadores de extensão e de projetos que colaboraram com a pesquisa de forma participativa e comprometida.

Aos meus colegas de turma do PPGAU 2017 por terem sido os melhores colegas de mestrado, pela ajuda mútua e colaboração genuína no alcance do sucesso de todos – em especial à minha amiga Cristiele, exemplo de uma mulher corajosa, de um coração gigante que transborda doação.

Agradeço aos professores do PPGAU por terem sido mestres maravilhosos e dedicados à profissão, aos alunos e ao programa.

Agradeço, enquanto brasileira e cidadã, pela oportunidade de ter estudado em uma universidade pública, de excelência, gratuita e inclusiva, fruto da conquista social.

“Amar é um ato de coragem.”
(Paulo Freire, 1968)

RESUMO

O objetivo geral do estudo foi a proposição de melhorias nos processos de avaliação da extensão com vistas a contribuir com a gestão da extensão do IFSC. Para atendê-lo, foram propostos quatro objetivos específicos: a) especificar alternativas de soluções à problemática; b) estabelecer os critérios e indicadores a serem utilizados de acordo com as alternativas especificadas; c) projetar resultados por meio do método da abordagem racionalista de análise de viabilidade política e de implementação; d) recomendar as alternativas mais adequadas por meio de relatório técnico. Para atender ao primeiro objetivo específico, utilizou-se a pesquisa documental, a técnica de *brainstorming*, a avaliação *in loco* de atividades de extensão e a aplicação de entrevista com roteiro semiestruturado aos coordenadores de extensão para que pudessem fornecer informações de impacto, tendo em vista sua participação na gestão da extensão nos câmpus (municípios) do IFSC. Quanto ao segundo objetivo específico, utilizaram-se a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental (com base nos critérios e indicadores do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras). O terceiro objetivo específico previu a utilização da técnica “análise de viabilidade política e de implementação” (AVPI). Por fim, o último objetivo envolveu a recomendação de duas alternativas. Uma delas, dentro da categoria de alternativa óbvia, mais fácil de ser implementada, foi denominada “Ajustes nos processos”, justamente por indicar ajustes nos processos de submissão de propostas/relatórios finais e de avaliação das propostas/relatórios finais. A alternativa criativa, denominada “Avaliador itinerante”, significa a inclusão de uma etapa no processo de avaliação da extensão, ou seja, o acompanhamento da execução ou a avaliação *in loco*. Na percepção da pesquisadora, a avaliação precisa propiciar aprendizado e crescimento. Avaliar não pode ser sinônimo de fiscalização, mas deve se pautar em ser processual, sistemática, pautada no ensino-aprendizagem, na construção de conhecimento, no compartilhamento de boas práticas e no fomento de iniciativas coletivas e multicâmpus. Por fim, torna-se importante manter, na tomada de decisões administrativas que envolvam extensão, o foco na formação do aluno e no impacto na comunidade externa.

Palavras-chave: Avaliação da extensão. Análise de políticas públicas. Gestão da extensão.

ABSTRACT

The main goal of the study was the proposal of improvements in extension evaluation processes in order to contribute to the management of IFSC extension. In order to attend to it, 4 specific goals were proposed: a) to specify alternative solutions to the problem; b) to establish the criteria and indicators to be used according to the specified alternatives; c) to project results through the method of analysis of political feasibility and implementation of the rationalist approach; d) to recommend the most appropriate alternatives through a technical report. The first specific goal used documentary research, brainstorming technique, on-site evaluation of extension activities and semistructured itinerary interview applied on extension coordinators, so that they could provide impact information due to their collaboration on extension management of the Campus (municipalities) of IFSC. As for the second specific goal, it used bibliographic research and documentary research (based on Forproex criteria and indicators). The third specific goal used the technique of Political Feasibility Analysis and Implementation (PFAI). Finally, the last specific goal presented the recommendation of two alternatives. One of them, in the obvious alternative category, was easier to implement. It was called Adjustments in Processes because it indicates adjustments in the submission and evaluation processes of proposals/final reports. The creative alternative known as the Itinerant Evaluator means the inclusion of a step in the extension evaluation process, that is, the monitor the execution or evaluation in loco. In the perception of the researcher, the evaluation must provide learning and growth. Evaluating can not be synonymous with supervision, but should be based on being procedural, systematic, based on teaching-learning in the construction of knowledge, sharing of good practices, promotion of collective initiatives and multicampus. Finally, it is important that IFSC management, when making extension decisions, focuses on the impact of the extension activity on the external community and on the student's education.

Keywords: Extension evaluation. Analysis of public policies. Extension management.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1 INTRODUÇÃO

27

Neste capítulo são apresentadas a contextualização da pesquisa, a análise do problema, os objetivos e a justificativa. A problemática é desenvolvida como uma análise de políticas públicas, com base em Secchi (2013). A pesquisa tem a sua pergunta entendida como um problema público: como aprimorar os processos de avaliação de extensão do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) a partir da perspectiva do público impactado? O contexto da pesquisa é a extensão do Instituto Federal de Santa Catarina. O objetivo é propor melhorias nos processos de avaliação da extensão com vistas a contribuir com a gestão da extensão do IFSC.

2 ANÁLISE DO PROBLEMA

39

A etapa de análise do problema é composta por 4 diagnósticos: contexto, amplitude, tendência e intensidade. Ao iniciar o diagnóstico são realizadas análises: histórica, jurídico-legal, econômica, sociocultural e política.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

79

Este estudo adota como pilar metodológico a obra *Análises de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções*, do professor Leonardo Secchi (2016). Desta forma, este trabalho possui um método de pesquisa e um método de análise. O método de pesquisa é a forma como a pesquisadora investiga a realidade do problema. Por sua vez, o método de análise se refere às escolhas do pesquisador para encontrar as soluções à problemática de pesquisa. Esta pesquisa é de natureza aplicada, com uma abordagem qualitativa. Quanto aos fins, é descritiva. As fontes de informação são a pesquisa bibliográfica e dados coletados por meio das técnicas definidas. Quanto aos meios, a pesquisa é bibliográfica, documental e de estudo de caso. As técnicas definidas para o alcance dos objetivos são o levantamento de informações e o método de análise de políticas públicas.

4 ANÁLISE DAS SOLUÇÕES

89

A etapa de análise das soluções, após serem consideradas as alternativas de solução, indicará qual delas será a mais recomendada. A primeira tarefa nessa etapa é a de geração de alternativas realizada por

meio das técnicas de *brainstorming*, a avaliação *in loco* e a entrevista com roteiro semiestruturado. Esta foi realizada individualmente com os servidores do IFSC na função de coordenador de extensão nos 22 câmpus da instituição. Em seguida, as alternativas foram especificadas e comparadas com critérios e indicadores escolhidos pela pesquisadora para análise. A última etapa é a projeção de resultados, cuja técnica aplicada foi a análise de viabilidade política e de implementação (AVPI). Analisando o resultado do cálculo de sucesso de implementação das alternativas em relação ao objetivo geral da pesquisa, foram recomendadas duas alternativas, as quais constam do relatório técnico que acompanha esta dissertação. Considerando as contribuições dos entrevistados e para além das alternativas especificadas, foram descritas em um quadro as sugestões da pesquisadora para a operacionalização das contribuições coletadas e que podem aperfeiçoar ainda mais os processos de avaliação da extensão do IFSC, caso a gestão julgue-as pertinentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

125

Este capítulo faz um resgate dos objetivos alcançados, bem como expõe as limitações da pesquisa e ressalta o seu caráter de aplicabilidade e replicabilidade.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Certificado de curso de extensão	50
Figura 2 – Histórico da extensão no IFSC	53
Figura 3 – Organograma da PROEX do IFSC	69
Figura 4 – Triade extensionista	72
Figura 5 – Mapa do IFSC.....	74
Figura 6 – Números envolvendo editais de extensão em 2017	75
Figura 7 – Método de análise de política pública.....	82
Figura 8 – Projeção de resultados	84
Figura 9 – Contribuições dos entrevistados	96
Figura 10 – Impactos da atividade extensionista.....	97
Figura 11 – Projetos acompanhados.....	99
Figura 12 – Projetos acompanhados.....	99
Figura 13 – Projetos acompanhados.....	100
Figura 14 – Percepções da pesquisadora nas avaliações <i>in loco</i>	100
Figura 15 – Imagem da apresentação feita pela pesquisadora à equipe da PROEX em 15 de junho de 2018	101
Figura 16 – Ajustes nos processos	104
Figura 17 – Avaliador itinerante	107
Figura 18 – Estudante.....	108
Figura 19 – Banco de dados	109

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 1 – Portfólio e periódicos – avaliação de extensão.....	34
Quadro 1 – Comparativo de concepções de extensão no IFSC.....	70
Quadro 2 – Comparativo sobre as atividades de extensão no IFSC.....	70
Quadro 3 – Comparativo sobre princípios de extensão no IFSC	71
Quadro 4 – Resumo da classificação do método de análise.....	81
Quadro 5 – Operacionalização dos objetivos.....	87
Quadro 6 – Resumo dos resultados das entrevistas	93
Quadro 7 – Matriz de avaliação com peso	113
Quadro 8 – Matriz de avaliação descritiva.....	114
Quadro 9 – Mapa de atores	115
Quadro 10 – Mapa de posicionamento dos atores na fase pré-decisória	117
Quadro 11 – Cálculo do potencial de sucesso de implementação.....	118
Quadro 12 – Contribuição dos entrevistados e sugestões de ações....	121

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVIP – Análise de Viabilidade e Implementação Política
CBEU – Congresso Brasileiro de Extensão Universitária
CEFET – Centro Federal de Educação
CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
FORPROEXT – Fórum de Pró-Reitores de Extensão da Rede Federal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
PPGAU – Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas do IFSC
RENEX – Rede Nacional de Extensão
ETF-SC – Escola Técnica Federal de Santa Catarina
SEPEI – Seminário de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação
SEURS – Seminário de Extensão Universitária da Região Sul
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSB – Universidade Federal do Sul da Bahia
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	27
1.1	Contextualização.....	27
1.1.1	O problema de pesquisa	30
1.2	Objetivos.....	32
1.2.1	Objetivo geral.....	32
1.2.2	Objetivos específicos.....	32
1.3	Justificativa.....	33
2	ANÁLISE DO PROBLEMA.....	39
2.1	Análise do problema – é mesmo um problema público?.....	41
2.2	Diagnóstico do problema.....	44
2.2.1	Diagnóstico do contexto.....	45
2.2.1.1	Origem do problema e histórico.....	45
2.2.1.1.1	A origem da extensão no Brasil.....	45
2.2.1.1.2	A origem da extensão no IFSC.....	47
2.2.1.2	Análise política.....	54
2.2.1.3	Análise jurídico-legal.....	59
2.2.1.4	Análise econômica.....	63
2.2.1.5	Análise sociocultural.....	67
2.2.2	Diagnóstico de amplitude e intensidade do problema.....	72
2.2.3	Diagnóstico de tendência.....	75
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	79
3.1	Análise de políticas públicas.....	82
3.1.1	Procedimentos técnicos para geração de alternativas.....	85
3.2	Amostra – público selecionado.....	86
4	ANÁLISE DAS SOLUÇÕES.....	89
4.1	Geração de alternativas.....	89
4.1.1	<i>Status quo</i>	89
4.1.2	Alternativas óbvias.....	90
4.1.3	Alternativas criativas.....	90
4.2	Impressões da pesquisadora.....	90
4.2.1	Das entrevistas.....	90
4.2.2	Das avaliações <i>in loco</i>	97
4.2.3	Do grupo focal.....	101
4.3	Especificação de alternativas.....	102

4.3.1	Alternativa <i>status quo</i>	102
4.3.2	Alternativa óbvia.....	102
4.3.3	Alternativas criativas.....	104
4.3.3.1	PROEX e coordenadores de extensão dos câmpus.....	104
4.3.3.2	Estudantes.....	107
4.3.3.3	Sociedade e comunidade acadêmica.....	108
4.4	Critérios e indicadores.....	109
4.5	Projeção de resultados.....	115
4.5.1	Análise de viabilidade política e de implementação (AVPI)..	115
4.6	Recomendação.....	120
4.7	Outras sugestões acerca dos processos de avaliação da extensão e recomendações de pesquisas futuras.....	121
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
	REFERÊNCIAS.....	131
	Apêndice A – Resumo dos projetos – avaliação <i>in loco</i>	139
	Apêndice B – Roteiro semiestruturado para entrevista com coordenador de extensão.....	141
	Apêndice C – Formulário de avaliação <i>in loco</i> de atividade de extensão – IFSC.....	143
	Apêndice D – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	147
	Apêndice E – Relatório técnico.....	149
	Anexo A – Edital APROEX 03/2018.....	181
	Anexo B – Resolução 61/2018/CS/IFSC.....	192

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo serão apresentadas a contextualização da pesquisa, a análise do problema, os objetivos e a justificativa.

A problemática é desenvolvida como uma análise de políticas públicas, com base em Secchi (2013). Essa obra é um guia prático para análises de políticas públicas, permitindo a escolha de técnicas já referendadas pela literatura, e a pesquisadora o escolheu para alcançar os resultados propostos nos objetivos da pesquisa.

A escolha do título – *Avaliação da extensão: recomendações de alternativas a partir de uma abordagem racionalista* – se deve à metodologia aplicada na pesquisa, que permite encontrar alternativas práticas de serem implementadas. O caminho racionalista é o que adequa os fins (problema público) aos meios (política pública) e é composto por três etapas: gerar alternativas, estabelecer critérios e indicadores e projetar resultados. Caso não fosse racionalista, a análise seria argumentativa, e seu resultado dependeria da coprodução de soluções com a participação de mais pessoas.

A pesquisadora optou pela abordagem racionalista por se colocar na condição de analista de política pública, por meio de procedimentos metodológicos que a permitissem alcançar os objetivos propostos.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A extensão tem em si a articulação com a sociedade, de tal modo que o conhecimento produzido pela instituição não se restringe somente aos espaços acadêmicos. Isso se confirma na expressão de que cabe à universidade socializar seus conhecimentos, difundindo-os à comunidade e se convertendo, assim, numa força viva capaz de elevar o nível cultural geral da sociedade (SAVIANI, 2008).

A instrumentalização da extensão se materializa em um rol de normativas de políticas públicas específicas, mas também agregadas às políticas de educação. Uma dessas normativas é a Política Nacional de Extensão, que reforça ser necessário o estabelecimento de novas estratégias de enfrentamento de desafios e aproveitamento de oportunidades, tendo em vista o contínuo fortalecimento da extensão universitária (FORPROEX, 2012).

Entre alguns objetivos estabelecidos na Política Nacional estão a criação de condições para a participação das universidades ou dos institutos federais de educação na elaboração das políticas públicas e a

defesa de um financiamento público, transparente e unificado, destinado à execução de ações extensionistas em todo o território nacional. Esses dois objetivos exemplificam a argumentação anterior acerca da materialização da extensão.

Na visão de Heidemann (2014), é fundamental a avaliação de políticas públicas para produzir mudanças nas políticas em alguma das categorias – administrativa, judicial ou política –, a fim de que o Estado possa desempenhar o papel de garantir democracia e maior igualdade na sociedade.

Além disso, a Política Nacional de Extensão (FORPROEX, 2012) também apresenta como objetivo tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria universidade, o que se coaduna à formulação da problemática desta pesquisa.

A finalidade da avaliação é subsidiar os tomadores de decisão quanto ao planejamento, às políticas e às ações para o alcance de resultados eficazes. Para Chianca, Marino e Shiesari (2001), um planejamento adequado contribui para uma avaliação de qualidade, ou, conforme argumenta Marcovitch (2002), a avaliação não existe em si mesma, mas serve a um objetivo que deverá estar traçado em seu planejamento.

A avaliação produz efeitos? Por que avaliar? O que se busca com a avaliação? Quais são as suas finalidades? Quem se beneficia dela? Vê-se que as perguntas são múltiplas, e as possíveis respostas que se lhes dão podem ser ainda mais plurais (DIAS SOBRINHO, 2003).

Dias Sobrinho (2003) declara que a avaliação produz efeitos. Isso quer dizer que a avaliação jamais é inócua ou neutra. É fundamentalmente política porque pertence ao interesse social e produz efeitos públicos de grande importância para as sociedades.

Relacionando a avaliação institucional à extensão, Dias Sobrinho (2000) afirma que as atividades de extensão de tipos diversos devem ser avaliadas especialmente do ponto de vista do impacto social e de seu valor para a permanente reflexão sobre o trabalho acadêmico da universidade.

Serrano (2012), na mesma direção, explica que a avaliação da extensão deve ter por eixo norteador a missão e a função da universidade. A natureza autônoma da extensão reflete a liberdade de pensamento e se baseia nos fundamentos de sua relação com o entorno social em que está inserida. A extensão, assim, com suas características autônomas, transita pelo complexo e multidimensional processo de avaliação do sistema universitário.

Roche (2002) afirma que a avaliação de impacto será melhor se

houver um estudo preliminar, se os indicadores tiverem sido monitorados de forma eficiente e se os objetivos tiverem sido definidos em correspondência às atividades e aos indicadores. Em outras palavras, a avaliação de impacto é uma atividade que deve ser realizada no decorrer do projeto.

A avaliação de impacto olha para além dos projetos, e os seus resultados são utilizados em argumentações políticas ou técnicas para encerrar ou para dar continuidade a um determinado projeto. É um olhar para trás, enquanto a avaliação de processo é um olhar para a frente (NOGUEIRA, 1998).

No texto *Avaliar a extensão: uma construção possível?* (CASTRO et al., 2014), os autores afirmam que a avaliação precisa ser conduzida de forma ética, prática e viável. Nesse sentido, o processo avaliativo segue os princípios da utilidade, postura ética e viabilidade para ajudar a instituição a responder às seguintes questões:

a) As atividades de extensão têm contribuído de fato para a construção de uma sociedade melhor?

b) Que conceitos, concepções e práticas podem ser intensificados? Que modificações devem ser introduzidas?

c) Em que medida programas e projetos se aproximam dos objetivos da extensão na instituição?

d) Quais são os resultados obtidos pelos programas/projetos desenvolvidos na instituição? Esses resultados são os mais desejáveis?

e) Que programas/projetos devem ser incentivados? Quais deverão ser redimensionados?

f) Até que ponto as atividades extensionistas repercutem no processo formativo dos alunos? Na dinâmica de organização e funcionamento dos cursos? Na constituição da autonomia econômica e social das populações envolvidas?

g) Até que ponto os programas/projetos propiciam mudanças ou transformações para seus participantes?

Essas mesmas questões são originalmente citadas por Mendes (2001) ao considerar que a avaliação deve ser pensada não somente pela reitoria, mas por todos os atores envolvidos no processo, tais como os coordenadores de extensão.

Os pressupostos teóricos acerca da avaliação da extensão auxiliarão a responder ao problema de pesquisa e obter subsídios para a proposição de melhorias nos processos de avaliação da extensão com vistas a contribuir com a gestão da extensão do IFSC.

1.1.1 O problema de pesquisa

De acordo com Secchi (2013), antes de se analisar um problema público é preciso saber se ele é mesmo um problema público e se ele pode ser enfrentado. Se as respostas forem positivas, o problema pode ser analisado como uma política pública.

A pergunta de pesquisa deste projeto foi elaborada de forma provisória até a aplicação de técnicas que pudessem responder se era possível analisá-la como um problema público e, portanto, efetuar uma análise de política pública. Logo, entender a pergunta de pesquisa como problema público é encontrar a diferença entre a situação atual e uma situação melhor possível dentro do contexto do tema de pesquisa.

A pergunta de pesquisa elaborada, desse modo, foi a seguinte: como aprimorar os processos de avaliação da extensão do IFSC a partir da perspectiva do público impactado?

Após a aplicação de técnicas e dos dados obtidos, foi possível concluir que seria viável encontrar subsídios para contribuir com a melhoria dos processos de avaliação da extensão e, portanto, que a pergunta poderia ser analisada como política pública, uma vez que se trata de um problema público.

Nesta introdução, contempla-se a análise do problema, quer dizer, se este é mesmo um problema público, bem como o seu diagnóstico (contexto, amplitude, intensidade e tendência). Além disso, o capítulo contempla os objetivos geral e específicos e a justificativa da pesquisadora para a realização da pesquisa.

No capítulo seguinte, estão detalhados o método de pesquisa e o de análise. Enquanto o primeiro é a forma como a pesquisadora investiga a realidade do problema, o segundo se refere às escolhas da pesquisadora para encontrar as soluções à problemática de pesquisa.

No diagnóstico é feita uma análise de contexto, em que se explicam a origem e o histórico do problema – a extensão e o IFSC. Na sequência é feita a análise política, que contempla atores de articulação política que influenciam a agenda de extensão. Já a análise jurídico-legal contempla os marcos nacionais e os marcos legais do IFSC, indicando o alinhamento do problema de pesquisa com as políticas públicas para a extensão.

Em continuidade à análise do contexto, é feita uma análise sociocultural, traduzida por meio do detalhamento das mudanças de concepção de extensão e seus registros no IFSC. Por fim, é realizada uma análise econômica sobre a destinação de recursos orçamentários para a área da extensão.

Os recursos públicos são destinados às instituições públicas para que estas os gerenciem e normalmente são vinculados a determinadas políticas públicas. Segundo Heidemann (2014), a política pública vai além da perspectiva de políticas governamentais, pois o governo não é a única instituição que, com sua estrutura administrativa, serve à comunidade. Além disso, a política pública pode ser concebida como uma alma que precisa de um corpo para tomar vida, transformando-se em programas públicos, projetos, leis, campanhas, inovações tecnológicas, gastos públicos diretos etc., dentro de um conceito transversal a diversas áreas ou setores de intervenção pública, com uma intencionalidade e voltada à resolução do problema público (SECCHI, 2013).

Por fim, o diagnóstico é concluído com a análise de intensidade e amplitude e com a análise de tendência do problema. Essas análises propiciam verificar o panorama da pesquisa, considerando a relevância do papel da extensão na instituição, com o objetivo de trazer elementos que contribuam para a prática gestora das políticas institucionais de extensão do IFSC.

A relação deste estudo com a gestão universitária está tanto na linha de pesquisa do programa – Políticas Públicas e Sociedade – quanto no contexto em que é realizado – uma instituição de ensino superior.

Como afirma Schlickmann (2013), o termo “administração universitária” refere-se não só à administração da instituição universidade, mas à educação superior e aos temas a ela relacionados. O tema da gestão não é novo na educação superior. Houve, por tradição, preocupação dos gestores universitários em buscarem as melhores práticas gerenciais refletidas na qualidade do desempenho organizacional e na excelência da educação oferecida (MEYER; MEYER JUNIOR, 2013).

A gestão universitária enfrenta desafios contemporâneos nascidos dos discursos oficializados por documentos institucionais. Estes conferem direcionamento à gestão da universidade, porque têm a capacidade de delinear a política universitária e os objetivos a serem alcançados por meio de quatro processos de igual importância: o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão (RIBEIRO, 2012).

Como afirmam Meyer e Meyer Junior (2013, p. 19) acerca dos desafios da gestão universitária:

Espera-se que este trabalho contribua para o debate em torno dos desafios gerenciais das instituições de educação superior e do uso de abordagens gerenciais adequadas. Essas devem contribuir para

uma mudança do quadro atual procurando melhor equilibrar a lógica de mercado e seu desempenho econômico-financeiros com a lógica acadêmica centrada na real oferta de educação de elevada qualidade. Talvez aí resida o maior desafio a ser enfrentado.

A linha de pesquisa à qual esta pesquisa está vinculada é a de Políticas Públicas e Sociedade, ao passo que a delimitação da pesquisa é a extensão de uma instituição de ensino superior. Assim, destaca-se a similaridade entre o objetivo da linha de pesquisa e o da extensão, pois ambos estudam a interface entre as instituições de educação superior e a sociedade, bem como sua inserção na gestão universitária.

A delimitação do tema desta pesquisa está na avaliação da extensão no IFSC, com a seguinte pergunta de pesquisa: como aprimorar os processos de avaliação de extensão do IFSC a partir da perspectiva do público impactado?

1.2 OBJETIVOS

A formulação dos objetivos sucede a formulação do problema e a sua verificação enquanto problema público. Essa etapa permite ter clareza sobre o que se espera alcançar e sobre o grau de alcance dos resultados (SECCHI, 2016).

Após a conclusão da etapa de análise do problema (diagnóstico e definição), devem-se encontrar as soluções (SECCHI, 2016). Assim, os objetivos contribuirão para o alcance dos resultados esperados, utilizando-se como método a abordagem racionalista de análise de políticas públicas, conforme mencionado na introdução.

1.2.1 Objetivo geral

Propor melhorias nos processos de avaliação da extensão com vistas a contribuir com a gestão da extensão do IFSC.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) especificar alternativas de soluções à problemática;

- b) estabelecer os critérios e indicadores a serem utilizados de acordo com as alternativas especificadas;
- c) projetar resultados por meio do método da abordagem racionalista de análise de viabilidade política e de implementação;
- d) recomendar as alternativas mais adequadas por meio de relatório técnico.

1.3 JUSTIFICATIVA

Pelo fato de a pesquisadora ser servidora de uma instituição de ensino superior federal – o IFSC –, lotada na Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas (PROEX) da referida instituição, a extensão é vivenciada diariamente, o que inclui o gerenciamento de recursos públicos específicos ao fomento das atividades extensionistas, com leis a obedecer e controles a implementar. Pode-se, assim, vislumbrar que as instituições públicas de ensino são também instituições gerenciadoras de recursos públicos (não somente da área administrativa institucional, mas das áreas que compõem o tripé acadêmico – ensino, pesquisa e extensão) e que precisam de capacidade de gestão.

A importância desta pesquisa está na perspectiva de encontrar subsídios que colaborem com os processos de avaliação da extensão do IFSC, já que a tomada de decisão da gestão do Instituto vai além do gerenciamento dos recursos e da implementação de políticas públicas, envolvendo também resultados relacionados à articulação com a sociedade.

A viabilidade, no entanto, pode se concretizar devido ao acesso da pesquisadora a informações e a servidores atuantes na extensão e na gestão do IFSC. Além disso, a pesquisa tem como objetivo que os resultados alcançados possam trazer elementos que subsidiem a gestão na sua tomada de decisão. Nesse sentido, a aplicabilidade da pesquisa seria plausível, considerando que o tema reúne o estudo da extensão enquanto política pública e sua avaliação.

Por fim, a inovação da pesquisa está justamente no método de pesquisa. O alinhamento do método de análise de políticas públicas e do método de pesquisa permitirá propor melhorias aos processos de avaliação da extensão do IFSC. O método de análise se utilizará de técnicas consolidadas na literatura para análise de políticas públicas (SECCHI, 2016). No que diz respeito aos resultados, estes também podem ser vistos como produção de conhecimento científico aplicado.

A fim de corroborar a justificativa do trabalho, foi realizada uma busca sistemática em bases de dados. Primeiramente, a busca foi realizada no período de janeiro a fevereiro de 2018 para composição do projeto de qualificação e complementada em outubro de 2018, uma vez que, como o estudo é compreendido como uma análise de políticas públicas, o foco da busca sistemática devia se relacionar à avaliação da extensão.

Na elaboração do protocolo de estratégias para revisão sistemática, após vários testes de descritores, optou-se por apenas um grupo – avaliação da extensão universitária. Inserir o termo “universitária” foi determinante como filtro devido à quantidade de resultados que retornavam sem serem do tema.

O grupo de descritores foi composto pelos termos “avaliação da extensão universitária” nos idiomas português, inglês e espanhol. A pesquisa também envolveu um conjunto de descritores equivalentes, tais como “evaluation of extension projects”, “evaluation of university extension”, “evaluation of extension activities” e “indicators for extension projects”.

A Tabela 1 apresenta a composição do portfólio a partir da busca sistemática realizada nas bases de dados.

Tabela 1 – Portfólio e periódicos – Avaliação de extensão

Título	Palavras-chave	Base	Ano	Citações
Meta-avaliação de uma extensão universitária: estudo de caso	Extensão universitária. Meta-avaliação. Avaliação de extensão universitária. Inclusão	Redalyc	2010	35
Avaliação da ação extensionista nas universidades católicas e comunitárias	Avaliação da ação extensionista. Extensão universitária. Universidade católica e comunitária.	Redalyc	2009	14
Iowa State University extension: evaluation of	University extension evaluation	Scopus	1998	1

programs and services offered to Iowa's turfgrass, nursery, and landscape plant installation and maintenance industries

A follow-up of adult career counseling clients of a University Extension Center.	Evaluation of university extension	Web of Science	2011	32
	“Avaliação da extensão universitária”	Repositório de teses e dissertações da UFSC		3

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Quanto à escolha das bases, optou-se por aquelas com grande quantidade de periódicos indexados e de artigos em língua estrangeira, tais como Scopus, Web of Science e Redalyc.

O Scopus é a maior base de dados de citações e resumos de literatura revisada por pares: revistas científicas, livros e conferências. É uma base que oferece ferramentas inteligentes para rastrear, analisar e visualizar a pesquisa, fornecendo uma visão abrangente da produção mundial de pesquisa nas áreas de ciência, tecnologia, medicina, ciências sociais e artes e humanidades.

A busca realizada na Scopus resultou em dois documentos que continham as palavras-chave “avaliação da extensão universitária” no título. Entretanto, um dos artigos foi descartado por não tratar do tema, embora mantivesse as palavras chave no título, mas em outro contexto, no sentido de avaliação de desempenho.

A Web of Science compõe-se de um banco de dados de referências bibliográficas do Institute for Scientific Information (ISI). É uma base que dá acesso a vários bancos de dados que fazem referência à pesquisa interdisciplinar, permitindo a exploração em profundidade de subáreas especializadas dentro de uma disciplina acadêmica ou científica.

A pesquisa na Web of Science resultou em oito artigos a partir da busca de “TS=(university) AND TS=(extension evaluation)”. Nenhum desses resultados foi utilizado no portfólio. Entretanto, um artigo contendo a expressão “avaliação da extensão universitária” no texto traduzido foi aproveitado para a composição do portfólio.

A base de dados Redalyc (Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal) é uma base bibliográfica e de uma biblioteca digital de revistas de acesso aberto, suportado pela Universidade Autónoma do Estado do México com a ajuda de numerosas outras instituições de ensino superior e dos sistemas de informação.

No que tange à busca feita na base de dados Redalyc, foram selecionados dois artigos de seis resultados para compor o portfólio. A seleção foi feita com base nas palavras-chave que continham a expressão “avaliação da extensão universitária”.

Um dos artigos argumenta que avaliar deve ser uma ação em processo de transformação – nunca estará suficiente, terminada – e que deve se colocar à busca pela continuidade e melhoria daquilo que se avalia, bem como dos próprios processos, procedimentos e instrumentos nela utilizados (ARROYO; DA ROCHA, 2010).

Especificamente quanto à avaliação da extensão, pode-se reconhecer que é relativamente recente, considerando que os investimentos para a avaliação da extensão universitária, compondo uma Política Nacional de Extensão, começaram a ser fundamentados apenas a partir do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), a partir de 2004 (ARROYO; DA ROCHA, 2010).

A reflexão proposta por Bartnik e Da Silva (2009) é que a avaliação não deve ser apreendida como alvo de controle e fiscalização (quantos atendimentos, relatório de prestação de contas etc.), mas deve propiciar subsídios que permitam confirmar decisões e ações bem-sucedidas e promover melhorias e adequações, tais como propostas pela pesquisa.

Também foi pesquisado no repositório de teses e dissertações da UFSC, já que o projeto de qualificação proposto está inserido em programa de pós-graduação da universidade, tendo sido encontrados três resultados.

Uma constatação é que a extensão universitária é uma prática de política pública da educação pouco estudada e debatida no ambiente acadêmico, o que reforça a justificativa desta pesquisa no eixo teórico de políticas públicas de extensão (VERAS, 2018).

Um artigo publicado em 2001, sob o título *A avaliação da extensão: dos documentos do Fórum Nacional de Pró-Reitores à*

Proposta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (MENDES; CASTRO, 2001), apresentou o histórico dos documentos do FORPROEX e considerações acerca da avaliação. Dentre elas, destaca-se a exigência pela sociedade da necessidade da atividade de avaliar e de se construir um processo de avaliação que amplie as possibilidades de reflexão por todos aqueles que estão envolvidos na extensão universitária.

Já no repositório de dissertações e teses da UFSC encontra-se uma dissertação (VALÉRIO, 2006) que fez a identificação de ações de divulgação científica no contexto da extensão universitária. Foram mapeadas e analisadas ações de divulgação científica referentes ao biênio 2004-2005. Nas considerações finais, o autor argumenta que novas ações têm surgido e desenhado promissoras possibilidades para a formalização da extensão, da comunicação e, com elas, da divulgação científica em nossas universidades. Cita, como reforço de sua argumentação, que documentos como o Plano Nacional de Extensão e procedimentos dele advindos, como a criação e efetivação de instrumentos e metodologias de avaliação da extensão, seriam avanços a serem incorporados.

O FORPROEX publicou, em 2001, um documento chamado de “Avaliação Nacional da Extensão Universitária”. Nesse texto, o Fórum compila seus estudos sobre a construção da avaliação da extensão – tanto que, no XV Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão, realizado em Campo Grande (UFMS), o grupo técnico de avaliação da extensão apresentou seus objetivos, que incluíam: a) estabelecer princípios para a extensão universitária; b) construir os critérios para acompanhamento e análise dos resultados da extensão; c) elaborar um método de avaliação da extensão; d) criar um sistema de indicadores para avaliação.

Ainda nesse documento, o FORPROEX abordou os três níveis, inter-relacionados os quais a avaliação da extensão deveria abordar, considerando as peculiaridades de cada instituição. O primeiro nível foi o compromisso institucional para a estruturação e efetivação das atividades de extensão. O segundo tratou do impacto das atividades de extensão junto aos segmentos sociais que são alvos ou parceiros dessas atividades. Por fim, o último nível abordou os processos, métodos e instrumentos da avaliação das atividades de extensão (FORPROEX, 2001).

Emergente à época, o FORPROEX (2001) se propôs a realizar uma pesquisa com a finalidade de construir um modelo de avaliação da extensão. Para isso, no método criado estabeleceu cinco dimensões: a) política de gestão; b) infraestrutura; c) relação universidade-sociedade; d) plano acadêmico; e) produção acadêmica. Assumiu, ainda, o gerenciamento da pesquisa, cujo papel foi definir diretrizes, parâmetros e mecanismos de acreditação. Enquanto isso, coube ao grupo técnico de

avaliação da extensão, transformado em comissão permanente, realizar a pesquisa com estratégias de trabalho, instrumentos de investigação, formas de coleta e mecanismos de avaliação externa e mista.

Corroborando esse panorama, a Política Nacional de Extensão (2012) reforça a preocupação com o impacto da extensão na formação do aluno e na sociedade.

Na literatura estrangeira foram encontrados dois artigos que tratam da avaliação da extensão e seus impactos. Um deles, com título traduzido *Iowa State University Extension: avaliação de programas e serviços oferecidos para as indústrias de instalação e manutenção de plantas de turfgrass, berçário e paisagem de Iowa* (ILES et al., 1998), tem como objetivo avaliar a efetividade dos programas e serviços de extensão de universidades estaduais do estado de Iowa, nos Estados Unidos. Nota-se que é um estudo com foco exclusivo em um tipo de atividade extensionista – no caso, a prestação de serviços à comunidade. O interessante do estudo é a avaliação do impacto que a atividade extensionista causou nas indústrias citadas na pesquisa.

O outro, com tradução equivalente a *Um acompanhamento de clientes de aconselhamento profissional para adultos de um centro de extensão da universidade* (HEALY, 2001), tratou de avaliar a relação de custos e benefícios da prestação de serviços pelo centro de extensão da universidade, principalmente quanto aos sentimentos dos clientes sobre a experiência depois de terem recebido a ação de extensão (prestação de serviço). Esse estudo concluiu que os resultados da pesquisa foram oportunos, principalmente considerando a época econômica pela qual o país passava (a pesquisa se realizou entre 1991 e 1992). Em síntese, o estudo corrobora um dos objetivos específicos da presente pesquisa, por avaliar a extensão da perspectiva do público impactado.

Tendo por base a fundamentação feita, pode-se afirmar que se justifica o estudo do tema de pesquisa proposto pela pesquisadora. O capítulo seguinte trata da análise do problema, que desenvolve a pergunta de pesquisa a partir de uma análise de política pública.

2 ANÁLISE DO PROBLEMA

A pesquisa tem a sua pergunta entendida como um problema público. Secchi (2013) define política pública como uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público, com dois elementos fundamentais: a intencionalidade pública e a resposta a um problema público. Este é um conceito abstrato, que se materializa por meio de instrumentos variados, como programas públicos, projetos, leis, campanhas publicitárias, esclarecimentos públicos, inovações tecnológicas e organizacionais, subsídios governamentais, rotinas administrativas, decisões judiciais, coordenação de ações de uma rede de atores, gastos públicos diretos, contratos formais e informais com *stakeholders*, entre outros.

No que tange à diferença entre problema público e política pública, nota-se que aquele trata do fim ou da intenção, enquanto esta trata do meio ou mecanismo para levar a cabo a intenção. Assim, um problema público só existe se “incomodar” uma quantidade ou qualidade considerável de atores, ao passo que uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Dessa forma, a finalidade da política pública é o enfrentamento, a diminuição e até mesmo a resolução do problema público (SECCHI, 2013).

O problema público existe quando o *status quo* é considerado inadequado e quando existem expectativas do alcance de uma situação melhor. É a diferença entre a situação atual para uma situação ideal possível para a realidade pública (SECCHI, 2013).

Esse processo de elaboração de políticas públicas também é conhecido como “ciclo de políticas públicas”. Embora as fronteiras entre as fases não sejam nítidas e muitas etapas possam se misturar, o ciclo traz uma utilidade, que é ajudar a organizar as ideias de forma simplificada para facilitar que políticos, administradores e pesquisadores criem um referencial comparativo para casos heterogêneos (SECCHI, 2013).

A primeira fase é a identificação do problema, quando se verifica a discrepância entre o *status quo* e uma situação ideal possível. Por ser subjetiva, depende da percepção de vários atores relevantes quanto a sua existência (SECCHI, 2013).

Para Heidemann (2014), essa fase é denominada de “montagem da agenda política”, que em essência diz respeito ao reconhecimento de que há algum problema a requerer atenção adicional por parte do governo.

A formação da agenda é a fase de se formarem os conjuntos de problemas ou temas entendidos como relevantes (SECCHI, 2013).

Na etapa de formulação de alternativas, escolhem-se os métodos, programas, estratégias ou ações que poderão alcançar os objetivos estabelecidos. As alternativas que forem construídas utilizarão recursos técnicos, humanos, materiais e financeiros diferentes e, portanto, têm chances diferentes de serem eficazes (SECCHI, 2013).

Essa etapa se refere ao processo de criação e determinação das possíveis soluções para os problemas da política pública ou para a exploração das várias opções ou cursos alternativos de ação disponíveis a seu enfrentamento. Nessa fase também se faz uma avaliação inicial sobre a viabilidade das opções políticas, mediante a identificação de possíveis restrições técnicas e políticas à ação do Estado, ainda que de forma empírica (HEIDEMANN, 2014).

O estágio seguinte no processo político é aquele em que se aprova ou não oficialmente um curso de ação. Em outras palavras, as decisões políticas costumam produzir uma declaração formal ou informal de intenção por parte dos atores públicos autorizados para empreender ou não uma ação, tal qual uma lei (HEIDEMANN, 2014).

A fase de implementação de uma política pública é aquela de colocar em prática um curso de ação para o enfrentamento do problema público, reunindo-se esforços, conhecimentos e recursos para traduzir as decisões políticas em ação. As decisões políticas identificam os meios para perseguir os objetivos, enquanto as etapas subsequentes servem para alcançar resultados (HOWLETT, 2013).

A fase seguinte, essencial para a produção de *feedback*, é a de avaliação da política pública, que precisa da definição de critérios, indicadores e padrões (SECCHI, 2013).

Na etapa de avaliação de políticas, Howlett (2013) argumenta que é fundamental ela ter efetivamente o poder de produzir mudanças nas políticas. É uma etapa que verifica o funcionamento na prática e os meios empregados para que os objetivos sejam atendidos.

Existe uma relação muito íntima entre políticas públicas e instituições governamentais. Isso quer dizer que não há transformação antes de ser adotada, implementada e cumprida por alguma instituição governamental. Nesse contexto, o governo atribui legitimidade às políticas, portanto as políticas governamentais são consideradas, normalmente, como obrigações legais que cobram lealdade dos cidadãos (HEIDEMANN, 2014).

A implementação das políticas públicas, na prática, acontece por meio do trabalho executado pelas instituições, como no caso das políticas públicas de extensão que estão implementadas de forma implícita no

trabalho executado pela Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas (PROEX) do IFSC.

A partir desse contexto, é relatado de que forma a pergunta de pesquisa pode ser entendida como um problema público.

2.1 ANÁLISE DO PROBLEMA – É MESMO UM PROBLEMA PÚBLICO?

Para se iniciar a análise de um problema, recomenda-se perguntar primeiro se o objeto é mesmo um problema e se ele pode ser enfrentado, haja vista que o processo de análise de política pública se inicia com a análise do problema, dividida nas seguintes etapas: 1) diagnóstico do problema; 2) definição do problema; 3) definição do objetivo. Na etapa de diagnóstico de um problema público, há o trabalho analítico de identificação do problema público, sua amplitude, intensidade, seu contexto, suas causas e consequências e seu potencial tratamento (SECCHI, 2013).

Nesse contexto, duas técnicas foram empregadas para responder se o objeto de pesquisa é um problema público. Uma delas foi a realização de entrevista com público estratégico da extensão em funções diferentes na Reitoria do IFSC. A seleção contou com a representatividade de um membro por segmento, ou seja, com um gestor de extensão, um docente, um servidor técnico-administrativo e um servidor que atuou como coordenador de extensão em um câmpus do IFSC.

A entrevista utilizou um roteiro semiestruturado com seis questões abordando a extensão no IFSC:

a) Como você percebe a avaliação de uma atividade de extensão da PROEX?

b) Como você pensa que deveria ser a avaliação de uma atividade de extensão da PROEX?

c) De acordo com os seus conhecimentos de procedimentos da PROEX das etapas de um projeto de extensão (aprovação, registro, execução, relatório final), o que você acha que uma atividade de extensão deveria medir?

d) Você consegue identificar uma visão estratégica na avaliação de uma atividade de extensão?

e) Você considera importante medir o impacto da atividade de extensão?

f) O que você pensa que deveria ser feito para medir o impacto de uma atividade de extensão?

As respostas apresentaram informações relevantes aos processos de avaliação da extensão. Uma delas é que uma visão estratégica de gestão da extensão está na diversificação de recursos financeiros conforme o impacto da atividade extensionista. Isso, na condição de problema de pesquisa, contribuiria com o IFSC em encaminhamentos de estratégias e aplicação de recursos e formação alinhados ao papel extensionista da instituição.

Os respondentes concordaram que a avaliação da extensão é imprescindível e que não pode ser só formal do ponto de vista de análise de relatórios – necessita ser de acompanhamento e verificação, ou seja, processual. O relatório final de uma atividade de extensão não pode ser o instrumento final. Na perspectiva dos respondentes, a avaliação deveria ser sistêmica e processual.

Outro ponto levantado é que o registro da atividade de extensão (um projeto, por exemplo) pode se focar principalmente sobre as demandas da comunidade e os impactos que a atividade causará na vida dos participantes e na formação dos alunos extensionistas.

A extensão é, por natureza, dialógica e interacionista. Como cita a Resolução nº 61/2016/CS, no seu art. 1º, “extensão é entendida como um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre o IFSC e a sociedade de forma indissociável ao ensino e à pesquisa” (IFSC, 2016). Como definir o método de pesquisa sem ir a campo, experimentando a extensão? Nesse exercício de pesquisadora extensionista, aproveitou-se o Seminário de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação (SEPEI) do IFSC, realizado na cidade de Itajaí durante os dias 4 a 6 de setembro de 2017, como uma oportunidade para pesquisar o método escolhido para responder o problema da pesquisa.

A segunda técnica foi a perspectiva de laboratório de extensão. A pesquisadora, no papel de avaliadora de atividade de extensão, no início do mês de setembro de 2017 avaliou, *in loco*, atividades de extensão (na modalidade de oficinas) com a pretensão de aferir os impactos da atividade nos participantes.

O SEPEI é um evento acadêmico e científico que tem a participação de mais de mil pessoas, entre servidores, alunos, palestrantes e comunidade externa. A programação contou com apresentações orais, pôsteres e atividades culturais, bem como com oficinas, minicursos, palestras e mesas temáticas. Dentre essas atividades, foi escolhida a oficina para ser o laboratório de pesquisa. Essa escolha deu-se porque a oficina constitui um espaço de construção coletiva do conhecimento, de

análise da realidade, de confronto e troca de experiências. Assim, a interação e a transformação poderiam ficar evidenciadas na participação, na socialização da palavra, na vivência de situações concretas (CADAU, 1995). Nessa perspectiva, a pesquisadora, na condição de servidora da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas do IFSC, colocou-se à disposição da comissão central do evento para ser avaliadora de oficina e, dessa forma, elaborar o formulário a ser utilizado.

O evento inclui e avalia apenas as atividades executadas por servidores e alunos do IFSC – os servidores, em virtude de contemplação de projetos com recursos financeiros; os alunos, porque os melhores trabalhos são premiados.

Assim, o SEPEI tornou-se um laboratório de pesquisa para a pesquisadora, na perspectiva de avaliadora, buscar os recortes metodológicos da pesquisa. Isso quer dizer que, se o problema de pesquisa é como aprimorar os processos de avaliação de extensão do IFSC sob a perspectiva do público impactado, é importante definir o método para se chegar às respostas procuradas.

Primeiramente, foi construído o formulário com base na estruturação da oficina, averiguando se o oficinheiro apresentaria aos participantes o tema, os objetivos, o método e os resultados esperados para a atividade.

Também foi avaliado se a oficina atenderia aos objetivos e à temática apresentados e se foi executada com estruturação e metodologia. Ademais, avaliou-se se a oficina contou com interatividade entre o oficinheiro e os participantes. Essa questão era importante devido ao aspecto prático da oficina, pois sem interação a proposta ficaria comprometida quanto à sua concepção.

Por fim, a última questão foi elaborada na perspectiva de avaliação de impacto da atividade, ou seja, se o avaliador conseguia verificar, por meio da observação empírica, se os resultados da oficina impactaram os participantes. De que forma é estruturada a oficina? Que tipo de impacto a extensão causa?

No evento havia quatro oficinas a serem avaliadas, uma para cada avaliador, servidor do IFSC, selecionado pela comissão central. Um dos avaliadores não compareceu, de forma que apenas três oficinas foram avaliadas. Os outros avaliadores também eram colegas de IFSC: uma era coordenadora de extensão do Câmpus Lages e o outro, técnico em assuntos educacionais lotado na Pró-Reitoria de Ensino.

Os colegas avaliadores também forneceram *feedback* quanto ao formulário, afirmando que era objetivo e claro, que o número de questões (seis) era um aspecto positivo e que a pontuação estava bem estruturada.

Quanto às melhorias a serem feitas, identificou-se a necessidade de um campo para preenchimento da nota e da reorganização da última questão em uma única pergunta.

A respeito da última questão, ambos os avaliadores concordaram que a pergunta era pertinente e que era possível avaliar o impacto da atividade por meio da observação.

Como conclusão dessa experiência, constata-se que foi possível avaliar a atividade de extensão utilizando o formulário semiestruturado e observando empiricamente os resultados de impacto no público.

As duas técnicas utilizadas apontam que os processos de avaliação da extensão são uma etapa fundamental para a coleta de informações que possam ser utilizadas para a gestão da extensão.

Ratificando essa conclusão, há de se acrescentar a posição do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, segundo o qual a Política Nacional de Educação deve pensar na contribuição das ações extensionistas em dois aspectos: 1) a produção do conhecimento e a formação de estudantes, professores e servidores técnico-administrativos; 2) sua efetividade para a transformação da instituição de educação superior (FORPROEX, 2012). A construção de um sistema de avaliação da extensão, com informações sistematizadas e indicadores de monitoramento, dessa forma, contribuiria para a melhoria da efetividade da extensão, buscando alcançar resultados nesses dois aspectos.

Conclui-se, pelas técnicas empregadas e pelos dados obtidos, que encontrar subsídios que contribuam com a melhoria dos processos de avaliação da extensão é um problema público a ser analisado como política pública.

2.2 DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA

De acordo com Secchi (2013), a etapa de diagnóstico do problema é composta por quatro passos:

1. diagnóstico do contexto: origem do problema e histórico, análise política, econômica, sociocultural e jurídico-legal;
2. diagnóstico de amplitude: quantas e quais pessoas são ou serão atingidas;
3. diagnóstico da intensidade: intensidade absoluta ou relativa do problema;
4. diagnóstico de tendência: variação diacrônica do problema, verificando o passado e projetando o futuro.

2.2.1 Diagnóstico do contexto

Para Secchi (2013), os problemas públicos estão inseridos em contextos mais amplos. Por isso, analisar o contexto do problema significa analisar sua origem, seu histórico e seu quadro atual.

Nesse sentido, a análise parte do histórico da extensão no Brasil, associada ao histórico do IFSC, contextualizando a extensão desde a sua criação até os dias atuais.

O início da existência da extensão e o do IFSC são similares, no sentido da disseminação por cursos e pela relação com a comunidade mais vulnerável da sociedade.

2.2.1.1 Origem do problema e histórico

Segundo Secchi (2016), a análise da origem e da história se relacionam com política pública, fases, análise institucional, atores envolvidos, justificativas etc. O autor recomenda a linha do tempo como um instrumento de sistematização e contextualização histórica. Assim, a contextualização do IFSC segue uma linha do tempo em forma descritiva, com uso de duas imagens para visualização do todo.

O contexto da pesquisa é a extensão do Instituto Federal de Santa Catarina, criado pela Lei nº 11.892/2008 e pertencente à rede federal da educação profissional (BRASIL, 2008).

Dessa forma, a origem do problema histórico é contextualizada a partir da origem da extensão no Brasil e no IFSC.

2.2.1.1.1 A origem da extensão no Brasil

A história da extensão no Brasil, do IFSC e da extensão no IFSC possuem uma construção análoga, por se descobrirem voltadas para os trabalhadores e envolverem os movimentos sociais e as populações mais vulneráveis.

Nogueira (2000) contextualiza o surgimento da extensão a partir de antecedentes históricos do surgimento da universidade brasileira, o que ocorreu tardiamente, na metade do século XX, pela união de Escolas Superiores Isoladas criadas por necessidades práticas do governo, mais precisamente por carências sentidas pela sociedade. Nessa mesma época, algumas conferências tidas como “lições públicas” começam a ser oferecidas pela Universidade de São Paulo, tornando visível a necessidade de difundir o conhecimento ali acumulado.

Um fato marcante para a extensão nesse contexto foi, no fim dos anos 1950 e no início dos anos 1960, os estudantes universitários brasileiros, organizados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), empreenderem movimentos culturais e políticos, reconhecidos como fundamentais para a formação completa das lideranças intelectuais de que carecia o país. Estavam postas as áreas de atuação extensionista, antes mesmo que seu conceito fosse formalmente definido (NOGUEIRA, 2000).

A partir dos anos 1980, com o fortalecimento da sociedade civil e o enfraquecimento da sociedade política, houve um repensar da concepção de universidade, baseada na redefinição de práticas de ensino, pesquisa e extensão até então vigentes. Do assistencialismo, a extensão começou a ser percebida como um processo que articula o ensino e a pesquisa, que organiza, assessorando, os movimentos sociais que estavam surgindo. Ultrapassou, assim, a compreensão tradicional de disseminação de conhecimentos (cursos, conferências, seminários, prestação de serviços (assistências, assessorias e consultorias) e difusão cultural (realização de eventos ou produtos artísticos e culturais), já apontando para uma relação com a população baseada numa participação efetiva da comunidade (NOGUEIRA, 2000).

A extensão universitária na década de 1970, a partir da Lei de Reforma Universitária, foi colocada para estabelecer um processo de comunicação com as classes subalternas, tentando, a partir da iniciativa institucionalizada, dar continuidade ao que se fizera na década anterior (GURGEL, 1986).

Apesar da importância das experiências individualizadas das universidades, somente a partir de 1969 é que, de fato, a extensão começa a tomar uma dimensão nacional, principalmente após a divulgação do plano de trabalho da extensão universitária em 1975 pelo Ministério da Educação (GURGEL, 1986).

A extensão, nesse contexto, assumiu-se como espaço possibilitador de estabelecimento de uma ligação com a classe trabalhadora, que permitisse um intercâmbio de conhecimentos, no qual a universidade aprendesse a partir do saber popular e assessorasse as populações no sentido de sua emancipação crítica (GURGEL, 1986).

Segundo Jezine (2001, p. 4),

a confirmação da extensão como função acadêmica da universidade não passa apenas pelo estabelecimento da interação com o ensino e a pesquisa, mas implica a sua inserção na formação do aluno, do professor e da sociedade, na

composição de um projeto político-pedagógico de universidade e sociedade em que a crítica e autonomia sejam os pilares da formação e da produção do conhecimento.

Assim, na condição de sua realização, a extensão deve reconhecer os limites de seu saber sem negligenciar o aspecto da interação para acolher as contribuições do ensino e da pesquisa, numa linguagem clara para que cada um saiba exatamente o seu grau de participação como condição necessária para a transformação social (JEZINE, 2001).

Para Buarque (1994), a extensão universitária é vista como um espaço de formação profissional e de ricas e qualitativas aprendizagens, um espaço no qual os estudantes podem compartilhar conhecimentos e vivências com docentes e discentes de diferentes áreas do saber. Desta forma, é possível perceber-se como profissionais e desenvolver qualidades e habilidades relevantes para o desenvolvimento da prática profissional.

A extensão se consolida no tripé acadêmico (ensino, pesquisa e extensão) com um papel relevante de transformação da sociedade a partir de sua origem.

2.2.1.1.2 A origem da extensão no IFSC

O IFSC tem um histórico que corresponde a 108 anos de existência. Em Santa Catarina, primeiramente foi criado em Florianópolis por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, pelo presidente Nilo Peçanha. Na ocasião, chamava-se “Escola de Aprendizizes Artífices de Santa Catarina”, tendo sua primeira sede instalada em 1º de setembro de 1910, em um prédio cedido pelo Governo do Estado e situado na Rua Almirante Alvim, no Centro da capital catarinense. À época, seu maior objetivo era proporcionar formação profissional aos filhos de classes socioeconômicas menos favorecidas (ALMEIDA, 2002).

Já em 13 de janeiro de 1937, por meio da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, a instituição passou a se denominar “Liceu Industrial de Florianópolis”, transformando-se em “Escola Industrial de Florianópolis” cinco anos depois (Decreto-Lei nº 4.127, de 23 de fevereiro de 1942). A mudança possibilitou à instituição ofertar cursos industriais básicos com duração de quatro anos aos alunos que vinham do ensino primário, bem como cursos de mestría aos candidatos à profissão de mestre (ALMEIDA, 2002).

Nos primeiros anos da década de 1940, o desnível entre o número de profissionais formados pela Escola Industrial e a demanda das indústrias locais passou a ser motivo de preocupação, além da falta de especialização. Como medidas para contornar esses problemas, foi possível efetuar pagamento aos alunos pelos serviços prestados nas oficinas, uma vez que a Escola prestava serviços, principalmente de tipografia, para clientes como os Correios e Telégrafos e os Colégios Catarinense e Coração de Jesus (ALMEIDA, 2010). Dito de outra forma, houve o início da extensão no IFSC por meio da prestação de serviços à comunidade.

A Escola Industrial de Florianópolis, em 1962, foi transferida para uma nova sede, na Avenida Mauro Ramos, no Centro de Florianópolis, no local onde hoje funciona o Câmpus Florianópolis, maior unidade em número de alunos, servidores e estrutura departamental do IFSC (ALMEIDA, 2002).

Em 1965, com a Lei nº 4.759, de 20 de agosto, a Escola Industrial de Florianópolis passou a se chamar “Escola Industrial Federal de Santa Catarina”. Percebe-se, então, que essa lei trouxe a qualificação “federal” para as escolas industriais (ALMEIDA, 2002).

Já a partir de 1968, com a Portaria Ministerial nº 331, de 17 de junho, a instituição tornou-se “Escola Técnica Federal de Santa Catarina” (ETF-SC). Essa foi uma mudança importante para a instituição, pois mudou a oferta educativa novamente, iniciando o processo de extinção gradativa do curso ginásial e especializando a escola em cursos técnicos de segundo grau – atual ensino médio. Esse processo teve fim quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971) foi publicada e regulamentou que a oferta do ETF-SC se restringia ao ensino de segundo grau (ALMEIDA, 2002).

A partir dessa alteração, nas décadas de 1970 e 1980, a então ETF-SC implantou diversos cursos técnicos, como estradas, saneamento, eletrônica, eletrotécnica, telecomunicações e refrigeração e ar condicionado. Já por volta dos anos 1990, com a chegada da era dos serviços e da informática, a ETF-SC passou a oferecer cursos como informática, enfermagem, segurança do trabalho, têxtil e eletromecânica, com a abertura de unidades em São José, Jaraguá do Sul e Joinville (ALMEIDA, 2002).

Segundo Almeida (2010), no período de 1986 a 2001, nas gestões de Alfeu Hermenegildo (1986), Soni de Carvalho (1994) e Juarez Pontes (1999), a então Escola Técnica Federal de Santa Catarina conquistou sua maturidade política, didático-pedagógica e administrativa, chegando a implantar, em 18 de fevereiro de 1988, a Fundação do Ensino Técnico de

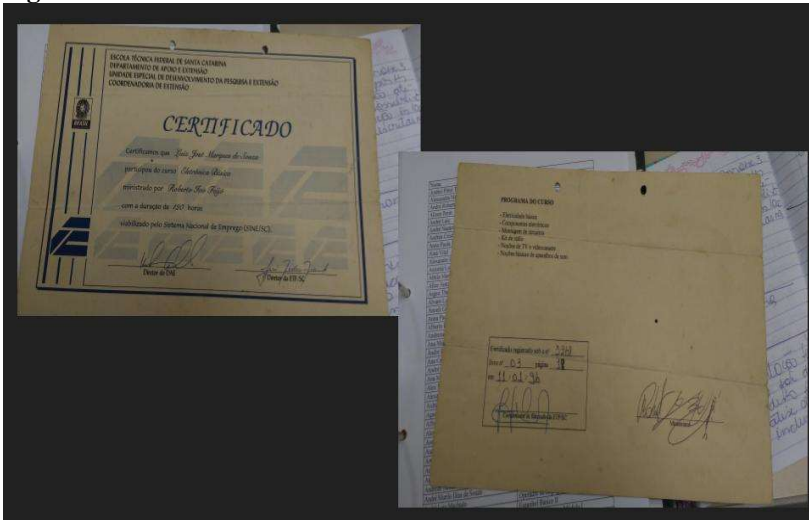
Santa Catarina (FETESC). Um dos objetivos da FETESC era regular o processo de prestação de serviços desenvolvidos na Escola Técnica Federal de Santa Catarina. Isso significava, provavelmente, que a prestação de serviços ocorria por meio de parcerias e projetos de extensão com a comunidade.

Ainda de acordo com Almeida (2010), os recursos financeiros provenientes da FETESC viabilizaram grandes projetos e até mesmo o dia a dia da Escola, devido aos consideráveis recursos orçamentários que existiam na época.

Em 1994, as escolas técnicas passaram por um processo de expansão da rede federal. A conhecida Escola Técnica recebeu o título de “Centro Federal de Educação” (CEFET), por meio da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994 (ALMEIDA, 2002).

Na era CEFET-SC, as atividades de extensão e pesquisa continuaram a se desenvolver com apoio da FETESC e após, de 2005 a 2008, pelo Instituto Tecnológico e Científico (INTEC), que foi caracterizado como uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIPI). O INTEC era administrado por um economista e um administrador, que possibilitaram a concretização de diversos cursos de qualificação, na realização de cursos técnicos em projetos sociais e artísticos (ALMEIDA, 2010).

Para complementar a pesquisa sobre a origem do problema e o histórico da extensão no IFSC, a pesquisadora realizou uma busca em livros de registros de certificados emitidos antes da denominação “IFSC”, bem como realizou entrevista com dois gestores extensionistas.

Figura 1 – Certificado de curso de extensão

Fonte: Diretoria de Extensão do IFSC (acervo da autora, 2018).

A Figura 1 mostra que cursos de qualificação eram realizados em parcerias e convênios com diversas instituições e considerados como atividades de extensão prestadas à comunidade.

Essa informação foi validada também por meio das entrevistas realizadas. A primeira foi feita com o professor Clóvis Antônio Petry, do Departamento de Eletrônica do Câmpus Florianópolis, que atuou na Diretoria de Extensão de 2009 a 2011:

A extensão era um elemento, um canal de comunicação com a sociedade. Atuava com eventos, acompanhamento de egressos e com muitas parcerias com prefeituras na ministração de cursos. Esses cursos foram os embriões para muitos cursos do IFSC atualmente. Foram deles que nasceu a necessidade de sistematização, iniciando a elaboração de PPC (projeto pedagógico de curso). As parcerias com as prefeituras previam que por obrigação delas ficassem os espaços físicos e os professores. Para o CEFET cabia o conteúdo dos cursos, o acompanhamento do desenvolvimento dos cursos, a seleção dos alunos e a certificação. A partir da obrigação da certificação nos convênios com as prefeituras surgiu a necessidade de um

envolvimento maior do CEFET em termos de acompanhamento pedagógico. Por consequência, houve maior envolvimento das equipes técnicas com o articulador da parceria.

A segunda entrevista foi realizada com outro gestor do IFSC que ocupou cargo de diretor do CEFET. O resultado da entrevista foi semelhante às palavras do professor Clóvis.

Além da prestação de serviços e da oferta de cursos de qualificação, a extensão no IFSC teve seu início por meio de atividades artísticas.

Em 1978, na época da ETFSC, foi criado o Coral, sob a regência do professor e maestro Carlos Lucas Besen, assessorado pela professora Maria da Graça Besen Petry. Após a aposentadoria do maestro Carlos, o Coral passou a ser regido pela professora Mércia Mafra Ferreira e, posteriormente, pelo professor e maestro Irineu Lopes Melo, assessorado pela professora Tânia Denise S. Meyer. Ambos os professores ainda estão envolvidos com as atividades do Coral, que completou, em 2018, 40 anos de existência (ALMEIDA, 2010).

A partir do projeto de extensão “Motivando o teatro na ETFSC”, foi criado em 13 de março de 1995 o grupo de teatro Boca de Siri. Já no primeiro semestre de 2001 foi criada a Orquestra Experimental da ETFSC, por meio da iniciativa do professor e maestro Irineu Lopes Melo (ALMEIDA, 2010). Tanto o grupo teatral Boca de Siri quanto o Coral e a Orquestra Experimental ainda estão em atividade no IFSC, organizados administrativamente pela Coordenadoria de Artes do Câmpus Florianópolis.

No ano de 2004, foram publicadas novas diretrizes para a educação profissional, por meio do Decreto nº 5.154 revogando o de nº 2.208/97. Essas diretrizes permitiram a abertura de novas unidades da rede federal profissional. Dessa forma, em 2005 foi publicada a Lei nº 11.195/05, que alterou o § 5º do art. 47 da Lei nº 8.948/94, retirando a condição limitadora para que a União pudesse expandir a oferta de educação profissional mediante a criação de novas unidades de ensino. Essas alterações culminaram com o lançamento da primeira etapa do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, que resultou na implantação de 60 novas unidades de ensino até o final de 2007, quando foi lançada a segunda etapa do Plano, com previsão de conclusão em 2010 (ROCHA, 2014).

Em 2008, a partir da Lei nº 11.892, o CEFET-SC recebeu a denominação de IFSC, nomenclatura mantida até os dias atuais. Tal

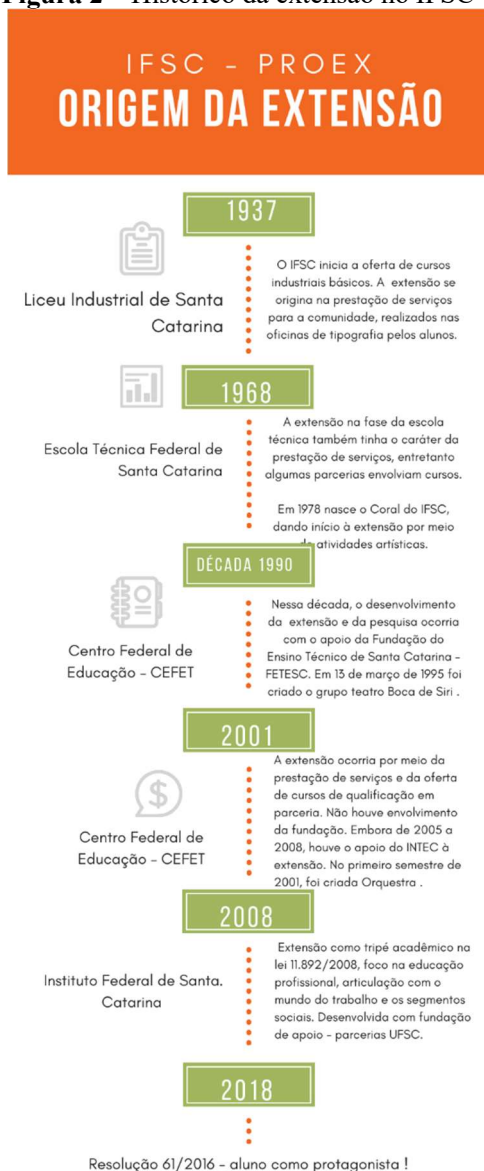
mudança baseou-se em um novo modelo de instituição pública de ensino, com natureza jurídica de autarquia e detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Além disso, tornou-se uma instituição habilitada a ofertar educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Tornou-se, assim, uma instituição com autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por ela oferecidos, além de exercer o papel de instituição acreditadora e certificadora de competências profissionais (ROCHA, 2014; BRASIL, 2008).

Na obra *Nos tempos da Escola Industrial de Florianópolis: o internato* (CÔRREA, 2016), há uma apresentação cronológica das denominações recebidas pelo IFSC ao longo de sua história:

- 1910 – Escola de Aprendizes de Artífices de Santa Catarina;
- 1937 – Liceu Industrial de Santa Catarina;
- 1942 – Escola Industrial de Florianópolis;
- 1965 – Escola Industrial Federal de Santa Catarina;
- 1968 – Escola Técnica Federal de Santa Catarina;
- 2002 – Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina;
- 2009 – Instituto Federal de Santa Catarina.

A figura a seguir mostra o histórico da extensão no IFSC a partir da pesquisa bibliográfica e das entrevistas realizadas.

Figura 2 – Histórico da extensão no IFSC



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Desde a sua criação, em 2008, o IFSC assume como objetivos, entre outros elencados na Lei nº 11.892/2008, os seguintes:

- a) ministrar educação profissional técnica de nível médio;
- b) realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- c) desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- d) ministrar em nível de educação superior;
- e) cursos superiores de tecnologia;
- f) cursos de licenciatura;
- g) cursos de bacharelado e engenharia;
- h) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização;
- i) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Assim, a análise do contexto, somada à análise política, sociocultural, econômica e jurídico-legal, completa o diagnóstico de contexto do problema.

2.2.1.2 Análise política

Descreve Secchi (2016) que a análise política trata dos atores envolvidos com o problema público, suas relações com os problemas, suas perspectivas, seus interesses e seu senso de urgência. O autor afirma (2013), ainda, que os atores políticos são sujeitos individuais ou coletivos que agem intencionalmente na arena política.

Na arena política das políticas públicas da extensão há vários atores no cumprimento de seus papéis: as instituições governamentais, as instituições de ensino superior, os fóruns de representatividade e a comunidade local e regional no entorno dessas instituições.

Na visão do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, a extensão é a ação que viabiliza a interação entre a universidade e a sociedade. Constitui-se como elemento capaz de operacionalizar a relação teoria/prática, promovendo a troca de saberes acadêmico e popular. Nessa interação, a extensão deve ser realizada considerando o compromisso social da universidade enquanto instituição pública empenhada no equacionamento das questões que afligem a maioria da população. Dessa forma, a valorização e a institucionalização da ação extensionista passam a ser indispensáveis para a sua execução (FORPROEX, 2001).

A Política Nacional de Extensão, publicada em 2012 pelo FORPROEX, é uma consolidação histórica dos objetivos, intenções e propostas de uma política pública:

Concebendo esta Política como uma conquista da Universidade Pública e, portanto, da própria sociedade brasileira, o FORPROEX convida professores, alunos e técnico-administrativos a empreenderem os esforços necessários para dar materialidade ao seu conteúdo, tornando-a um instrumento efetivo na (re)formulação, implementação e avaliação das ações de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012).

Há uma discussão teórico-metodológica, na elaboração dessa política, quanto às cinco diretrizes que devem orientar a formulação e implementação das ações de extensão. São elas: a) interação dialógica; b) interdisciplinaridade e interprofissionalidade; c) indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão; d) **impacto** na formação do estudante; e) **impacto e transformação social**. A intenção dessas cinco diretrizes é poder elevar as instituições de ensino superior brasileiras a um novo patamar de sua função acadêmica, ou seja, busca-se ir além da formação de profissionais em diversas áreas de conhecimento e do desenvolvimento de conhecimento científico e tecnológico, colocando-os em consonância com as demandas sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade (ABRANCHES, 2014).

Os grifos no parágrafo anterior servem para realçar o contexto da pesquisa, demonstrando que os objetivos propostos pela pesquisadora convergem com a articulação política de parte de alguns atores.

A Política Nacional da Extensão reforça que os efeitos positivos da articulação da extensão com as políticas públicas podem advir, em primeiro lugar, de uma contribuição direta dos atores acadêmicos, por

meio de suas ações extensionistas, na formulação, implementação e avaliação dessas políticas, especialmente as sociais, favorecendo, assim, o próprio fortalecimento das ações de extensão a elas vinculadas, em termos de financiamento, cobertura, eficiência e efetividade. Uma segunda forma de articulação entre os termos está sob a forma de participação direta em sua formulação e implementação, com potencial de contribuição para a superação da fragmentação, setorização, desarticulação e superposição de programas e projetos sociais, com vistas a assegurar fontes estáveis para seu financiamento, garantindo-se a sustentabilidade financeira e a continuidade das ações de extensão a eles vinculadas (FORPROEX, 2012).

Há uma forte associação da extensão com outros atores da arena política – os movimentos sociais. Isso se deve ao compromisso assumido pela extensão com o enfrentamento da exclusão e vulnerabilidade sociais e o combate a todas as formas de desigualdade e discriminação. Nesse campo de luta por espaço, esses atores também são favorecidos pela articulação das ações extensionistas com os movimentos sociais que organizam e expressam os interesses dos segmentos que se encontram nessas condições, sejam eles nacionais ou locais (FORPROEX, 2012).

Os setores produtivos da sociedade incluem-se no rol de atores na arena política que envolve a extensão. O papel deles é contribuir para o fortalecimento da extensão em virtude de seu impacto mais direto sobre as condições de vida dos setores mais vulneráveis da população. Destacam-se aqueles comprometidos com a economia solidária e as tecnologias sociais (FORPROEX, 2012).

As agências de fomento de projetos, por sua vez, exercem influência na arena política por políticas públicas para pesquisa e extensão, ao passo que também sofrem pressão para ampliarem o escopo de seus editais. As agências de fomento, tais quais o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) estaduais, contribuem para a incorporação do financiamento da extensão de forma complementar e integrada ao financiamento da pesquisa (FORPROEX, 2012).

A criação do FORPROEX se concretizou a partir da realização do primeiro encontro nacional, na Universidade de Brasília, nos dias 4 e 5 de novembro de 1987: o I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Participaram do evento 33 universidades públicas, representadas por seus pró-reitores ou ocupantes de cargo similar nas instituições.

De acordo com seu regimento, o FORPROEX é uma entidade voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão, comprometida com a transformação social para o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia.

Após sua criação, o FORPROEX passou a organizar encontros periódicos, emitindo uma carta propositiva, deliberada pelos membros participantes do evento, e a dar andamento às ações propostas, organizando-se como instância política e articuladora de políticas públicas para extensão.

Uma das iniciativas do FORPROEX na contribuição de intercâmbio entre as instituições foi a criação da Rede Nacional de Extensão (RENEX), que mantém cadastro atualizado das instituições integrantes. A RENEX também é responsável por divulgar ações extensionistas universitárias e coordenar o Sistema Nacional de Informações de Extensão (SIEX/Brasil), banco de dados sobre as práticas de extensão no país.

O FORPROEX, desde sua criação, vem procurando trazer para si a responsabilidade pelo processo de elaboração das políticas de extensão a serem desenvolvidas pelas instituições públicas de educação superior do país. Os seus desafios não são dos mais fáceis, devido à concepção de extensão presente no discurso dos organismos governamentais e de alguns gestores das instituições ao centrar a visão de extensão apenas no assistencialismo e não em suas múltiplas variáveis. Contudo, é um fórum que demonstra estar “antelado” com as principais questões que movimentam a sociedade brasileira. Embora suas recomendações tenham caráter propositivo e suas indicações possam, eventualmente, ter passado despercebidas por instâncias deliberativas, como o Ministério da Educação, o FORPROEX continua sendo uma importante instância de articulação política para a extensão (SANTOS JUNIOR, 2013).

Um dos encontros do Fórum, ocorrido em Florianópolis nos dias 16 a 18 de novembro de 2017, organizado por instituições como IFSC, UFSC e UDESC e tendo como tema central “Os desafios da extensão universitária brasileira na atualidade”, produziu uma carta apresentando os resultados dos grupos de trabalho sobre os temas “creditação da extensão”, “indicadores de avaliação”, “internacionalização” e “princípios da extensão”. Além disso, o evento remeteu à comemoração dos 30 anos do Fórum.

A Carta de Florianópolis trouxe as seguintes proposições:

- a) ampliar e fortalecer a política de internacionalização da extensão, concebida na

interlocução com a inserção curricular, sendo subsidiada por linhas de fomento específicas;

- b) validar e aplicar indicadores de avaliação da extensão nas IES públicas, por meio da discussão e adoção de 12 indicadores nas regionais do Fórum;
- c) organizar, em âmbito nacional, uma campanha sobre atuais experiências de integração da extensão nos currículos dos cursos de graduação, por meio da estruturação de canais de divulgação e banco de conhecimentos (FORPROEX, 2017).

Uma dessas proposições ressalta a aplicabilidade desta pesquisa ao mencionar o tema da avaliação da extensão nas instituições de ensino superior públicas.

Em outra via de atuação política está o Fórum de Pró-Reitores de Extensão da Rede Federal (FORPROEXT), que é um órgão de assessoramento da Câmara de Extensão do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF). O Fórum é composto por um representante de cada instituto federal, responsável pelas ações sistêmicas vinculadas ao tema.

O CONIF se organiza por meio de câmaras temáticas, que se equivalem a grupos de trabalho encarregados de estudar, discutir e propor ações pertinentes aos campos temáticos que otimizem e unifiquem as políticas de atuação das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Essas câmaras temáticas são assessoradas pelos fóruns nacionais, divididos em oito áreas: Administração, Desenvolvimento Institucional, Ensino, Extensão, Educação do Campo, Gestão de Pessoas, Pesquisa e Inovação e Relações Institucionais.

O CONIF declara-se como uma instituição que atua no debate e na defesa da educação pública, gratuita e de excelência, responsável por dar suporte, orientação e respaldo à rede federal (dos institutos federais). Assim, trabalha continuamente por melhorias em infraestrutura e condições de trabalho para os servidores, bem como promove ações estratégicas para fortalecer a internacionalização das instituições, a partir do estreitamento de relações com outros países e da consolidação de cooperações técnicas.

De acordo com o seu regimento, o CONIF, para atingir seus objetivos, desenvolve atividades para a promoção de estudos e projetos, inclusive de natureza interdisciplinar e interinstitucional. Tal desenvolvimento deve ocorrer

[...] por meio de congressos, conferências, seminários, encontros e outros eventos; de intercâmbio de informações e experiências entre as instituições que compõem o Conselho e também com instituições de ensino, pesquisa e extensão, entidades culturais, científicas e tecnológicas nacionais e estrangeiras; e de articulação com os diversos entes públicos nas esferas federal, estadual e municipal e com a sociedade civil organizada (CONIF, 2015).

A arena política da extensão tem, como se vê, a atuação do FORPROEX e do FORPROEXT na promoção dos interesses extensionistas para implementação de diretrizes, regulamentação, programas e agendas políticas junto aos demais atores, sejam eles governamentais ou institucionais.

2.2.1.3 Análise jurídico-legal

Os primeiros registros de atividades de extensão no Brasil referem-se à Universidade Livre de São Paulo, como estratégias de soluções para os compromissos sociais e a propagação de ideias de interesse nacional. Essa concepção prevaleceu até a década de 1960, quando havia a aproximação da universidade com os movimentos sociais (ABRANCHES, 2014).

Como marco legal, a extensão no Brasil se consolidou formalmente a partir da aprovação da Lei nº 5.540/68 e promoveu uma reforma no ensino superior brasileiro, implementando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1968).

As práticas extensionistas nas décadas de 1960 e 1970 se voltavam mais para a execução de políticas sociais do governo, uma vez que, com o regime militar, a extensão perde um pouco de sua força na interação com a sociedade (ABRANCHES, 2014).

Em 1987, ocorreu a primeira reunião nacional do FORPROEX, marcando a década seguinte pelas discussões que se formaram sobre a extensão e a função social das instituições de ensino superior (ABRANCHES, 2014).

As décadas seguintes, em contrapartida, são marcadas pelo processo de resgate da extensão, ou seja, pela busca por sua identidade, uma vez que por algum tempo a extensão tramitou pelo assistencialismo e pela emancipação (ABRANCHES, 2014).

Na sequência, o maior marco legal foi a Constituição Federal de 1988, no seu art. 207, ao estabelecer que as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, bem como que devem obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, a extensão se consolidou como garantia do Estado (BRASIL, 1988).

Posteriormente, em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394), a extensão positivou-se no capítulo da educação superior, visando à difusão das conquistas e dos benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica, aberta à participação da população (BRASIL, 1996).

Outro importante acontecimento para o fortalecimento da extensão foi a sua inserção no Decreto nº 7.233, de 2010, com a menção à “existência de programas institucionalizados de extensão, com indicadores de monitoramento” (art. 4º, § 2º, inciso VIII). Esse decreto tem a finalidade de dispor sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária. É mais um mecanismo que contribui para o desenvolvimento da extensão nas instituições educativas, principalmente na distribuição orçamentária e financeira.

Em 2012, o FORPROEX publicou a Política Nacional de Extensão a partir das discussões no encontro na cidade de Manaus/AM. Esse documento reafirma alguns compromissos assumidos na versão de 1999 e estabelece novas estratégias de enfrentamento de desafios e aproveitamento de novas oportunidades, tendo em vista o contínuo fortalecimento da extensão.

No texto da Política Nacional de Extensão, fica firmado que a extensão, em sua articulação com as políticas públicas, deve, conforme pactuado no âmbito do FORPROEX, estar pautada por três eixos integradores e ter como prioridade oito áreas de atuação. Os eixos integradores são Áreas Temáticas, Território e Grupos Populacionais.

As áreas temáticas têm por objetivo nortear a sistematização das ações de extensão em oito áreas correspondentes a grandes focos de política social: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho. Já o eixo Território destina-se à promoção da integração, em termos espaciais, das ações extensionistas, assim como das políticas públicas com as quais elas se articulam. Por fim, o eixo Grupos Populacionais busca promover a integração das ações extensionistas, assim como a das políticas públicas com as quais elas se articulam, em grupos

populacionais específicos, especialmente os excluídos e aqueles em situação de vulnerabilidade social (FORPROEX, 2012).

Essa política propôs a universalização da extensão na educação superior e a consonância dessa universalização com os institutos estabelecidos pela LDB e pelo Plano Nacional de Educação 2001-2010 (FORPROEX, 2012). Um dos passos fundamentais nessa direção é a proposta de inclusão nos currículos, flexibilizando-os e imprimindo neles um novo significado com a inclusão dos eixos temáticos da extensão (FORPROEX, 2012).

O PNE para o decênio de 2001 a 2010, regulamentado pela Lei nº 10.172/2001, trouxe metas a serem cumpridas durante o decênio e que incluíram a garantia, nas instituições de educação superior, de oferta de cursos de extensão para atender às necessidades da educação continuada de adultos, com ou sem formação superior, na perspectiva de integrar o necessário esforço nacional de resgate da dívida social e educacional. Outra meta era a garantia da criação de conselhos com a participação da comunidade e de entidades da sociedade civil organizada, para acompanhamento e controle social das atividades universitárias, com o objetivo de assegurar o retomo à sociedade dos resultados das pesquisas, do ensino e da extensão. O PNE estabeleceu também a implantação do Programa de Desenvolvimento da Extensão em todas as instituições federais de ensino superior, no quadriênio 2001-2004, e assegurou que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no país seriam reservados para a atuação dos alunos em ações extensionistas.

Pode-se, assim, perceber que o PNE materializa políticas públicas para a educação e, também, para a extensão, uma vez que o documento apresenta metas e estratégias incluindo-as.

O PNE 2014-2024 foi aprovado com vigência de dez anos, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal. O objetivo da norma envolve a articulação e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e a integração das ações do poder público que conduzam à:

- a) erradicação do analfabetismo;
- b) universalização do atendimento escolar;
- c) melhoria da qualidade do ensino;
- d) formação para o trabalho;
- e) promoção humanística, científica e tecnológica do País (BRASIL, 2014).

Das 20 metas e estratégias estabelecidas no PNE 2014-2024, duas delas se referem à extensão.

A meta 9 trata de elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência do PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional. Como estratégia para 62tende62-la, o documento recomenda a extensão na implementação de programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta.

Já na meta 12, busca-se elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público. Como uma das estratégias para o alcance dessa meta, prevê-se que sejam assegurados, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

Até aqui foi apresentada a análise jurídico-legal que contempla as políticas públicas para educação e extensão no nível macro ou nacional. Na sequência, segue a análise jurídico-legal no contexto da pesquisa, o IFSC, a partir de 2008, com a criação dos institutos federais.

Em seu regimento, o IFSC apresenta como uma de suas finalidades desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos (BRASIL, 2008). Com base na lei de criação dos institutos federais, seção II, art. 6º, ressalta-se que as atividades de extensão devem beneficiar a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do instituto federal (BRASIL, 2008).

A extensão é entendida no IFSC como um processo educativo, cultural e científico que, articulado de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, viabiliza a relação entre a instituição e a sociedade. No Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019 do IFSC constam como objetivos para as políticas de extensão:

- a) fortalecer e ampliar as atividades de extensão de cunho tecnológico, científico, cultural e esportivo;
- b) estabelecer relacionamento entre a instituição e seus diversos públicos, definindo valores,

objetivos, diretrizes, normas e estruturas, com a finalidade de consolidar a extensão como atividade institucional;

c) ampliar a participação dos servidores e discentes nas atividades de extensão;

d) fomentar a integração das atividades por meio do desenvolvimento de programas de extensão (IFSC, 2014).

O marco legal atual da extensão no IFSC é a Resolução nº 61/2016/CS/IFSC. A concepção de extensão materializada na resolução é a de um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre o IFSC e a sociedade, de forma indissociável ao ensino e à pesquisa.

Ademais, a resolução assegura que as atividades de extensão no IFSC seguem as diretrizes estabelecidas pelo Fórum de Extensão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (FORPROEXT), publicadas em 2012 pela Câmara de Extensão do Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF). Ela persegue o cumprimento dos respectivos indicadores e prioriza a concepção de extensão como dimensão de indução do desenvolvimento local, regional e nacional.

As análises jurídico-legais nacionais e dos marcos legais do IFSC indicam que o problema desta pesquisa mantém alinhamento com o tema das políticas públicas para a extensão, principalmente na educação superior.

2.2.1.4 Análise econômica

A análise econômica do problema, segundo Secchi (2016), refere-se aos custos diretos e indiretos que podem ser assumidos pelo governo ou distribuídos pela sociedade ou por grupos.

Para realizar a análise econômica deste trabalho, a pesquisadora relaciona a ela a análise jurídico-legal, considerando que, no escopo das políticas públicas de governo, há vínculo entre as análises para a implementação dessas políticas.

Na Constituição Federal (BRASIL, 1988) constam dois artigos que garantem a destinação de recursos orçamentários e financeiros para a educação:

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal

e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

- a) erradicação do analfabetismo;
- b) universalização do atendimento escolar;
- c) melhoria da qualidade do ensino;
- d) formação para o trabalho;
- e) promoção humanística, científica e tecnológica do país;
- f) estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

Na LDB de 1996 e suas posteriores alterações (BRASIL, 1996), o artigo sobre orçamento tem a seguinte descrição:

Art. 55. Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas.

O Decreto nº 7.233, de 2010 (BRASIL, 2010^a), é um exemplo de financiamento estável da extensão, pois regulamenta a inserção da extensão na matriz de alocação de recursos para as instituições federais de ensino superior. Há um inciso no decreto que condiciona a matriz de distribuição a partir de parâmetros definidos por comissão paritária, constituída no âmbito do Ministério da Educação, à existência de programas institucionalizados de extensão, com indicadores de monitoramento.

Posteriormente, foi publicado o Decreto Federal nº 7.416, de 2010 (BRASIL, 2010b), que trata da concessão das bolsas para desenvolvimento das atividades de ensino e extensão universitária para

discentes das IES federais. As bolsas de extensão são destinadas para o desenvolvimento de atividades de extensão a fim de ampliar e fortalecer a interação das instituições com a sociedade.

No PNE 2014-2024, por exemplo, há artigos específicos destinando recursos orçamentários e financeiros para o atingimento das metas e estratégias descritas na lei. Os recursos destinados à educação também são destinados à extensão, de forma indireta, uma vez que a extensão se configura como meta e estratégia do PNE 2014-2024. O artigo a seguir detalha a forma de investimento:

Art. 10. O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PNE e com os respectivos planos de educação, a fim de viabilizar sua plena execução. [...]

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PNE e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se referem o inciso VI do art. 214 da Constituição Federal e a meta 20 do Anexo desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal e do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como os recursos aplicados nos programas de expansão da educação profissional e superior, inclusive na forma de incentivo e isenção fiscal, as bolsas de estudos concedidas no Brasil e no exterior, os subsídios concedidos em programas de financiamento estudantil e o financiamento de creches, pré-escolas e de educação especial na forma do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela

exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal. (BRASIL, 2014)

Em 2003 foi criado o Programa de Extensão Universitária (PROEXT/MEC), com o objetivo de apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas, com ênfase na inclusão social.

O edital PROEXT/MEC, entre outros assuntos de natureza orçamentária, consta da agenda do FORPROEX, como apresentado no último encontro nacional, em Florianópolis, em novembro de 2017:

Desde o lançamento do PROEXT, eram publicados editais de fomento a programas e projetos de extensão com a variedade de 20 linhas temáticas. Porém o último edital lançado foi em 2016. Para além disso, o corte nos orçamentos das universidades, a não realização do Edital PROEXT/MEC/SESu, nos últimos dois anos, a fusão e extinção de Ministérios e, conseqüentemente, de Secretarias, e a ameaça na autonomia de gestão em programas como o PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil) e o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (PNAEST), o corte no orçamento de vários Ministérios que significou o fim de editais nas áreas da cultura, tecnologia, educação, por exemplo, o ataque a direitos de comunidades tradicionais como os indígenas e quilombolas e grupos minoritários, com quem o Forproex tem desenvolvido importantes ações, a recente ameaça ao IPHAN, que tem papel preponderante na conservação e preservação do patrimônio artístico e cultural brasileiro.

Retomando a análise do contexto da pesquisa – o IFSC –, os recursos destinados para o desenvolvimento e fomento das atividades de extensão na instituição originam-se do orçamento recebido do governo federal, por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA). A LOA estabelece os orçamentos da União, por intermédio dos quais são estimadas as

receitas e fixadas as despesas do governo federal, avaliadas e ajustadas pelo Congresso Nacional. Os orçamentos da União geram impactos diretos na vida dos brasileiros, porque a partir deles são implementadas e executadas as políticas públicas.

Quando chegam ao IFSC, os recursos advindos da LOA são distribuídos pela Reitoria, conforme deliberação do Colégio de Dirigentes (CODIR), resultando na emissão de resolução e de instrução normativa pela Reitoria (IFSC, 2017).

Para a distribuição dos recursos, a Reitoria conta com o Planejamento Estratégico 2015-2019, com o Plano Anual de Trabalho e com a gestão em rede colaborativa e sustentável (IFSC, 2017).

A extensão possui uma verba própria, denominada “Reitoria – Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica (PEI)”, conforme especifica a instrução normativa, dividida entre as pró-reitorias que atuam com essas áreas.

A extensão, sendo assim, tem seu desenvolvimento e fomento por meio da contemplação de propostas submetidas em editais públicos específicos por áreas temáticas ou por tempo de duração.

A análise econômica do diagnóstico é relevante por ressaltar as fontes e origens dos recursos destinados à extensão do IFSC, uma vez que é por meio dos recursos orçamentários e financeiros que as políticas públicas de extensão se implementam na prática, aos serem transformados em editais para fomento de programas e projetos de extensão.

2.2.1.5 Análise sociocultural

A análise sociocultural, segundo Secchi (2016), trata dos hábitos, costumes, estilos e barreiras culturais que fazem com que o problema se acentue. O autor sugere que sejam feitas algumas perguntas, como as seguintes:

- a) Qual o comportamento das pessoas diante do problema?
- b) Que estratégias os atores afetados usam para driblar o problema?
- c) Que tipo de fenômeno social envolve o problema?

Para a realização da análise sociocultural, foi importante destacar de que forma a extensão e a cultura do fazer extensionista no IFSC foram se enraizando. Para que a análise seja feita segundo esse viés, ela está estruturada apresentando a Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas (PROEX) do IFSC, bem como as suas resoluções de regulamentação de atividades de extensão, pois elas traduzem a concepção de extensão desenvolvida no Instituto.

Para o IFSC (2016), as atividades de extensão são aquelas relacionadas ao compartilhamento mútuo de conhecimento produzido, desenvolvido ou instalado no âmbito da instituição e estendido à comunidade externa. Essas atividades podem ser do tipo de programa, projeto, curso, evento e prestação de serviço.

A concepção de extensão e a sua tipologia transformam-se na cultura institucional sobre o fazer extensionista, na medida em que os registros e os dados gerenciados pela pró-reitoria se modificam em virtude da avaliação das atividades de extensão a serem registradas de acordo com a concepção em vigor.

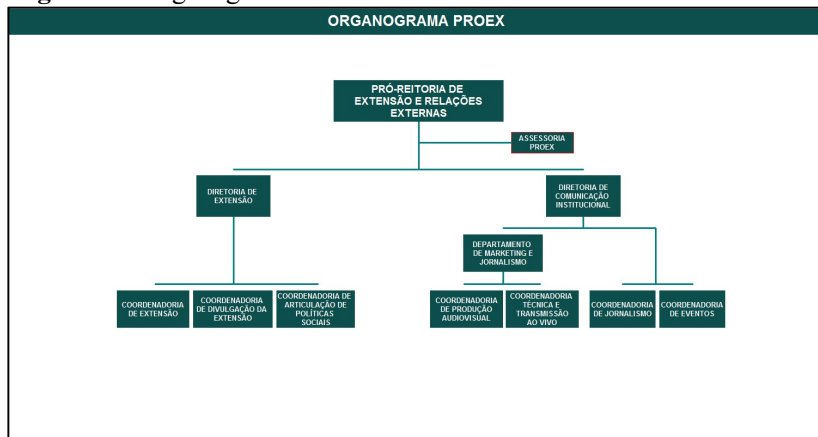
A extensão do IFSC é gerenciada pela PROEX, que possui o organograma apresentado na Figura 3. De acordo com o *site* institucional, a PROEX é responsável por planejar, desenvolver, controlar e avaliar as políticas de extensão, de integração e de intercâmbio do IFSC com o setor produtivo e a sociedade em geral e coordenar os processos de divulgação e de comunicação institucional.

No organograma é possível identificar a equipe de extensão, distribuída na Diretoria de Extensão e responsável pela execução das atividades planejadas e pelos processos de avaliação da extensão do IFSC.

A função de pró-reitor inclui a atuação política junto ao FORPROEX e ao FORPROEXT na representação dos interesses de extensão do IFSC, bem como o retorno para a instituição com as orientações recebidas e alinhadas pelos fóruns.

Além da PROEX, há a designação de uma Coordenadoria de Extensão em cada câmpus. Os coordenadores de extensão atuam em rede com a PROEX no desenvolvimento da extensão.

Figura 3 – Organograma da PROEX do IFSC



Fonte: *Site* institucional do IFSC (2018).

Quanto às atribuições específicas da Diretoria de Extensão, o manual de gestão da PROEX (2017) define

[...] a promoção da cultura organizacional de incentivo e disseminação das atividades de extensão de forma indissociável com o ensino e a pesquisa; a estruturação e implantação de políticas de extensão nos câmpus a partir das diretrizes definidas pela PROEX e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE); a promoção, acompanhamento e gerenciamento de todas as atividades de extensão do IFSC; a subsídio da dimensão interdisciplinar e multidisciplinar para a realização das atividades de extensão; a colaboração na formulação de contratos, convênios e parcerias que envolvam atividades de extensão a serem firmados pela Reitoria com representantes de entidades públicas ou privadas; o incentivo à realização de atividades de extensão com financiamento de órgãos externos, internos e sem financiamento; e a promoção, o monitoramento e o desenvolvimento da política de acompanhamento de egressos.

Após 2008, com a criação dos institutos federais e, portanto, do IFSC, a extensão dentro da instituição também passou por mudanças de

concepção, fomento e registro de atividades, em decorrência do processo de amadurecimento sociocultural pelo qual a instituição foi passando.

Os quadros que seguem trazem um comparativo entre as últimas regulamentações de extensão no IFSC com o objetivo de demonstrar as mudanças ocorridas ao longo do tempo. Provavelmente, tais mudanças envolvem fatores da atuação política vinda dos fóruns, das necessidades identificadas pela equipe de extensão e das demandas trazidas por outros atores que interagem com a PROEX, como os coordenadores de extensão dos câmpus, a comunidade externa e a comunidade acadêmica.

Quadro 1 – Comparativo de concepções de extensão no IFSC

DELIBERAÇÃO CEPE/IFSC Nº 017, DE 12 DE ABRIL DE 2010	A extensão é um processo educativo, cultural e científico que, articulada de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, viabiliza a relação entre o IFSC e a sociedade.
RESOLUÇÃO Nº 20/2013/CS	A extensão é um processo educativo, cultural e científico que, articulada de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, viabiliza a relação entre o IFSC e a sociedade. Parágrafo único. As atividades de extensão devem ter relação com a comunidade externa do IFSC.
RESOLUÇÃO CONSUP Nº 61, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016	A extensão é entendida como um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre o IFSC e a sociedade de forma indissociável ao ensino e à pesquisa.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Quadro 2 – Comparativo sobre as atividades de extensão no IFSC

DELIBERAÇÃO CEPE/IFSC Nº 017, DE 12 DE ABRIL DE 2010	A extensão compreende um conjunto de atividades em que o IFSC promove a articulação entre o saber fazer acadêmico e a realidade socioeconômica e cultural da região onde está inserido. Parágrafo único. Educação, Ciência e Tecnologia devem se articular de forma a priorizar o desenvolvimento local e o regional, possibilitando assim a necessária dinamização da vida acadêmica.
RESOLUÇÃO Nº 20/2013/CS	A extensão compreende um conjunto de atividades em que o IFSC promove a articulação entre os saberes (acadêmico, científico e tecnológico) e a realidade socioeconômica e cultural da região onde está inserido.
RESOLUÇÃO CONSUP Nº 61, DE 12 DE	As atividades de extensão são aquelas relacionadas ao compartilhamento mútuo de conhecimento produzido,

DEZEMBRO DE 2016	desenvolvido ou instalado no âmbito da instituição e estendido à comunidade externa. § 1º As atividades de extensão devem promover a transformação social no entorno dos câmpus do IFSC envolvendo servidores e discentes por meio de programas, projetos, cursos, eventos ou produtos. § 2º Para fins desta resolução, considera-se extensionista todo servidor, discente ou cidadão da comunidade externa com vínculo oficial em atividades de extensão do IFSC.
------------------	--

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Quadro 3 – Comparativo sobre princípios de extensão no IFSC

DELIBERAÇÃO CEPE/IFSC Nº 017, DE 12 DE ABRIL DE 2010	Não havia. Constavam apenas objetivos.
RESOLUÇÃO Nº 20/2013/CS	I – impacto e transformação social por meio de ações entre o IFSC e a sociedade proporcionando o desenvolvimento regional; II – impacto na formação do estudante envolvido no projeto visando ampliar as experiências discentes em termos teóricos, metodológicos, tecnológicos, culturais e de cidadania; III – indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão garantindo o processo formativo e a transferência de conhecimento e tecnologia para a sociedade; IV – interação dialógica com diferentes segmentos da sociedade para promoção da troca de saberes e o desenvolvimento de ações mutuas; V – interdisciplinaridade no atendimento a demandas formativas e sociais.
RESOLUÇÃO CONSUP Nº 61, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016	g) impacto e transformação social a partir da educação; II) desenvolvimento integral do discente; III) aproximação contínua dos extensionistas com o mundo do trabalho; IV) indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; V) inserção socioprofissional discente; VI) responsabilidade socioambiental dos extensionistas; VII) interdisciplinaridade; VIII) contribuição à superação das desigualdades sociais e ao desenvolvimento regional.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Para ilustrar o conceito de extensão a partir de 2016 no IFSC, que sintetiza a análise sociocultural do diagnóstico deste estudo, é apresentada a Figura 4. Essa figura mostra a tríade extensionista, ou seja, quando há a participação dos seguintes atores: coordenador de atividade de extensão (servidor), aluno e comunidade externa:

Figura 4 – Tríade extensionista



Fonte: Manual de Gestão da Diretoria de Extensão (IFSC, 2017).

Além das mudanças de concepção da extensão, de suas atividades e princípios, por conseguinte há mudanças em sua forma de registro e de produtos gerados.

Uma das mudanças relevantes trazidas pela última resolução é o alinhamento sociocultural ao político, mas principalmente quanto ao conceito de extensão e sua prática.

Diante desse panorama é que se dará a pesquisa considerando a relevância do papel da extensão na instituição, com o objetivo de trazer elementos que contribuam para a prática gestora das políticas institucionais de extensão do IFSC.

2.2.2 Diagnóstico de amplitude e intensidade do problema

Segundo Secchi (2013), o diagnóstico de amplitude se relaciona à quantidade ou à qualidade de pessoas que possam ser afetadas pelo

problema público. O autor recomenda se questionar sobre quantos e quais atores são atingidos pelo problema no momento e no futuro. Já o diagnóstico de intensidade se refere à gravidade do problema. Os atores políticos buscam sempre elevar seus problemas e suas soluções nas agendas, evidenciando que a distribuição da intensidade do problema é questão importante, visto que os problemas acometem as pessoas de forma desigual (SECCHI, 2016).

A análise do diagnóstico de amplitude e intensidade do problema público desta pesquisa encontra-se na dimensão de atendimento populacional do IFSC e da diversidade de oferta de cursos. Tais peculiaridades, por consequência, diversificam as características dos alunos da instituição, bem como a possibilidade (ou não) de participação nas atividades de extensão.

O IFSC, no ano de publicação desta dissertação, está funcionando com 22 câmpus, distribuídos no Estado de Santa Catarina, conforme ilustra a Figura 5. Sua missão é promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural. Sua visão é ser uma instituição de excelência na educação profissional, científica e tecnológica, fundamentada na gestão participativa e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (IFSC, 2014). Trata-se de uma instituição que, em 2017, contava com 41.014 alunos, 1.506 docentes e 1.197 servidores técnico-administrativos, de acordo com a base de dados do Anuário Estatístico 2018 do IFSC.

Com uma oferta educativa abrangente, inclui cursos de formação inicial e continuada, educação de jovens e adultos aliada a formação profissional, formação profissional técnica de nível médio, cursos superiores de tecnologias, licenciaturas e bacharelados, bem como pós-graduação *lato e stricto sensu* (IFSC, 2016).

De acordo com o Anuário Estatístico 2018 do IFSC, foi catalogada pela instituição a quantia de 670 cursos nas diferentes modalidades ofertadas, dos quais 619 eram presenciais e 51, a distância. Esse total de cursos provoca uma movimentação de inscritos em torno de 131.989 pessoas em um montante estimado de 7.001.161 pessoas no Estado de Santa Catarina, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2017.

O mapa a seguir demonstra a distribuição geográfica de atuação do IFSC no Estado de Santa Catarina:

Figura 5 – Mapa do IFSC

Fonte: Diretoria de Comunicação do IFSC (2017).

A extensão do IFSC encontra-se disponibilizada aos 41.014 alunos da instituição, com a participação vinculada a um programa, projeto, curso, evento ou geração de produto e com a execução da tríade extensionista – anteriormente explicada na análise sociocultural.

No relatório de gestão do IFSC de 2017 foram apresentados os números da Diretoria de Extensão, exibida no organograma da PROEX (Figura 3), que podem demonstrar a amplitude e intensidade do problema, de forma que proposições de melhorias nos processos de avaliação da extensão do IFSC podem contribuir com a gestão da extensão da PROEX/IFSC.

A Figura 6 mostra o número de projetos, público atendido, alunos, voluntários e servidores envolvidos nas atividades de extensão durante o ano de 2017, em razão dos editais fomentados pela PROEX, com e sem recursos financeiros.

Figura 6 – Números envolvendo editais de extensão em 2017



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Ainda que pelos números não se possa averiguar se se tratava dos mesmos servidores ou não, uma vez que a contabilização é feita por projetos, pode-se verificar a amplitude e a intensidade considerando o quantitativo de servidores, estudantes extensionistas e membros do público externo impactados pelas atividades de extensão registradas na PROEX/IFSC no ano de 2017.

2.2.3 Diagnóstico de tendência

A análise de tendência serve para projetar o quanto o problema se intensificará. Apresenta consequências importantes sobre as opções de método de análise e das próprias alternativas de solução ao problema (SECCHI, 2016).

Para dar conta dessa análise, foram considerados documentos do FORPROEX, pois trazem elementos que indicam a tendência do problema.

Além disso, outro indicativo de tendência pode ser conferido nos resultados do Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU) e do Seminário de Extensão Universitária da Região Sul (SEURS), eventos organizados com a participação das instituições que compõem os fóruns de extensão.

Em 2017 o FORPROEX se reuniu com o objetivo de discutir os rumos da extensão universitária brasileira, diante do que, para o Fórum, se considera um avanço de agendas desestabilizadoras do campo e do compromisso social da educação superior pública (FORPROEX, 2017).

Ao final do encontro, foi produzida pelo Fórum a Carta de Florianópolis, com proposições para o ano seguinte: a) ampliar e fortalecer a política de internacionalização da extensão, concebida na interlocução com a inserção curricular, sendo subsidiada por linhas de fomento específicas; b) validar e aplicar indicadores de avaliação da extensão nas IES públicas, por meio da discussão e adoção de 12 indicadores nas regionais do Fórum; c) organizar, em âmbito nacional, uma campanha sobre atuais experiências de integração da extensão nos currículos dos cursos de graduação, por meio da estruturação de canais de divulgação e banco de conhecimentos (FORPROEX, 2017).

Por meio de uma das proposições apresentadas pelo Fórum e do objeto proposto nesta pesquisa, pode-se perceber que há alinhamento entre um e outro, ou seja, ao demandar que sejam validados e aplicados os indicadores de avaliação da extensão nas IES públicas, de certa maneira evidencia-se que estes ainda não são aplicados.

Além do mais, ao pesquisar sobre quais seriam esses indicadores citados pelo Fórum, vê-se que eles se encontram categorizados no relatório de pesquisa de 2017 produzido pelo Fórum e denominado “Indicadores Brasileiros de Extensão (IBEU)”.

Nas considerações desse documento, o Fórum esclarece que a definição de indicadores para gestão e avaliação de qualquer atividade de uma organização pressupõe considerar as particularidades envolvidas, ou seja, o ponto de partida sempre deve ser o conhecimento do ambiente em que se está inserido, que é dinâmico e diferente para cada organização. Nesse sentido, desde o início, o projeto IBEU e o Fórum não se propuseram a definir um conjunto de indicadores para a extensão universitária brasileira automaticamente adequável a qualquer instituição.

Ao contrário disso, houve a preocupação em reconhecer as múltiplas particularidades, deixando claro que o objetivo proposto e

alcançado foi estabelecer uma base de referência, em que diferentes instituições poderão se apoiar para pensar e planejar, considerando sua realidade particular. Como última recomendação, o Fórum reafirmou a importância da avaliação da extensão tanto para a avaliação institucional das instituições públicas de ensino superior quanto para o próprio fortalecimento da extensão (FORPROEX, 2017).

De acordo com o Fórum, espera-se que a partir da reflexão sobre o trabalho realizado se possam vislumbrar novos caminhos para a extensão, de modo a ampliar a contribuição dessa atividade no processo de desenvolvimento social, cultural e econômico do país (FORPROEX, 2017).

As produções sistematizadas do Fórum e seu posicionamento político possivelmente servirão de base para o direcionamento da atuação dos pró-reitores de extensão em suas instituições, tornando-se a tendência do problema público estabelecido nesta pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo está estruturado em cinco capítulos: introdução, análise do problema, procedimentos metodológicos, análise das soluções e conclusão. Adota-se como pilar metodológico a obra *Análises de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções*, do professor Leonardo Secchi (2016).

Conforme o autor, a análise de políticas públicas é uma atividade voltada para a geração e sistematização de conhecimentos aplicados ao enfrentamento de problemas públicos. A análise de políticas públicas pode melhorar o processo decisório público com o uso de métodos e técnicas de análise de problemas e de soluções para auxiliar nas decisões e na estruturação de políticas, leis, programas, campanhas, projetos ou ações públicas.

Dessa forma, este trabalho possui um método de pesquisa e um método de análise. O método de pesquisa é a forma como a pesquisadora investiga a realidade do problema, ao passo que o método de análise se refere às escolhas da pesquisadora para encontrar as soluções à problemática de pesquisa.

Secchi (2016) esclarece que entre os métodos e técnicas consolidados na literatura internacional encontram-se a análise custo-benefício, a análise de custo-efetividade, o redesenho incremental, o mapeamento de argumentos, a análise de viabilidade política e de implementação, os métodos participativos e as técnicas *nudge*. A recomendação, ao final da análise, é destinada em geral a um tomador de decisão, mas que pode ser objeto de interesse a outros atores políticos também.

Por que a escolha em utilizar Secchi (2016) como metodologia de análise? Várias são as razões. A primeira delas é que a pesquisa está relacionada à linha de Políticas Públicas e Sociedade. A segunda é o fato de o livro ser um guia prático para análises de políticas públicas que permite a escolha por técnicas já referendadas pela literatura. Além disso, soma-se o trabalho realizado na disciplina de Práticas em Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da UFSC. Essa experiência se mostrou exitosa pelos desdobramentos de soluções que podem ser encontradas e recomendadas ao tomador de decisão.

Ao final desta pesquisa encontra-se um relatório técnico, destinado aos gestores do IFSC, os tomadores de decisão, com contribuições aos seus processos de avaliação da extensão.

Esta pesquisa é de natureza aplicada, com uma abordagem qualitativa. Quanto aos fins, é descritiva. As fontes de informação são a pesquisa bibliográfica e dados coletados por meio das técnicas definidas. Quanto aos meios, a pesquisa é bibliográfica, documental e um estudo de caso. As técnicas definidas para o alcance dos objetivos são o levantamento de informações e o método de análise de políticas públicas.

Assim sendo, a natureza da pesquisa é aplicada, o que, segundo Vergara (2013), é uma pesquisa fundamentalmente motivada pela necessidade de resolver problemas concretos, com uma finalidade prática. A pesquisa é aplicada por encontrar subsídios práticos para os processos de avaliação da extensão do IFSC.

Quanto à abordagem, a pesquisa é qualitativa, a qual tem ênfase nos seguintes pontos: 1) perspectivas dos participantes e suas diversidades; 2) reflexividade do pesquisador; 3) variedade de abordagens e métodos (RODRIGUES, 2006).

Quanto aos fins, a pesquisa, no conjunto do trabalho, é descritiva, cujo objetivo é expor as características de determinado fenômeno, podendo estabelecer correlações entre as variáveis e definir sua natureza (VEGARA, 2013). A pesquisa descreve de que forma são propostas as contribuições de melhorias aos processos de avaliação de extensão do IFSC.

A pesquisa pode ser classificada também como bibliográfica e de investigação documental. Enquanto a pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado e desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, ou seja, material de acesso ao público, a investigação documental é a realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza ou com pessoas: registros, anais, regulamentos, atas, ofícios, orçamentos, diários, magnéticos e eletrônicos no geral, fotografias, entre outros (VERGARA, 2013).

A pesquisa bibliográfica realizada neste estudo quanto ao tema “políticas públicas” concentrou-se principalmente em Secchi (2013; 2016), Heidemann (2014) e Howlett (2013). Quanto ao tema “avaliação da extensão”, concentrou-se em Dias Sobrinho (2000), Mendes e Castro (2001), Castro et al. (2014) e Serrano (2007; 2012).

A investigação documental foi feita em atas, portarias, resoluções, editais, relatórios de auditoria e de prestação de contas de gestão, plano de desenvolvimento institucional, plano anual de trabalho (PAT), orçamento, resoluções, regulamentos, leis, editais, resultados de editais, listagem de projetos, relatórios do IFSC, dos fóruns de extensão, do MEC

e de outros órgãos verificados pela pesquisadora em consulta local no IFSC.

A investigação documental também deu ênfase aos documentos publicados pelo FORPROEX, principalmente em relação aos indicadores utilizados na etapa de análise de soluções.

Além disso, quanto aos meios, a pesquisa é um estudo de caso por estar circunscrita ao IFSC. Entretanto, ao mesmo tempo, se olharmos sob o ponto de vista de análise da política pública, o IFSC é o contexto do problema e não o problema em si, de forma que o método de análise é contingencial, podendo ser aplicado a qualquer tipo de problema público, em qualquer contexto. Assim, nas considerações finais, é apresentado de que forma a pesquisa também possui um caráter de replicabilidade, ao ter se utilizado da metodologia de análise de políticas públicas.

O método de análise de políticas públicas utilizado por Secchi (2016) foi classificado como contingencial por apontar caminhos alternativos (racionalista ou argumentativo) de acordo com o tipo de problema público e o perfil dos atores envolvidos. Essa classificação foi feita pois, segundo o autor, não haveria um método ou caminho melhor – cada situação ou contingência mostra as situações mais adequadas para gerar informações úteis ao processo decisório de política pública.

O Quadro 4 mostra a classificação do método de análise a ser utilizado na pesquisa:

Quadro 4 – Resumo da classificação do método de análise de política pública

	Método de análise
Natureza	Aplicada
Abordagem	Contingencial (racionalista)
Fins	Prescritiva
Fontes de informação	Campo e bibliografia
Meios	Bibliográfica; Documental; Avaliação <i>in loco</i> .
Técnicas	Levantamento; Grupo focal com <i>brainstorming</i> ; Roteiro com questionário semiestruturado; Avaliação <i>in loco</i> de atividades de extensão, usando formulário de avaliação elaborado pela pesquisadora;

	Método de viabilidade política e de implementação – AVPI (SECCHI, 2016).
--	--

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

3.1 ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

De acordo com Secchi (2016), analisar é estudar um fenômeno complexo por meio da fragmentação de suas partes e do estudo das interações entre elas, fazendo aproximações de como funciona o todo. As primeiras etapas, dessa forma, são a definição do problema e dos objetivos. No caso, isso equivale ao problema de pesquisa e aos objetivos gerais e específicos.

Assim, quem se propõe a analisar políticas públicas é um analista, aquele que coleta dados, organiza reuniões com atores e elabora um relatório com recomendações ao demandante (SECCHI, 2016).

A figura a seguir sintetiza o método de análise de políticas utilizado nesta pesquisa:

Figura 7 – Método de análise de política pública



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O método de análise de políticas públicas utilizado nesta pesquisa possui duas grandes etapas: a) análise do problema; b) análise das soluções.

A primeira etapa (análise do problema) foi realizada na introdução da pesquisa, uma vez que se caracteriza como diagnóstico, sendo anterior ao restante da pesquisa. Já a segunda – análise de soluções – é a etapa que permite encontrar alternativas, projetar resultados e estruturar as recomendações de soluções a serem aplicadas.

Para a análise de soluções, a pesquisadora poderia escolher entre duas abordagens: a racionalista ou a argumentativa. A escolha foi pela abordagem racionalista, uma vez que o tema é técnico estruturado, sua urgência é grande e o resultado da análise é o resultado da pesquisa proposta.

Uma vez determinada a abordagem para a análise de soluções, passa-se para as etapas de geração e especificação de alternativas. Secchi (2016) recomenda um número de quatro alternativas, sendo uma delas o *status quo*, uma solução óbvia e mais duas alternativas geradas de forma criativa para que na análise possam ser exploradas e para que os resultados sejam projetados com maior precisão. Dessa forma, espera-se, ao final da pesquisa, obter recomendações práticas que possam ser aplicadas como subsídios para a tomada de decisão no IFSC quanto à avaliação da extensão nessa instituição.

Após a especificação das alternativas, para a análise de soluções, inclui-se a necessidade de análise de critérios e indicadores. Os critérios podem ser vistos como macro-objetivos ou justificativas para mudanças nas políticas e têm relação com princípios como eficiência, eficácia e equidade. Já os indicadores são as operacionalizações desses princípios de maneira que possam ser mensurados e as alternativas possam ser comparadas com base em algo palpável (SECCHI, 2016).

Uma avaliação de alternativas pode ser instrumentalizada com um ou com vários critérios, entretanto uma análise que busque o benefício social agregado deve ser pautada em mais de um critério, de modo que amplie os prismas, podendo ser em torno de três ou quatro para produzir uma avaliação mais ampla das alternativas e suas consequências (SECCHI, 2016).

Os indicadores, por sua vez, são os substitutos operacionais dos critérios, assim costumam ser usados para simplificar, objetivar e, se possível, mensurar o potencial desempenho de alguma alternativa de política pública (SECCHI, 2016).

Quanto aos critérios, foram escolhidos pela pesquisadora e utilizados os seguintes: viabilidade política, simplicidade, custo e impacto.

Em relação aos indicadores, foram utilizados os já elaborados pelo FORPROEX (2016), haja vista que uma das recomendações do próprio

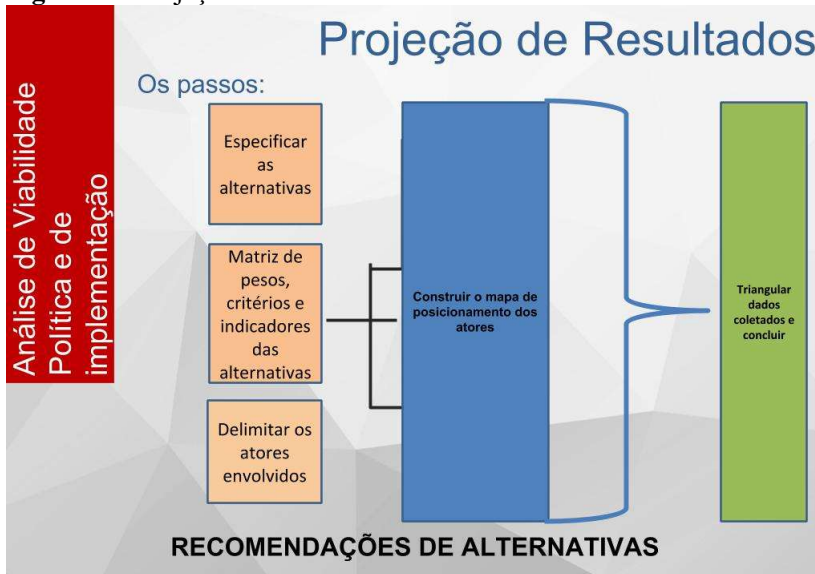
Fórum é de que as instituições efetuem a implementação desses indicadores e consigam elaborar seu próprio sistema avaliativo de extensão. Esses indicadores selecionados contemplam de forma implícita os indicadores previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSC.

Por fim vem a etapa de projeção de resultados, algo semelhante a uma futurologia embasada em dados, teorias, pressupostos e conjecturas feitas pelo analista (SECCHI, 2016). Dentre as técnicas para essa etapa, a pesquisadora aplicou a análise de viabilidade política e de implementação (AVPI).

Inicialmente, no projeto de qualificação, houve o planejamento de adotar a técnica de análise de custo-efetividade. Entretanto, como o foco da pesquisa é contribuir com a melhoria dos processos de avaliação do IFSC do ponto de vista do público impactado e como as técnicas de coleta trouxeram dados qualitativos para a geração de alternativas, verificou-se que a técnica mais apropriada era a análise de viabilidade política e de implementação (AVPI).

A partir disso, foi construída a figura a seguir, que sintetiza a forma de aplicação dessa técnica para projetar resultados e recomendar alternativas.

Figura 8 – Projeção de resultados



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A etapa de triangulação é feita pela pesquisadora ao analisar todos os dados, matrizes, atores, bem como o cálculo de posicionamento perante cada alternativa.

Ao final, é apresentado o produto complementar da pesquisa – um relatório técnico com a estruturação da recomendação, proveniente da alternativa mais adequada, atendendo aos quesitos de ser tecnicamente consistente, socialmente sensível e politicamente viável (SECCHI, 2016).

3.1.1 Procedimentos técnicos para geração de alternativas

Para a coleta de dados e geração de alternativas foram realizados os seguintes procedimentos e técnicas:

- a) entrevista com roteiro semiestruturado aplicado aos coordenadores de extensão, tendo em vista sua participação na gestão da extensão nos câmpus (municípios) do IFSC;
- b) observação e avaliação *in loco* de etapas de projetos em execução, vinculados ao Edital APROEX 03/2018, realizada pela pesquisadora em projetos nas cidades de Florianópolis, São José, Palhoça e Garopaba.

Inicialmente houve o planejamento da realização de grupo focal com gestores do IFSC. Essa etapa ocorreu de outra forma, tendo em vista o convite que a pesquisadora recebeu para apresentar o projeto de qualificação aos colegas da PROEX em uma reunião de planejamento.

Na ocasião, alguns dos dados coletados por meio da técnica de *brainstorming* nas entrevistas foram discutidos. Por escolha da pesquisadora, não houve a realização de outro grupo focal, por considerar que a coleta com as entrevistas e a avaliação *in loco* haviam produzido um número considerável de informações para gerar as alternativas e projetar os resultados.

As entrevistas semiestruturadas têm atraído o interesse dos pesquisadores devido à expectativa de que os pontos de vista dos sujeitos entrevistados sejam expressos com um planejamento relativamente aberto em relação a uma entrevista padronizada (FLICK, 2004). Ademais, a entrevista tem sido uma das técnicas mais utilizadas em pesquisas qualitativas (OLIVEIRA; LEITE FILHO; RODRIGUES, 2007).

Com as contribuições recebidas nas entrevistas, portanto, foi realizada a categorização e sugestão prática pela pesquisadora. As categorias definidas foram: a) percepção do trabalho da PROEX; b)

institucional; c) estrutura e regulamentação da extensão; d) processos de avaliação; e) prestação de contas.

Segundo Gomes e Barbosa (1999), o método para a análise dos dados qualitativos pode ser o de observar os padrões e as tendências, bem como as opiniões solidamente mantidas ou frequentemente expressas, destacando as partes que correspondem às questões do roteiro e fazendo marcações em comentários relevantes para o relatório final, analisando cada questão separadamente. Ao final, devem-se rever todas as respostas e escrever um sumário que descreva a discussão.

Avaliar *in loco* as atividades de extensão selecionadas é um meio de investigação que permite analisar a teoria durante o processo de mudança, provocado pela ação dos sujeitos. É uma técnica recomendada para investigações com grupos ou coletividades de pequeno porte (ROESCH, 1999).

A utilização da técnica de *brainstorming* teve o objetivo de coletar ideias de soluções variadas para o mesmo problema. Osborn (1953) classificou *brainstorming* ou “tempestade de ideias” como uma técnica de criatividade em grupo em que os participantes são solicitados a expor suas ideias de forma livre diante de uma questão ou problema.

Assim, no capítulo de análise de soluções estão detalhados os resultados obtidos com esses procedimentos na geração de alternativas, bem como de que forma a pesquisadora as especificou e projetou seus resultados.

3.2 AMOSTRA – PÚBLICO SELECIONADO

Para a entrevista com roteiro semiestruturado a pesquisadora elegeu os coordenadores de extensão. Essa escolha deve-se ao fato de serem tomadores de decisão em alguma medida de atuação ou como responsáveis em alguma medida por prestações de contas, processos de avaliação institucional externa, auditorias, entre outros.

Para a avaliação *in loco*, foram escolhidos projetos em execução por conveniência. Esses projetos fazem parte do edital APROEX 03 do IFSC (Anexo A), publicado em 17 de novembro de 2017, com execução prevista durante o ano de 2018.

A escolha desse edital foi apropriada para a avaliação *in loco* por possuir o maior prazo de execução, ou seja, anual. Permitiu, dessa forma, o agendamento para acompanhamento da execução de etapa do projeto de acordo com o cronograma estabelecido na proposta.

A seguir, com a finalidade de melhor visualização, segue a descrição por objetivo e técnicas adotadas:

Quadro 5 – Operacionalização dos objetivos

Objetivo específico	Técnicas
Especificar alternativas de soluções à problemática	Pesquisa documental; <i>Brainstorming</i> ; Avaliação <i>in loco</i> de atividades de extensão (seleção de amostra), com estudo de projeto, agendamento e acompanhamento de etapa de execução de projeto. Entrevista individual, presencial, por skype ou menseger, com roteiro semiestruturado aplicado aos coordenadores de extensão.
Estabelecer critérios e indicadores a serem utilizados de acordo com as alternativas especificadas	Pesquisa bibliográfica; Pesquisa documental (com base nos indicadores do FORPROEX e no PDI do IFSC).
Projetar resultados por meio do método da análise de viabilidade política e de implementação, da abordagem racionalista	Análise de política pública – abordagem racionalista – técnica de análise viabilidade política e de implementação (AVPI)
Recomendar as alternativas mais adequadas por meio de relatório técnico	Elaboração de relatório técnico com base nas recomendações após a construção das alternativas de soluções encontradas, em formato digital e <i>on line</i> .

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

4 ANÁLISE DAS SOLUÇÕES

A etapa de análise das soluções, após serem consideradas as alternativas de solução, indicará qual delas será a mais recomendada.

A primeira tarefa nessa etapa é a de geração de alternativas, que é o momento mais intuitivo, rico em imaginação, no qual o analista (a pesquisadora) pode usar sua criatividade. Entretanto, Secchi (2016) sugere que uma das alternativas mantenha o *status quo*, porque, após especificada e ao ser comparada com outras alternativas, poderá mostrar se vale a pena ou não intervir no *status quo*.

A próxima alternativa sugerida pelo autor é uma solução óbvia, aquela que já pode estar sendo defendida por atores políticos. Ao incluí-la e confrontá-la com outras alternativas, pode-se avaliar se são sustentáveis ou não.

Por fim, Secchi (2016) recomenda a geração de duas alternativas criativas, exploradas, especificadas e projetando seus resultados com maior precisão por meio de técnicas de criatividade estruturada.

4.1 GERAÇÃO DE ALTERNATIVAS

A escolha da pesquisadora para gerar alternativas foi por meio das técnicas de *brainstorming*, avaliação *in loco* e entrevista com roteiro semiestruturado.

A entrevista com roteiro semiestruturado foi realizada individualmente com os servidores do IFSC na função de coordenador de extensão nos 22 câmpus da instituição. O roteiro, composto por seis questões, possibilitou a geração de alternativas principalmente na verificação das opções de *status quo* e de soluções óbvias.

4.1.1 Status quo

As questões para verificação do *status quo* da gestão da extensão do IFSC eram as seguintes:

- a) Na etapa de submissão de projeto, qual a sua percepção sobre os procedimentos que a PROEX realiza para avaliação da extensão (aprovação, registro e execução de projetos e relatórios finais)?
- b) Qual a sua percepção sobre os processos gerais de avaliação da extensão realizados pela extensão do IFSC?

- c) De acordo com a sua concepção, a partir de documentos legais do IFSC, qual deveria ser a visão estratégica (algo a ser alcançado a longo prazo) da avaliação da extensão?

4.1.2 Alternativas óbvias

A fim de descobrir quais eram as alternativas que poderiam ser consideradas óbvias, ou seja, aquelas mais defendidas pelo ator político – coordenador de extensão –, as questões foram estas:

- a) Na sua concepção e práticas de avaliação de extensão, enquanto coordenador de extensão do câmpus, o que uma atividade de extensão deve medir?
- b) O que a PROEX do IFSC deve fazer para poder medir o impacto da atividade extensionista? Como operacionalizar essa avaliação?

4.1.3 Alternativas criativas

Uma das técnicas aplicadas foi o *brainstorming* de forma individual por meio da entrevista com roteiro semiestruturado aos coordenadores de extensão dos câmpus.

O roteiro apresentou uma questão aberta para que o servidor pudesse ter um momento de “tempestade de ideias” (*brainstorming*). A questão era a seguinte: “Quais as suas sugestões para a gestão da PROEX acerca dos processos de avaliação da extensão do IFSC?”.

A segunda técnica utilizada foi a avaliação *in loco* de projetos de extensão em execução referentes ao edital APROEX 03/2018.

4.2 IMPRESSÕES DA PESQUISADORA

Este capítulo relata as impressões e percepções que a pesquisadora coletou e registrou com o uso de formulários nas entrevistas e avaliações *in loco* que realizou.

4.2.1 Das entrevistas

Este método teve a intenção de realizar entrevista com os coordenadores de extensão dos câmpus, ou seja, um número de 22 pessoas. Foram realizadas 17 entrevistas com coordenadores de extensão,

uma com um diretor de extensão, pesquisa e pós-graduação e uma com uma ex-coordenadora de extensão na Reitoria, totalizando 19. Dessa forma, em relação ao planejamento inicial, não foram realizadas cinco entrevistas, devido à indisponibilidade dos coordenadores.

As respostas apresentadas sobre os procedimentos atuais da avaliação da extensão foram positivas quanto ao trabalho realizado pela equipe da PROEX, bem como quanto à utilização do sistema SIGAA (Sistema Integrado de Atividades Acadêmicas), embora muitas das respostas tenham apresentado a necessidade de melhorias no sistema quanto ao envio de notificações nas alterações de *status* dos projetos.

Em relação aos avaliadores *ad hoc* do IFSC, houve um consenso sobre a necessidade de qualificação das avaliações feitas por eles, excluindo, dentro do possível, o máximo de subjetividade e tornando a avaliação mais objetiva e uniforme. Além disso, houve a demonstração de um desejo coletivo por *feedback* quanto às avaliações realizadas pelos coordenadores *ad hoc*.

Em relação à avaliação dos relatórios finais, após execução dos projetos e dentro do cronograma de cada edital, os entrevistados relataram terem dúvidas sobre a prestação de contas. Também relataram algumas queixas de servidores nos câmpus se referindo ao processo demasiadamente burocrático da prestação de contas. Por outro lado, sendo a prestação de contas uma obrigatoriedade legal, em formato sugerido pela auditoria interna do IFSC, na seção item de sugestões será detalhado como poderia ser realizada uma capacitação com os servidores quanto a esse tema.

A questão sobre a percepção a respeito da visão estratégica da avaliação da extensão a partir dos documentos do IFSC apresentou, na sua maioria, que a visão existe na Resolução 61/2016/CS/IFSC – regulamentação de atividades de extensão do IFSC. Além disso, a PROEX, na visão dos respondentes, tem feito esforços para demonstrar uma visão estratégica e não apenas operacional. Os respondentes também reforçaram que seria necessário que essa visão estratégica fosse compartilhada pelos demais gestores da instituição.

Na sequência, foram feitas duas questões que contribuíram para a especificação de alternativas óbvias. Quando perguntados sobre o que uma atividade de extensão deveria medir e o que a PROEX do IFSC deveria fazer para poder medir o impacto da atividade extensionista, com operacionalização pela Coordenadoria de Extensão no câmpus, os respondentes, na sua maioria, afirmaram que o principal é o impacto na transformação da comunidade, seguido do impacto na formação do aluno. Para essa medição, os respondentes acreditam que o foco precisa estar nos

resultados da execução dos projetos. Para isso, sugeriram que a PROEX seja a orientadora quanto à forma de operacionalizar no câmpus o acompanhamento do impacto da atividade extensionista. Dentre as sugestões práticas, incluíram: a) a obrigatoriedade em edital de apresentação do relatório parcial, para que fosse possível avaliar os resultados parciais do projeto; b) o estabelecimento de algum tipo de instrumento que cruzasse a avaliação dos participantes com resultados dos projetos; c) a associação de um método de pesquisa – quantitativo e qualitativo – ao relatório final do projeto de extensão; d) a necessidade de *feedback* quanto aos relatórios finais, incentivando a inserção de dados, arquivos, fotos e avaliação pelo banco de avaliadores *ad hoc*; e) o estabelecimento, no cronograma de execução, de reunião com os bolsistas para acompanhamento do impacto na sua formação.

Por fim, a última questão referiu-se às sugestões para a gestão da PROEX acerca dos processos de avaliação da extensão do IFSC. As sugestões coletadas foram apresentadas na reunião de planejamento da PROEX na data de 15 de junho de 2018 e constam no quadro resumo.

Essa questão, por ser aberta, também apresentou sugestões mais amplas ao envolver decisões de gestão não só de extensão, mas institucionais, tais como: a) melhorias na comunicação da Reitoria com os câmpus; b) abertura de espaços em eventos institucionais para manifestação das demandas e experiências dos câmpus; c) estímulo ao fazer extensionista atrelado à revisão da distribuição da carga horária de trabalho de docentes e servidores técnico-administrativos da instituição, ou seja, cessão de espaço no horário de trabalho para o desenvolvimento de projetos de extensão; d) revisão da orientação de que professores substitutos não podem ser coordenadores de projetos de extensão; e) revisão do valor de auxílio financeiro concedido ao coordenador para o desenvolvimento do projeto; f) capacitação sobre como prestar contas ou rever os itens que compõem a prestação de contas orientada nos editais de 2018.

As entrevistas trouxeram para a pesquisa perspectivas qualitativas para a geração de alternativas, bem como abriram possíveis temas para pesquisas futuras relacionadas à extensão ou a outros problemas que se apliquem à instituição.

No quadro a seguir são apresentados os resultados das entrevistas categorizados pela pesquisadora de acordo com as respostas obtidas, de forma qualitativa.

Quadro 6 – Resumo dos resultados das entrevistas

Categoria	Contribuição do entrevistado
Percepção do trabalho da PROEX	Elogios para a atuação da PROEX.
Percepção do trabalho da PROEX	Elogios para a Resolução 61/2016.
Percepção do trabalho da PROEX	SIGAA – agregou melhor gerenciamento, embora ainda necessite de ajustes, principalmente quanto às notificações do sistema.
Percepção do trabalho da PROEX	Diminuir a rigidez na avaliação de projetos de fluxo contínuo.
Percepção do trabalho da PROEX	O cronograma de editais da PROEX poderia ser mais ajustado ao cronograma de atividades dos câmpus, para otimização de divulgação, incentivo e participação nos editais.
Institucional	Parceria guarda-chuva para vários projetos do câmpus.
Institucional	Rever a orientação de que professores substitutos não podem ser coordenadores de projetos de extensão.
Institucional	Estimular o fazer extensionista atrelado à revisão da distribuição da carga horária de trabalho de docentes e servidores técnico-administrativos da instituição, ou seja, conceder espaço no horário de trabalho para o desenvolvimento de projetos de extensão.
Institucional	Melhorias na comunicação da Reitoria com os câmpus. Inclui, mas também extrapola a comunicação da PROEX com as Coordenadorias de Extensão.
Institucional	Abrir espaços em eventos institucionais para manifestação das demandas e experiências dos câmpus.
Estrutura e regulamentação da extensão	Fomentar a criação de espaços no câmpus para atividades de extensão (como um laboratório de extensão), bem como para a estruturação da Coordenadoria de Extensão.

Estrutura e regulamentação da extensão	Promover capacitação para coordenadores de extensão – novos na função – presencial ou a distância.
Estrutura e regulamentação da extensão	Promover capacitação ou desenvolvimento do entendimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas atividades de extensão.
Estrutura e regulamentação da extensão	Rever o valor de auxílio financeiro concedido ao coordenador para o desenvolvimento do projeto.
Estrutura e regulamentação da extensão	Associar de projetos de pesquisa aos projetos de extensão.
Estrutura e regulamentação da extensão	Fortalecer a capacitação nos câmpus. Obs.: A Reitoria itinerante é vista como positiva, entretanto, como não há a participação de todos os servidores, há a necessidade de fortalecimento da efetividade dela.
Estrutura e regulamentação da extensão	Sensibilização dos extensionistas (dos servidores para se tornarem extensionistas).
Estrutura e regulamentação da extensão	Formação e capacitação para os gestores sobre extensão.
Estrutura e regulamentação da extensão	Promover capacitação nos Encontros de Ensino, Pesquisa e Extensão por níveis de conhecimento/tempo na Coordenadoria de Extensão. Uma das sugestões para como fazer isso é dando autonomia para o coordenador decidir a qual grupo ele pertence.
Estrutura e regulamentação da extensão	Criar estratégias para maior estruturação e visibilidade das atribuições da Coordenadoria de Extensão no câmpus.
Estrutura e regulamentação da extensão	Ofertar um curso de preparação ao edital ou ofertar curso de elaboração de projeto. Sugestão de videoaula, com duração de oito horas, em caráter obrigatório, para submissão de propostas em editais.
Processos de avaliação	Qualificar os avaliadores <i>ad hoc</i> e promover a capacitação nos processos de avaliação da extensão.
Processos de avaliação	Dar <i>feedback</i> das avaliações feitas pelos coordenadores de extensão.

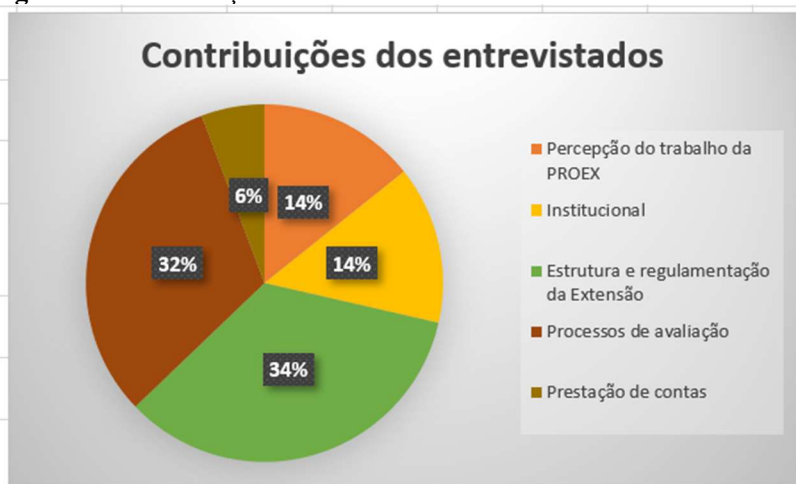
Processos de avaliação	Replicar a metodologia de acompanhamento das egressas do Mulheres Sim aos demais editais, de forma adaptada a cada um.
Processos de avaliação	Inserir como obrigatoriedade em edital de apresentação do relatório parcial, para que fosse possível avaliar os resultados parciais do projeto.
Processos de avaliação	Estabelecer algum tipo de instrumento que cruze avaliação dos participantes com resultados dos projetos.
Processos de avaliação	Associar um método de pesquisa – quantitativo e qualitativo – ao relatório final do projeto de extensão.
Processos de avaliação	Emitir <i>feedback</i> quanto aos relatórios finais, incentivando a inserção de dados, arquivos, fotos e avaliação pelo banco de avaliadores <i>ad hoc</i> .
Processos de avaliação	Estabelecer no cronograma de execução a reunião com os bolsistas para acompanhamento do impacto na sua formação.
Processos de avaliação	Estabelecer uma sistemática de avaliação de projetos para cada tipo de edital, conforme seu orçamento e temática.
Processos de avaliação	Acompanhar a execução do projeto.
Processos de avaliação	Utilizar a metodologia de diagrama de Gantt no campo de cronograma/descrição de atividades que há na elaboração de propostas de projetos/programas de extensão no SIGAA.
Prestação de contas	Capacitar sobre como prestar contas ou rever os itens que compõem a prestação de contas orientada nos editais de 2018.
Prestação de contas	Verificação da prestação de contas por amostragem feita Diretoria de Administração dos câmpus/Reitoria dos relatórios finais.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

As contribuições foram separadas por categorias de acordo com a natureza da contribuição. Contudo, a geração de alternativas continuou com o foco nos processos de avaliação da extensão a partir da perspectiva do público impactado.

A Figura 9 exibe como ficaram distribuídas as contribuições coletadas nas entrevistas com os coordenadores de extensão.

Figura 9 – Contribuições dos entrevistados

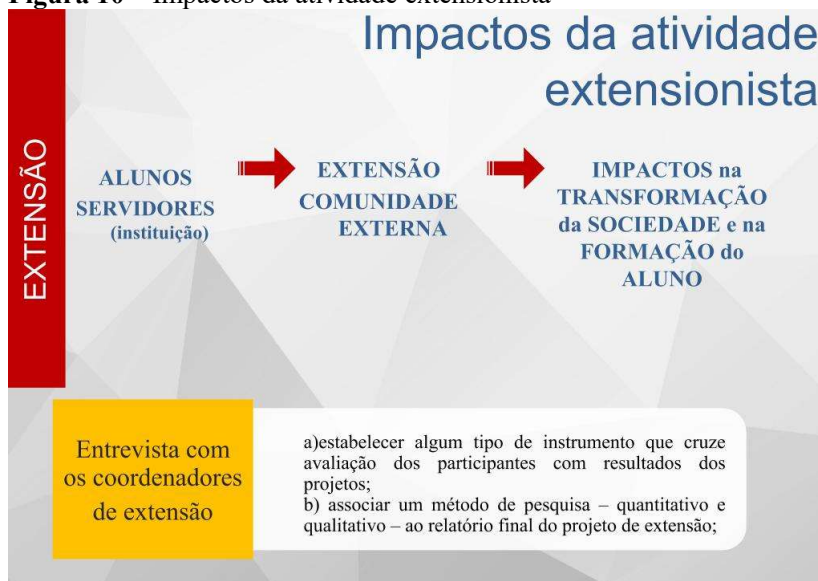


Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A Figura 10 foi construída a partir da leitura da pesquisadora sobre a atividade extensionista e com base nas entrevistas que realizou. O objetivo é que um proponente de atividade de extensão consiga refletir sobre o impacto que será causado e possa planejar um procedimento de avaliação para seu projeto.

No modelo de submissão de propostas da PROEX inserido no SIGAA, há previsão para inserção de informações sobre a metodologia de avaliação que o proponente utilizará. A figura poderá auxiliá-lo a refletir antes de preencher esse campo do projeto no sistema.

Figura 10 – Impactos da atividade extensionista



Fonte: Elaborado pela autora com base nas entrevistas realizadas (2018).

4.2.2 Das avaliações *in loco*

Para a realização das avaliações *in loco* de projetos de extensão, foram selecionados projetos por conveniência para a pesquisadora nas cidades de Florianópolis, Palhoça e Garopaba.

A avaliação *in loco* foi prevista para atender ao objetivo de especificar alternativas de soluções à problemática. Para isso, a pesquisadora elaborou um formulário de atividades de extensão, que foi validado durante as avaliações e que consta como apêndice, incluindo os ajustes de melhoramentos a partir da observação prática.

Inicialmente foram estudados os projetos aprovados pela PROEX no edital APROEX 03/2018. Em seguida, entrou-se em contato com os coordenadores dos projetos para autorização de avaliação. Essa etapa exigiu a conciliação de agenda da pesquisadora com as datas nos cronogramas dos projetos. No Apêndice A foi inserido um resumo dos projetos avaliados.

Ao observar a execução da atividade de extensão, algumas percepções foram consideradas relevantes pela pesquisadora:

a) os alunos bolsistas atuaram como protagonistas da ação, assim como previsto na Resolução 61/2016/CS/IFSC;

- b) foi encontrada relação entre o curso em que o aluno bolsista está matriculado e a atividade extensionista avaliada;
- c) as etapas avaliadas estavam previstas no cronograma dos projetos aprovados no edital APROEX 03/2018;
- d) a motivação para a realização do projeto tem relação com o impacto previsto na comunidade (demanda externa);
- e) há uma demanda por relacionar resultados dos projetos com impactos da atividade extensionista;
- f) há demanda também para capacitação/formação de bolsistas extensionistas;
- g) há necessidade de avaliação sistemática ao final de atividade de extensão a fim de relacionar resultados, impacto e melhorias para projetos futuros.

A avaliação *in loco* também possibilitou a reflexão sobre a redação do projeto, sua execução e a aprovação no edital para receber recursos financeiros da PROEX ou do câmpus. Essa reflexão surgiu tendo em vista que outras atividades foram sendo acrescentadas ao planejamento inicial do projeto conforme o desenvolvimento de sua execução. Tais situações são descritas no relatório final do projeto e também servirão de base para boas experiências futuras. Entretanto, mesmo não sendo possível afirmar tal fato, pode ser que isso tenha influenciado a classificação do projeto no ranqueamento final do edital, no sentido de que a execução se mostrou maior ou mais consistente do que a redação da proposta do projeto.

A observação do desenvolvimento de atividades de extensão, além de possibilitar a validação do formulário e a geração de alternativas, proporcionou satisfação por permitir presenciar a concretização do trabalho administrativo que é realizado pela PROEX.

Por conseguinte, também, proporcionou pensar que a experiência por avaliar *in loco* enriquece o avaliador quanto ao conhecimento de outras práticas e experiências. A interação com ambientes, projetos e públicos diferentes contribui para a construção de conhecimento. Se é possível dizer, a experiência de avaliar *in loco* proporcionou um estado de alegria e euforia pelos resultados que as atividades extensionistas produzem.

As Figuras 11, 12 e 13 apresentam imagens coletadas durante a avaliação *in loco* dos projetos. A pesquisadora se preocupou em preservar a imagem dos participantes, por isso as fotografias retratam apenas detalhes dos projetos.

Figura 11 – Projetos acompanhados



Fonte: Acervo da autora (2018).

Figura 12 – Projetos acompanhados



Fonte: Acervo da autora (2018).

Figura 13 – Projetos acompanhados



Fonte: Acervo da autora (2018).

A Figura 14 é um resumo sobre as percepções que a pesquisadora obteve com as avaliações *in loco*.

Figura 14 – Percepções da pesquisadora nas avaliações *in loco*

PERCEPÇÕES DA PESQUISADORA NAS AVALIAÇÕES IN LOCO

1) OS ALUNOS BOLSISTAS ATUARAM COMO PROTAGONISTAS DA AÇÃO, ASSIM COMO PREVISTO NA RESOLUÇÃO 61/2016/CS/IFSC;

2) FOI ENCONTRADA RELAÇÃO ENTRE O CURSO EM QUE O ALUNO BOLSISTA ESTÁ MATRICULADO E A ATIVIDADE EXTENSIONISTA AVALIADA;

3) AS ETAPAS AVALIADAS ESTAVAM PREVISTAS NO CRONOGRAMA DOS PROJETOS APROVADOS NO EDITAL APROEX 03/2018;

4) A MOTIVAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO TEM RELAÇÃO COM O IMPACTO PREVISTO NA COMUNIDADE (DEMANDA EXTERNA).

DEMANDAS PERCEBIDAS:

1) DEMANDA POR RELACIONAR RESULTADOS DOS PROJETOS COM IMPACTOS DA ATIVIDADE EXTENSIONISTA;

2) DEMANDA TAMBÉM PARA CAPACITAÇÃO/FORMAÇÃO DE BOLSISTAS EXTENSIONISTAS;

3) HÁ NECESSIDADE DE AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA AO FINAL DE ATIVIDADE DE EXTENSÃO A FIM DE RELACIONAR RESULTADOS, IMPACTO E MELHORIAS PARA PROJETOS FUTUROS.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

4.2.3 Do grupo focal

O planejamento inicial era a composição de um grupo focal com gestores para contribuir com a geração e especificação de alternativas pela pesquisadora. Entretanto, ao ser convidada para apresentar a pesquisa desenvolvida, a pesquisadora julgou adequado considerar a apresentação como a reunião que ocorria com a denominação de grupo focal. Isso se deve ao fato de que a reunião tinha como tema o planejamento da PROEX para o ano de 2019 e a pretensão por implementar algumas melhorias, inclusive a partir da apresentação feita pela pesquisadora.

Assim, a realização de outra reunião, na avaliação da pesquisadora, poderia não produzir o efeito planejado, considerando os objetivos da pesquisa e o cronograma de coleta futura.

Nesse contexto, a reunião de planejamento ocorreu no dia 15 de junho de 2018, com a presença de todos os servidores lotados na PROEX.

Figura 15 – Imagem da apresentação feita pela pesquisadora à equipe da PROEX em 15 de junho de 2018



Fonte: Acervo da autora (2018).

A pesquisadora considerou essa reunião de apresentação suficiente em relação ao planejamento inicial de grupo focal, pois estavam presentes os gestores que seriam convidados a participar da pesquisa. Na visão da pesquisadora, mais uma reunião sobre o tema poderia influenciar as alternativas que posteriormente seriam geradas e especificadas.

4.3 ESPECIFICAÇÃO DE ALTERNATIVAS

Sob a perspectiva do objetivo geral da pesquisa, que é a proposição de melhorias nos processos de avaliação da extensão com vistas a contribuir com a gestão da extensão do IFSC, e a partir dos dados coletados com entrevistas e avaliação *in loco*, a seguir estão descritas as alternativas especificadas.

4.3.1 Alternativa *status quo*

A alternativa *status quo* é aquela que, após especificada, projetada e comparada a outras alternativas, responderá ao questionamento se vale a pena modificar a situação atual.

Foram feitas três questões nas entrevistas com roteiro semiestruturado, que demonstraram um cenário atual considerado efetivo, considerando os *feedbacks* positivos para a equipe da PROEX, bem como em relação à implantação da Resolução 61/2016/CS/IFSC – regulamentação das atividades de extensão – e ao uso do sistema acadêmico SIGAA.

Diante desse cenário, a alternativa *status quo* é a manutenção do trabalho realizado pela gestão e equipe da PROEX atualmente.

4.3.2 Alternativa óbvia

Soluções óbvias são aquelas defendidas por atores políticos de forma veemente, que já estão consolidadas no imaginário coletivo ou que são famosas pelo sucesso de aplicação em outros lugares. A importância de sua inclusão, na comparação com outras alternativas, é que algumas vezes soluções tidas como favoritas não conseguem se viabilizar (SECCHI, 2016).

Da perspectiva da pergunta de pesquisa, que é como aprimorar os processos de avaliação de extensão do IFSC da perspectiva do público impactado, foram feitas duas questões na entrevista com os coordenadores de extensão dos câmpus, que nesse caso compõem o grupo de atores políticos que podem defender uma determinada alternativa.

Em retomada ao que foi respondido nessas questões, na sua maioria, os coordenadores afirmaram que o principal é o impacto na transformação da comunidade, seguido do impacto na formação do aluno, e que a medição estaria nos resultados da execução dos projetos apresentados nos relatórios.

Dessa forma, a alternativa óbvia se concentra nas seguintes etapas dos processos de avaliação da extensão, na perspectiva dos atores que submetem propostas de atividades de extensão:

- a) submissão de atividades: solicitar detalhamento sobre os resultados esperados a partir do impacto da ação extensionista na comunidade e na formação do aluno, conforme especificado nas diretrizes da extensão previstas na Resolução nº 61/2016/CS/IFSC e no FORPROEX. O detalhamento explicitado nessa direção produz clareza quanto aos impactos que são causados pela atividade e de que forma podem ser medidos, a partir do detalhamento do item “avaliação”, que consta no projeto;
- b) entrega do relatório final: solicitar dados quantitativos e qualitativos sobre os resultados alcançados e impactos produzidos a partir da avaliação realizada com o público participante, com os alunos bolsistas e com a equipe executora.

Da parte da equipe da PROEX, na perspectiva da avaliação de uma proposta de atividade de extensão vinculada a um edital, verificam-se as seguintes etapas:

- a) na avaliação das propostas, sugere-se incluir no edital um anexo orientativo sobre a forma como podem ser explicitados os impactos da atividade além dos resultados esperados (principalmente na comunidade externa e na formação do aluno);
- b) na avaliação do relatório final, analisar o item de resultados esperados sobre a “relevância da atividade de extensão e seu impacto acadêmico e social na formação dos discentes, dos docentes e do(s) parceiro(s) (quando houver), e, como a realização da mesma contribuirá com a relação dialógica e transformadora entre o IFSC e a comunidade externa”, a partir de dados quantitativos e qualitativos que demonstrem a relevância da atividade de extensão.

Especificamente quanto à entrega do relatório final, em virtude da opção de relatório parcial que há no SIGAA, essa opção foi sugerida por alguns entrevistados, considerando-a como uma forma de acompanhar a execução, analisar os resultados alcançados e produzir as melhorias necessárias para o realinhamento dos objetivos e alcance dos impactos planejados (se necessário).

A operacionalização da alternativa óbvia, denominada “Ajustes nos processos”, pode ser visualizada na Figura 16.

Figura 16 – Ajustes nos processos



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

4.3.3 Alternativas criativas

Após a especificação das alternativas *status quo* e óbvia, as alternativas criativas foram pensadas em conjuntos de atores envolvidos, já que a análise de política pública propõe soluções para um problema público, identificado nessa pesquisa como a proposição de aprimorar os processos de avaliação de extensão do IFSC a partir da perspectiva do público impactado.

4.3.3.1 PROEX e coordenadores de extensão dos câmpus

A alternativa criativa, que envolve a decisão de gestão da PROEX e que inclui a participação na execução dos coordenadores de extensão dos câmpus, é a inclusão de uma etapa que pode ser denominada de “acompanhamento da execução” ou de “avaliação *in loco*”.

Foi identificado, na pesquisa, o acompanhamento documental por meio do registro em uma planilha eletrônica, mas a estratégia de avaliação *in loco* seria inédita na instituição.

A avaliação *in loco* foi orientada por um formulário que espelha os demais processos de avaliação de acordo com os editais de fomento de projetos de extensão.

O formulário modelo, sugerido pela pesquisadora, foi utilizado nas avaliações *in loco* realizadas nos Câmpus Florianópolis, São José, Palhoça e Garopaba. Durante o processo, alguns ajustes foram necessários e são demonstrados no apêndice com marcação diferenciada.

Esta alternativa possui como objetivos: a) avaliar todo o processo do projeto, desde a sua submissão até sua execução e finalização; b) possibilitar de forma sistemática a perspectiva de realinhamento aos propósitos e resultados esperados do projeto se porventura não estiverem sendo executados como planejado ou se, por outra razão, exigirem adequações a tempo; c) possibilitar o compartilhamento de boas práticas no seu momento de execução.

A avaliação possui três momentos: a) proposição da atividade extensionista; b) implementação da atividade extensionista; c) avaliação dos efeitos (CASTRO et al., 2014).

Na avaliação da proposição da atividade extensionista, o foco está na identidade com a natureza extensionista, na relevância social, econômica e política dos problemas abordados, na relevância acadêmica, na articulação com a sociedade, na disponibilidade dos recursos materiais, financeiros, técnicos e humanos, bem como nos procedimentos que serão adotados pelo proponente. Essa avaliação ocorreria no momento do cadastramento da atividade pelo proponente, na visão de Castro et al. (2014).

Já na avaliação da implementação das atividades extensionistas, o foco está em detectar dificuldades encontradas, a gestão sobre o projeto, as articulações que foram desenvolvidas com o ensino e a pesquisa, bem como a interação com a sociedade. A avaliação ocorreria, na visão de Castro et al. (2014), por meio de visitas, entrevistas, em eventos ligados à extensão ou por intermédio de relatórios.

Por fim, na avaliação dos efeitos, segundo as autoras, o foco é em que medida a atividade alcança seus resultados, quais foram os seus efeitos previstos e não previstos. Aqui o interesse é captar o efeito da interação resultante da ação de extensão nas atividades acadêmicas. Nesse caso, a recomendação das autoras é pela análise dos relatórios finais das atividades.

Entretanto, para ser operacionalizada, essa alternativa exige mais tempo, disponibilidade e agenda dos envolvidos nos câmpus. Tal afirmação se baseou na experiência durante a coleta. Dessa forma, sugere-se a operacionalização no seguinte contexto:

- a) avaliador itinerante – utilizar o banco de avaliadores *ad hoc* ou o grupo de coordenadores de extensão;

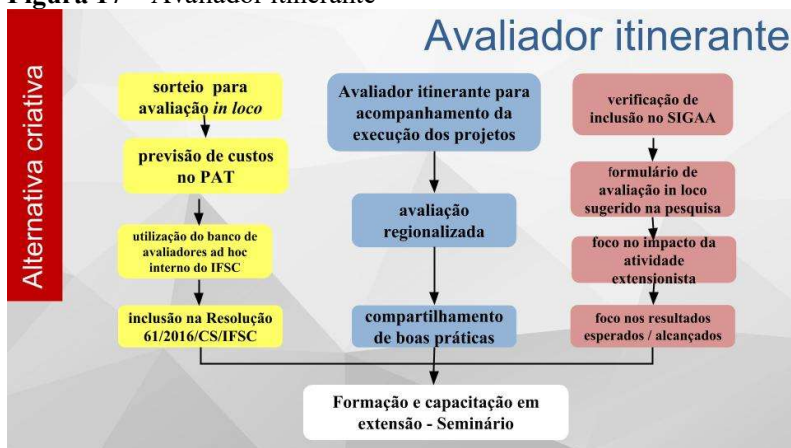
- b) avaliação regionalizada – um coordenador de extensão de um câmpus avalia o projeto de outro câmpus;
- c) sorteio de projetos para avaliação *in loco*, inicialmente com um projeto de um câmpus por região do estado e aumentando-se gradativamente a quantidade;
- d) previsão de custos no planejamento anual, denominado “Plano Anual de Trabalho” (PAT), para pagamento de diárias e passagens ao avaliador itinerante;
- e) inclusão do formulário no SIGAA – se for viável, de acordo com parecer do Departamento de Tecnologia do IFSC;
- f) capacitação do avaliador itinerante (pode ser utilizado o formato sugerido a seguir);
- g) compartilhamento das boas práticas.

Em complementação à alternativa, a sugestão passa pelo viés da formação e capacitação em avaliação da extensão que incluam os servidores que atuam como avaliadores e os demais gestores da instituição com o intuito de pensarem a extensão estrategicamente. Essa formação poderia ser em formato de seminário específico ao tema, incluindo, se for pertinente, convite a membros externos à instituição.

A ideia do seminário envolve planejar espaços para troca de experiências entre os avaliadores *ad hoc* e compartilhamento de boas práticas. Implica a discussão sobre os impactos da atividade extensionista, sobre os resultados projetados e sobre os indicadores que envolvem a área da extensão.

A Figura 17 apresenta de forma visual a operacionalização da alternativa criativa, denominada “Avaliador itinerante”.

Figura 17 – Avaliador itinerante



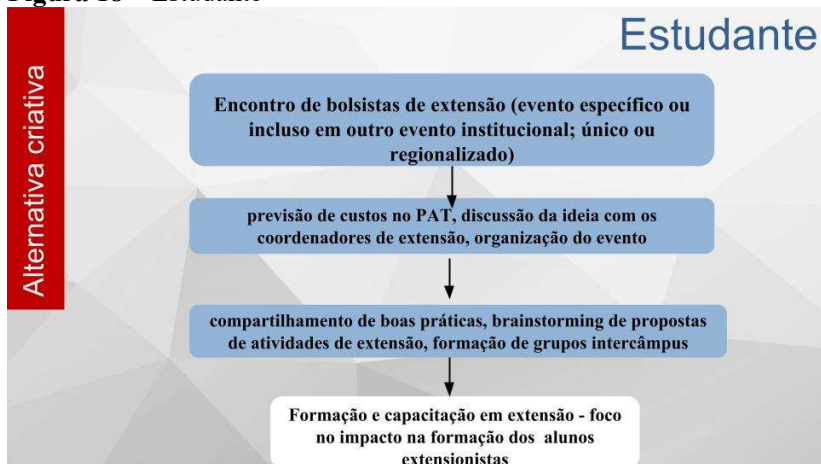
Fonte: Elaborado pela autora (2018).

4.3.3.2 Estudantes

A ideia criativa com foco nos estudantes envolve possibilitar um encontro de bolsistas de extensão. O encontro pode ser em formato de seminário, oficina ou fórum. O foco é proporcionar aos alunos interação, compartilhamento e formação em extensão.

Esse encontro pode ser organizado individualmente ou por regionais dos câmpus, ou ainda pela PROEX. Pode, também, estar incluso em outro evento institucional em que haja a participação dos alunos. Para que esse encontro ocorra, deve-se efetuar a previsão de custos no planejamento anual, denominado “Plano Anual de Trabalho” (PAT), bem como no calendário de eventos do IFSC.

Essa alternativa criativa – denominada “Estudante” –, está representada na Figura 18.

Figura 18 – Estudante

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

4.3.3.3 Sociedade e comunidade acadêmica

O IFSC já possui alguns eventos científicos, tais como a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) e o SEPEI. Os dois eventos apresentam a produção científica de pesquisa, extensão e ensino da instituição. Além disso, há a Revista de Extensão do IFSC – Caminho Aberto, que divulga produção científica sobre extensão, tanto interna quanto externa.

No entanto, a proposição da pesquisadora, com base na coleta de sugestões nas entrevistas, seria a organização de um banco de dados da produção científica sobre extensão no IFSC. Esse banco de dados poderia agregar artigos, dissertações, produtos, indicadores e resultados dos projetos de extensão.

Naturalmente, o canal de comunicação apropriado dependerá de análise, tendo em vista a política de comunicação do IFSC e, também, o aproveitamento de canais já existentes, como a comunidade do SIGAA, a intranet etc.

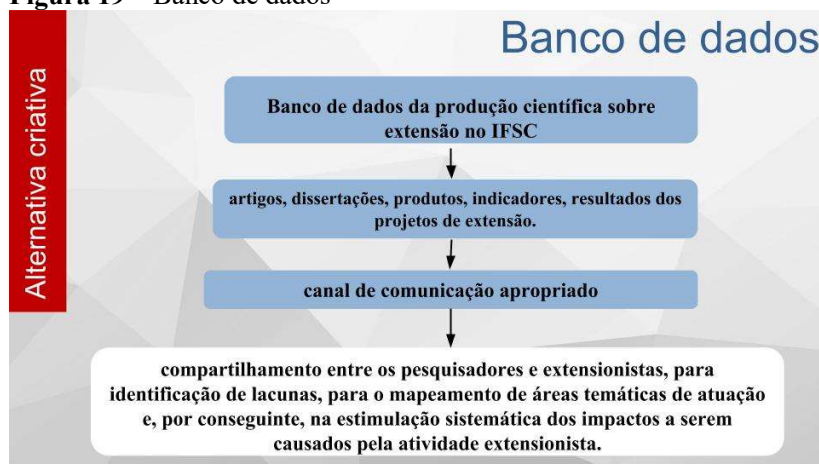
A reunião de toda a produção científica sobre extensão em um único local contribuiria para o compartilhamento entre os pesquisadores e extensionistas, para a identificação de lacunas, para o mapeamento de áreas temáticas de atuação e, por conseguinte, para a estimulação sistemática dos impactos a serem causados pela atividade extensionista.

Associado a esse banco pode ser utilizado o *software* Stela Experta, a que o IFSC aderiu, já que o objetivo da plataforma é ajudar a produzir indicadores e relatórios da produtividade técnico-científica das instituições de ensino superior em tempo real (desde que o Currículo *Lattes* dos servidores esteja atualizado).

Dessa forma, a plataforma poderia ser utilizada no mapeamento da produção técnico-científica dos servidores extensionistas, ao mesmo tempo em que dados existentes na PROEX poderiam ser confrontados com os dados da plataforma, a fim de gerar iniciativas que possam produzir sistematização e compartilhamento de informação sobre extensão.

A Figura 19 apresenta visualmente a especificação da alternativa criativa, denominada “Banco de dados” pela pesquisadora.

Figura 19 – Banco de dados



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

4.4 CRITÉRIOS E INDICADORES

Ao se utilizar uma análise de política pública, além do esforço para criação de alternativas, conjuga-se uma avaliação preditiva dessas alternativas por meio de critérios e indicadores (SECCHI, 2013).

Os indicadores são operacionalizações de princípios como eficiência, eficácia e equidade, de maneira que possam ser mensurados e de que as alternativas possam ser comparadas (SECCHI, 2016).

Ainda segundo Secchi (2016), uma avaliação de alternativas pode ser instrumentalizada com vários critérios, os quais podem ser definidos pelo analista com base nas pistas deixadas pelo tomador de decisão.

Os critérios utilizados para comparação das alternativas foram viabilidade política, simplicidade, custo e impacto. O critério da viabilidade política analisa a capacidade de angariar apoio político na sua implementação. Já o critério de simplicidade tem a ver com a facilidade de implementação da alternativa em termos operacionais. O critério de custo calcula a quantidade de recursos envolvidos para implementação da alternativa. Por fim, o critério de impacto se relaciona com a finalidade da atividade extensionista.

Em 2017, o FORPROEX publicou o relatório de pesquisa Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária, uma produção que contou com a colaboração da comissão permanente de avaliação da extensão. Essa comissão atuou intensamente no período de 1999 a 2014 (com uma interrupção de 2007 a 2010). Contou também com a atuação do Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Indicadores de Avaliação da Extensão, criado em maio de 2015, que tinha como objetivo a promoção de estudos e assessoramento da Coordenação Nacional e das IES na validação de indicadores e metodologia para avaliação da extensão universitária nas instituições públicas de ensino superior. Na época de coleta de dados do FORPROEX para produção desse relatório, o IFSC, também colaborou enviando, por meio da participação do pró-reitor de extensão nas reuniões, o que considerava, na época, como os indicadores da instituição.

Os resultados apresentados nesse relatório de pesquisa publicado pelo FORPROEX (2017) culminaram nas seguintes considerações finais, que foram transcritas literalmente com a finalidade de ressaltar o papel da avaliação da extensão nas instituições públicas de ensino superior e a necessidade de adaptação de um sistema à cada instituição, considerando suas particularidades:

A definição de indicadores para gestão e avaliação de qualquer atividade de uma organização pressupõe considerar as particularidades envolvidas, ou seja, não existe planejamento geral que atenda a todas as organizações, ainda que atuem num mesmo segmento, pois o ponto de partida sempre deve ser o conhecimento do ambiente onde se está inserido que é dinâmico e diferente para cada organização, bem como a estrutura de cada uma (pontos fortes e fracos) para

superar barreiras e aproveitar as oportunidades existentes. Por isso mesmo, desde o início o Projeto IBEU não se propôs a definir um conjunto de indicadores para a extensão universitária brasileira automaticamente adequável a qualquer instituição. Reconhecendo as **múltiplas particularidades** o objetivo proposto e alcançado foi estabelecer uma base de referência, em que diferentes instituições poderão se apoiar para pensar e planejar, considerando sua realidade particular. Os 16 objetivos estratégicos e 52 indicadores aqui apresentados são resultados de um pensamento e uma construção coletiva, que devem ser entendidos não como algo acabado, mas parte de um processo contínuo de pensar a avaliação da extensão e que necessariamente deverá demandar novos passos. A expectativa é que nos momentos de planejamento institucional envolvendo as demais áreas acadêmicas (ensino e pesquisa) e administrativa (gestão) a **extensão possa ter uma base de referência para se inserir e participar com mais propriedade das discussões que definem o futuro institucional**. Objetivos e indicadores poderão ser utilizados de **acordo com as particularidades**, normalmente de forma parcial ou mesmo adaptada. Isso ocorrendo, entenderemos que o trabalho ora apresentado atingiu seu objetivo maior. (p. 29, grifos nossos)

A escolha da pesquisadora foi pela utilização de indicadores de avaliação da extensão vinculados ao FORPROEX (2017), nas suas dimensões Relação Universidade-Sociedade (RUS), Política de Gestão (PG), Plano Acadêmico (PA) e Produção Acadêmica (Prod). Os indicadores do IFSC que constam no PDI 2015-2019, de forma implícita, estão inseridos nesses conjuntos de indicadores do FORPROEX. A escolha da pesquisadora quanto à utilização dos indicadores do IBEU se deve por diversos fatores. O primeiro fator pelo FORPROEX ser o fórum mais antigo e com sistematização de documentos. O segundo fator pelo IFSC também participar do FORPROEX. E, por fim, pelos indicadores do IFSC estarem contemplados, ainda que descritos de outra forma no PDI 2015-2019, no conjunto desses indicadores.

Além disso, os pesos para comparação das alternativas foram retirados da Tabela 12-- Indicadores melhor avaliados na pesquisa IBEU

(FORPROEX, 2017), considerando o grupo de indicadores pertencentes ao código mais bem avaliado nessa tabela, uma vez que já constam hierarquizados pelas instituições que participam do Fórum.

O objetivo do FORPROEX com a produção do IBEU foi definir indicadores para avaliação e gestão da extensão, a partir das discussões do Fórum ao longo de sua existência, e o objetivo da pesquisadora ao utilizar esses indicadores segue o direcionamento que o próprio Fórum dá em relação à implementação destes, ressaltando que cada instituição os adequa a sua realidade.

Os critérios, pesos e indicadores escolhidos pela pesquisadora para análise na matriz são os seguintes:

Critério do impacto

Peso: 4,70 (escala de 1 a 5 na tabela IBEU)

Peso a ser utilizado na matriz: 4

RUS7: Público alcançado por programas e projetos

Objetivo: Identificar o alcance dos programas projetos de extensão junto à comunidade externa

Critério da viabilidade política

Peso: 4,61 (escala de 1 a 5 na tabela IBEU)

Peso a ser utilizado na matriz: 3

PG8: Garantia da qualidade na extensão

Objetivo: Identificar a existência de procedimentos formais e sistematizados para avaliação e aprovação de propostas, acompanhamento da execução e resultados de ações de extensão

Critério da simplicidade

Peso: 4,57 (escala de 1 a 5 na tabela IBEU)

Peso a ser utilizado na matriz: 2

PG2: Estrutura organizacional de suporte a extensão universitária

Objetivo: Identificar na IES a existência de órgãos definidores de políticas de extensão, responsáveis pela implementação de normas e regulamentações

Critério do custo

Peso: 4,56 (escala de 1 a 5 na tabela IBEU)

Peso a ser utilizado na matriz: 1

PG11: Recursos do orçamento anual público voltado para extensão

Objetivo: Identificar o percentual de recursos aprovados no orçamento ordinário da IES destinados exclusivamente à extensão

Os critérios foram escolhidos com base em Secchi (2016), enquanto os pesos foram retirados da tabela IBEU (p. 28). Os pesos utilizados na matriz foram calculados pela pesquisadora com base nessas fontes.

Os quadros a seguir formam a matriz de avaliação das alternativas com base nos critérios e pesos apresentados. Foram realizadas duas matrizes em vista da necessidade de descrição das implicações na implementação de cada alternativa.

Na primeira matriz foi indicado um peso para cada critério estabelecido.

Quadro 7 – Matriz de avaliação com peso

Critério	Indicador	Peso	Status Quo	Óbvia	PROEX e coordenadores de extensão dos Câmpus	Estudantes	Sociedade e comunidade acadêmica
Viabilidade política	PG8	3	0	3	3	3	3
Simplicidade	PG2	2	0	1	2	2	2
Custo	PG11	1	0	0	1	1	1
Impacto	RUS7	4	0	2	4	4	4
Total =		10	0	6	10	10	7

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A segunda matriz é descritiva porque somente a alocação de um peso para cada alternativa não detalha a diferença de peso que existe entre uma e outra.

Quadro 8 – Matriz de avaliação descritiva

Critério	Indicador	Status Quo	Óbvio	PROEX e coordenadores de extensão dos Câmpus	Estudantes	Sociedade e comunidade acadêmica
Viabilidade política	PG8	manutenção da situação atual	decisão da gestão	decisão da gestão - 50% para sim e 50% para não	decisão da gestão - 50% para sim e 50% para não	decisão da gestão - 50% para sim e 50% para não
(intensidade de implementação)		fraca	média	forte	forte	forte
Simplicidade	PG2	manutenção da situação atual	ajustes no SIGAA	a operacionalização exige: a) a verificação de compatibilidade do sistema se for utilizado o SIGAA ou a implantação por meio de formulário; b) inclusão como parte no processo de avaliação da extensão; c) formação e capacitação dos atores envolvidos na execução do processo.	organizar o evento; ou encerrar o encontro de bolsistas em outro evento institucional que envolvam os alunos ou fomentar o encontro nos Câmpus	a operacionalização demanda a estruturação de um banco de dados público, atualizado periodicamente
(intensidade de implementação)		fraca	média	forte	média	forte
Custo	PG11	manutenção da situação atual	não acarreta novos custos	previsão de custos de diárias e passagens para o avaliador itinerante dentro do orçamento para extensão	previsão de custos de diárias e passagens para os alunos bolsistas se o encontro for exclusivo; se o encontro for encaixado em outro evento, nesse caso o custo é diluído	há custo de horas de trabalho de servidor ou servidores responsáveis para a tarefa
(intensidade de implementação)		fraca	fraca	média	média	forte
Impacto	RUS7	manutenção da situação atual	avermelha a reflexão crítica e consequente planejamento da atividade ao relacionar resultados esperados e impacto da atividade extensionista no público participante	avalia integralmente o processo, desde a submissão da proposta, a execução e o relatório final; possibilita ajustes na execução para obtenção dos resultados esperados; possibilita troca de experiências; possibilita compartilhamento de realidades, projetos e resultados; possibilita a visualização do impacto da atividade extensionista no ato da execução.	permite a troca de experiências, o compartilhamento de boas práticas, a formação e a capacitação para a atividade de bolsista extensionista como aluno ativo na execução do projeto	não há impacto direto no público, mas o banco de dados proporciona a pesquisa, agrega valor ao trabalho extensionista, qualifica o processo de avaliação da extensão, compartilha conhecimento e divulga para a sociedade a produção científica em extensão da instituição
(intensidade de implementação)		fraca	média	forte	forte	forte

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A primeira matriz de avaliação mostra que as alternativas criativas que envolvem o conjunto de atores – PROEX, coordenadores de extensão dos câmpus e estudantes – apresentam um peso maior se implementadas politicamente, justamente por irem ao encontro da melhoria em processos de avaliação da extensão na perspectiva do impacto da atividade extensionista no público ou na formação do estudante.

Por sua vez, a segunda matriz de avaliação explicita que no critério de viabilidade política o desejo de implementar (ou não) é do tomador da decisão – no caso, da gestão da extensão. Já no critério de simplicidade, percebe-se que a manutenção da situação atual é a mais simples, porquanto não há o que fazer. Entretanto, as alternativas criativas, embora necessitem de previsão de custos e sejam mais complexas de implementação, têm a intenção de produzir melhorias nos processos de avaliação da extensão com foco no impacto que a atividade extensionista causa, porém em intensidades diferentes. Por isso, quando a intensidade é fraca, menor é o impacto. Quando a intensidade é forte, maior é o impacto.

A relação das alternativas com os indicadores de avaliação da extensão do FORPROEX (2017) demonstra a possibilidade de associar indicadores próprios da instituição à implementação dos indicadores

elencados no IBEU. Embora a construção do IBEU tenha sido feita de forma coletiva pelas instituições que pertencem ao Fórum, há ainda a necessidade de implementação desses indicadores. Por isso, a pesquisa os utilizou.

A partir da matriz de avaliação, foi feita a projeção de resultados que conclui a análise de política pública do problema de pesquisa.

4.5 PROJEÇÃO DE RESULTADOS

A etapa de projeção de resultados pode ser considerada como a prática da futurologia embasada em dados, teorias e pressupostos e na experiência do analista (SECCHI, 2016). Podemos dizer que, por meio dos procedimentos metodológicos, foi possível embasar os dados, fundamentados na revisão bibliográfica e documental, que gerarão conjecturas da pesquisadora a partir da recomendação de alternativas no relatório final.

Dentre as técnicas de projeção de resultados mais utilizadas pela metodologia racional-empiricista, a aplicada foi a análise de viabilidade política e de implementação (AVPI).

4.5.1 Análise de viabilidade política e de implementação (AVPI)

Segundo Secchi (2016), um dos maiores entraves para a solução de um problema público é a viabilidade política e de implementação. Em contrapartida, a decisão positiva de gestão para implementação viabiliza a recomendação técnica de solução. Isso caracteriza a escolha por essa técnica para análise de soluções a partir da especificação das alternativas.

Inicialmente foi feito o mapa de atores com a identificação dos interesses no problema. Em seguida, foi feito o mapa de posicionamento, considerado em sua fase pré-decisória, pois trata-se de um estudo.

No quadro a seguir é possível visualizar a composição do mapa de atores, sua relação com o problema e a perspectiva e interesse de cada um no tema.

Quadro 9 – Mapa de atores

Ator	Relação com o problema	Perspectiva e interesse
Equipe da Diretoria de Extensão	Direta	Quem executará o trabalho de implementar as alternativas recomendadas e quem possui interesse na qualificação da extensão

Gestão da extensão	Direta	Tomador da decisão de implantar ou não as recomendações da pesquisa
Coordenadores de extensão dos câmpus	Direta	Executores das alternativas recomendadas nos câmpus
Servidores técnico-administrativos extensionistas	Direta	Proponentes de atividades extensionistas e avaliadores <i>ad hoc</i> . São os idealizadores dos impactos da atividade, planejadores da execução e dos resultados.
Docentes extensionistas	Direta	Proponentes de atividades extensionistas e avaliadores <i>ad hoc</i> . São os idealizadores dos impactos da atividade, planejadores da execução e dos resultados.
Alunos bolsistas	Indireta	Atuantes nas atividades extensionistas com recebimento de auxílio financeiro para o projeto
Alunos voluntários	Indireta	Atuantes nas atividades extensionistas de forma voluntária
Comunidade externa	Indireta	Avaliam a atividade extensionista quando perguntados
Fóruns de extensão	Direta	Interesse político na implementação das decisões tomadas nas reuniões dos fóruns. No caso da avaliação da extensão há o interesse pela implementação do IBEU (FORPROEX, 2017)

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O mapa de atores pode ter posicionamentos alterados no decorrer do tempo dependendo da articulação política que for realizada para o apoio das alternativas apresentadas.

No mapa de posicionamento foram realizadas suposições acerca de cada ator, entretanto, se a equipe de extensão e decisão da gestão da extensão forem favoráveis às alternativas recomendadas, o sucesso da implementação é maior, uma vez que o desencadeamento das ações seguintes está concentrado na PROEX.

O quadro a seguir é o mapa de posicionamento dos atores na fase pré-decisória, elaborado pela pesquisadora em sua análise de políticas públicas. O quadro traz as observações que a pesquisadora julgou pertinentes em função da alocação de posicionamento conferido a cada ator constante do mapa.

Quadro 10 – Mapa de posicionamento dos atores na fase pré-decisória

MAPA DE POSICIONAMENTO DOS ATORES NA FASE PRÉ-DECISÓRIA					
	Status Quo	Óbvia	Avaliador itinerante	Encontro e formação de bolsistas extensionistas	Banco de dados de extensão
apoiadores		coordenadores de extensão	avaliadores <i>ad hoc</i> , coordenadores de extensão, técnicos-administrativos extensionistas, docentes extensionistas	estudantes	comunidade acadêmica
neutros	equipe da extensão	equipe da extensão	equipe da extensão	equipe da extensão	equipe da extensão
opositores			coordenadores de extensão		
Apontamentos:					
1) a equipe da extensão foi mencionada como "neutros" considerando que seu posicionamento depende da negociação entre gestão e equipe sobre as alternativas.					
2) os coordenadores de extensão foram mencionados como "opositores" na alternativa de avaliador itinerante devido à possibilidade de inclusão em etapa processual na avaliação da extensão que acarrete aumento de atribuição em sua função;					
3) a gestão da extensão não foi mencionada foi é o tomador da decisão a partir do mapa do posicionamento dos atores na fase pré-decisória					
4) comunidade acadêmica são todos os alunos e servidores, de forma que inclui os técnicos-administrativos extensionistas, os docentes extensionistas, os alunos bolsistas, os alunos voluntários citados no mapa de atores.					

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Como forma de avaliar o potencial de sucesso das alternativas, Secchi (2016) sugere que se efetue um cálculo no modelo proposto por Pressman e Wildavsky (1973).

Esse cálculo é apresentado no quadro a seguir, com a inclusão de todas as alternativas especificadas e das observações pertinentes ao desenvolvimento da análise.

Quadro 11 – Cálculo do potencial de sucesso de implementação

CÁLCULO DO PONTENCIAL DE SUCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO					
Momento decisivo de implementação	Atores envolvidos	Chance de sucesso da alternativa óbvia	Chance de sucesso da alternativa avaliador itinerante	Chance de sucesso de alternativa de encontro e formação de bolsistas extensionistas	Chance de sucesso da alternativa banco de dados de extensão
Entrega do relatório técnico à gestão da extensão do IFSC	pesquisadora e gestores da extensão	-	-	-	-
Tomada de conhecimento pela equipe da extensão	equipe e gestores da extensão	-	-	-	-
Apoio da equipe de extensão	PROEX	-	-	-	-
Inclusão no planejamento anual de trabalho - PAT para previsão de orçamento	equipe e gestores da extensão	100%	100%	100%	100%
Análise de compatibilidade da alternativa com sistema acadêmico ou site/servidor	equipe e gestores da extensão	-	-	-	-
Inclusão como parte do processo de avaliação da extensão do IFSC, inclui edital, relatório, planejamento e distribuição de tarefas entre a equipe da extensão	equipe e gestores da extensão	100%	90%	100%	50%
Apoio dos coordenadores de extensão	PROEX	-	-	-	-
Apresentação no Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão - EPE, nas sessões de extensão (essa etapa pode ser antes ou depois da etapa anterior a critério da gestão)	equipe e gestores da extensão	90%	90%	90%	50%
Capacitação dos atores envolvidos	equipe e gestores da extensão	100%	100%	100%	100%
Implementação da alternativa	equipe e gestores da extensão	100%	100%	100%	100%
Divulgação	equipe e gestores da extensão	100%	100%	100%	100%
Apoio dos colegiados	PROEX	-	-	-	-
Alteração da Resolução 61/2016/CS/IFSC	equipe e gestores da extensão	-	100%	-	-
Ampla Divulgação da resolução de atividades de extensão alterada	equipe e gestores da extensão	-	100%	-	-
taxa cumulativa do sucesso de implementação		0,90%	0,81%	0,90%	0,25%
Apontamentos: 1) as etapas de inclusão no processo avaliativo e apresentação no encontro EPE podem ser invertidas a critério dos gestores ou da equipe de extensão; 2) o cálculo de chance das alternativas parte da premissa que está embutida como positiva para análise de chances das alternativas; 3) a alteração da resolução que regula as atividades de extensão é uma etapa que pode ser avaliada antes, cuja tomada de decisão exigirá o apoio dos colegiados para sua aprovação; 4) se a etapa principal acontece, as demais, que são complementares, também acontecem; 5) a análise de compatibilidade com sistema ou site/servidor não recebeu percentual porque a decisão pode ser tomada ainda que não haja compatibilidade inicial ou ainda que seja postergado o uso de sistema no início de implementação da alternativa.					

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Esse cálculo demonstra os momentos decisivos de implementação, deixando evidente a importância inicial de obter o apoio da equipe de extensão do IFSC, lotada na Diretoria de Extensão, vinculada à PROEX.

De acordo com Secchi (2016), as sensíveis mudanças de pesos e de notas podem acontecer quando elas forem muito parecidas, pois na maioria das situações de análise de política pública a maior contribuição é a análise, a geração de argumentos, de dados e de informações para

pautar a tomada de decisão do destinatário da análise. A matriz é apenas um instrumento didático para contribuir com a tomada de decisão.

Um indicativo de implementação pela gestão é a inclusão no PAT do ano seguinte. Normalmente o PAT, além de planejado pela gestão, é compartilhado com a equipe de extensão. Nesse sentido, para a implementação das alternativas, a etapa de inclusão no PAT é importante principalmente quando demandar recursos orçamentários para sua viabilidade.

Já a análise de viabilidade com o sistema acadêmico demandará o apoio do Departamento de Tecnologia da Informação para a implementação da alternativa de avaliador itinerante. Entretanto, independentemente do sistema, a alternativa pode utilizar o formulário com registro por meio eletrônico.

As alternativas que demandam canal de comunicação adequado necessitam de análise da Diretoria de Comunicação por conta do gerenciamento da Política de Comunicação do IFSC, que estabelece quais são os canais apropriados de acordo com os públicos estratégicos.

Outro aspecto do cálculo é que não há sugestão de uma nova regulamentação de extensão, como uma política de extensão, por exemplo, haja vista que a Resolução nº 61/2016/CS/IFSC está em processo de implementação, conforme verificado no diagnóstico de contexto. Assim, é mais salutar indicar uma alteração incluindo as alternativas recomendadas e sugerir, como complementação da pesquisa, o estudo de uma política de extensão.

A resolução tem por finalidade a regulamentação de práticas e procedimentos. No caso da Resolução 61/2016/IFSC/CS, trata-se da regulamentação das atividades de extensão, ou seja, das práticas e procedimentos adotados pela instituição. Uma política institucional, por sua vez, é como um guia que baliza as ações para o atingimento das metas estabelecidas para a organização. São como manuais constituídos de diretrizes baseadas nos objetivos organizacionais e visam oferecer rumos para as pessoas dentro da organização (BUSKIRK, 1971).

Por fim, a própria tabela do cálculo do potencial de sucesso de implementação de alternativas poderá ser utilizada, com adaptações, como parte do fluxo de processo da rotina de trabalho.

4.6 RECOMENDAÇÃO

Considerando a pergunta de pesquisa, que foi como aprimorar os processos de avaliação de extensão do IFSC pela perspectiva do público impactado, as alternativas especificadas foram geradas a partir de técnicas de coleta de dados planejadas nos procedimentos metodológicos, como entrevista e avaliação *in loco*.

Tais técnicas resultaram em muitas possibilidades, que podem ser vistas pela gestão como sugestões de melhorias aos seus processos a partir de outros estudos específicos, uma vez que muitas das contribuições recebidas nas entrevistas não estão diretamente relacionadas à perspectiva do público impactado.

O mapa de atores e o quadro de cálculo de sucesso de implementação de alternativas podem ser aproveitados como ferramentas para análises futuras que possam surgir do desdobramento desta pesquisa, a fim de contribuir com a implementação de outras melhorias, com base nas contribuições coletadas nas entrevistas.

Analisando o resultado do cálculo de sucesso de implementação das alternativas em relação ao objetivo geral da pesquisa, que é propor melhorias nos processos de avaliação da extensão com vistas a contribuir com a gestão da extensão do IFSC, são recomendadas duas alternativas, retiradas do Quadro 11 e expostas a seguir:

Momento decisivo de implementação	Atores envolvidos	Chance de sucesso da alternativa óbvia	Chance de sucesso da alternativa avaliador itinerante	Chance de sucesso de alternativa de encontro e formação de bolsistas extensionistas	Chance de sucesso da alternativa banco de dados de extensão
Taxa cumulativa do sucesso de implementação		90%	81%	90%	25%

A primeira recomendação é a implementação da alternativa óbvia – ajustes nos processos –, tendo em vista que prevê o detalhamento sobre os resultados esperados a partir do impacto da ação extensionista na comunidade e na formação do aluno, além de ser a menos complexa na sua implementação.

Já a segunda recomendação é a alternativa “avaliador itinerante”. Embora o cálculo apresente-a em terceira colocação, a sua implementação está alinhada a indicador do FORPROEX, ao mesmo tempo em que possui foco no impacto da ação extensionista, acompanhando a execução sistemática da atividade.

As outras duas alternativas podem ser implementadas isoladamente, uma vez que não têm impacto sobre processos existentes ou a serem criados e podem ser adaptadas a outras estratégias que já existem na instituição.

De forma complementar às alternativas recomendadas, seria interessante o alinhamento ou a verificação de alinhamento dos indicadores existentes ou a serem criados/aprovados no IFSC com os sugeridos pelo FORPROEX na pesquisa IBEU (2017).

As recomendações indicadas aqui constam do relatório técnico que será entregue à gestão da extensão do IFSC após a defesa da dissertação, como produto complementar da pesquisa de mestrado.

4.7 OUTRAS SUGESTÕES ACERCA DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO E RECOMENDAÇÕES DE PESQUISAS FUTURAS

Considerando as contribuições dos entrevistados e para além das alternativas especificadas, são descritas no quadro a seguir as sugestões da pesquisadora para operacionalização das contribuições coletadas e que podem aperfeiçoar ainda mais os processos de avaliação da extensão do IFSC, caso a gestão julgue-as pertinentes. O quadro inclui as categorias, as contribuições dos entrevistados e as sugestões da pesquisadora, as quais têm como base o estudo e a intuição desta.

Quadro 12 – Contribuição dos entrevistados e sugestões de ações

Categoria	Contribuição do entrevistado	Sugestão da pesquisadora
Processos de avaliação	Qualificar os avaliadores <i>ad hoc</i> e promover a capacitação nos processos de avaliação da extensão.	Organizar um webinar ou oficina sobre processos de avaliação da extensão.
Processos de avaliação	Dar <i>feedback</i> das avaliações feitas pelos coordenadores de extensão.	Escolher um edital por semestre para que a equipe possa analisar as avaliações feitas e

		encaminhar <i>feedback</i> aos coordenadores de extensão, como devolutiva no processo ensino-aprendizagem sobre avaliação da extensão.
Processos de avaliação	Estabelecer algum tipo de instrumento que cruze a avaliação dos participantes com resultados dos projetos.	Caso seja implementada a alternativa óbvia, esse instrumento de pesquisa quali/ quanti necessita estar ajustado aos indicadores e aos impactos previstos.
Processos de avaliação	Associar um método de pesquisa – quantitativo e qualitativo – ao relatório final do projeto de extensão.	Tema para pesquisa futura.
Processos de avaliação	Estabelecer no cronograma de execução a reunião com os bolsistas para acompanhamento do impacto na sua formação.	Sugerir em edital que o coordenador de extensão realize reunião com bolsistas em seu câmpus.
Processos de avaliação	Estabelecer uma sistemática de avaliação de projetos para cada tipo de edital, conforme seu orçamento e temática.	Tema para pesquisa futura.
Processos de avaliação	Utilizar a metodologia de diagrama de Gantt no campo de cronograma/descrição de atividades que há na elaboração de propostas de projetos/programas de extensão no SIGAA.	Verificar se existe compatibilidade do SIGGA para ajustar o cronograma/descrição de atividades existentes. Caso exista, pode ser feita a adaptação ao modelo Gantt. Além disso, seria necessário um tutorial ou vídeo de utilização do modelo.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Por fim, uma sugestão futura seria a elaboração da política de extensão do IFSC, por meio da construção coletiva e participativa, com

apoio e aprovação de acordo com os trâmites institucionais. Essa política poderá contemplar as diretrizes e ações estratégicas de extensão em todos os seus processos, indicadores e impactos desejados.

A construção coletiva e participativa, nesse caso, é sugerida em virtude da existência de uma Coordenadoria de Extensão em cada câmpus e também do próprio conceito de extensão, que prevê a figura da tríade extensionista (servidor, aluno e comunidade externa).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo faz um resgate dos objetivos alcançados, bem como expõe as limitações da pesquisa e ressalta o seu caráter de aplicabilidade e replicabilidade.

O problema de pesquisa foi desenvolvido como uma análise de políticas públicas com base em Secchi (2013). A escolha do título – *Avaliação da extensão: recomendações de alternativas a partir de uma abordagem racionalista* – se deve à metodologia de análise de políticas públicas aplicada na pesquisa. O caminho racionalista é o que adequa os fins (problema público) aos meios (política pública) e que é composto por três etapas: gerar alternativas, estabelecer critérios e indicadores e projetar resultados.

A pergunta de pesquisa definida – como aprimorar os processos de avaliação de extensão do IFSC a partir da perspectiva do público impactado? – foi confirmada, de acordo com a análise de políticas públicas, como um problema público a partir da conclusão dos resultados da aplicação de duas técnicas. Um dos resultados foi a constatação de ser possível avaliar *in loco* uma atividade de extensão utilizando um formulário semiestruturado. Além disso, o avaliador observa empiricamente os resultados de impacto no público participante da atividade extensionista. O resultado da segunda técnica apontou que os processos de avaliação da extensão são uma etapa fundamental para a coleta de informações que possam ser utilizadas para a gestão da extensão.

Por conseguinte, foram definidos os objetivos. O objetivo geral do estudo foi a proposição de melhorias nos processos de avaliação da extensão com vistas a contribuir com a gestão da extensão do IFSC. Para atendê-lo, foram propostos quatro objetivos específicos: a) especificar alternativas de soluções à problemática; b) estabelecer os critérios e indicadores a serem utilizados de acordo com as alternativas especificadas; c) projetar resultados por meio do método da análise de viabilidade política e de implementação, da abordagem racionalista; d) recomendar as alternativas mais adequadas por meio de relatório técnico.

O primeiro objetivo específico foi alcançado por meio de técnicas de coleta que permitiram a geração de alternativas. Uma das técnicas foi a entrevista com roteiro semiestruturado aos coordenadores de extensão. O roteiro possuía seis perguntas que permitiam gerar alternativas *status quo*, óbvia e criativas.

Para a geração de alternativas criativas foram utilizadas também a “tempestade de ideias” (*brainstorming*) e a avaliação *in loco* de etapas de projetos de extensão em execução.

O resultado das entrevistas trouxe perspectivas qualitativas para a geração de alternativas e proporcionou a sugestão de possíveis temas para pesquisas futuras relacionadas à extensão. Tais sugestões feitas pela pesquisadora foram compiladas em um quadro no capítulo de análise de soluções.

A avaliação *in loco*, por sua vez, proporcionou à pesquisadora a observação do desenvolvimento de atividades de extensão, a validação do formulário de avaliação que consta como apêndice, o cumprimento dos objetivos e, por fim, a satisfação por presenciar a concretização do trabalho administrativo que é realizado pela PROEX.

A experiência de avaliar *in loco* enriquece o avaliador quanto ao conhecimento de outras práticas e experiências. A interação com ambientes, projetos e públicos diferentes contribui para a construção de conhecimento. Se é possível dizer, a experiência de avaliar *in loco* proporcionou um estado de alegria e euforia pelos resultados que as atividades extensionistas produzem.

Tal experiência proporciona sentir, ver e perceber o conceito de extensão que o IFSC utiliza: a extensão como um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre a instituição e a sociedade de forma indissociável ao ensino e à pesquisa. Tal concepção se alinha à de Jezine (2001), para quem a extensão é uma força viva capaz de elevar o nível cultural geral da sociedade, ou à de Dias Sobrinho (2000), que afirma que as atividades de extensão devem ser avaliadas especialmente do ponto de vista do impacto social e de seu valor para a permanente reflexão sobre o trabalho acadêmico da instituição.

Para atender ao segundo objetivo específico desta pesquisa, foram estabelecidos os critérios e indicadores de acordo com as alternativas especificadas. Os critérios utilizados para comparação das alternativas foram viabilidade política (capacidade de angariar apoio político na implementação), simplicidade (facilidade de implementação da alternativa em termos operacionais), custo (quantidade de recursos envolvidos para implementação da alternativa) e impacto (finalidade da atividade extensionista).

Por sua vez, os indicadores de avaliação da extensão utilizados foram os que são vinculados ao FORPROEX (2017), nas suas dimensões Relação Universidade-Sociedade (RUS), Política de Gestão (PG), Plano Acadêmico (PA) e Produção Acadêmica (Prod), conforme explicado na

sessão de critérios e indicadores, os mesmos contemplam, implicitamente, os indicadores de extensão previstos no PDI 2015-2019 do IFSC.

Para a comparação das alternativas, os pesos aferidos a cada uma delas foram retirados da Tabela 12-- Indicadores melhor avaliados na pesquisa IBEU (FORPROEX, 2017), considerando o grupo de indicadores pertencentes ao código mais bem avaliado nessa tabela, uma vez que já constam hierarquizados pelas instituições que participam do Fórum, apresentando indicadores para avaliação e gestão da extensão, a partir das discussões do Fórum ao longo de sua existência.

A pesquisadora optou por alinhar o estudo à utilização desses indicadores considerando o direcionamento que o próprio Fórum dá em relação à implementação deles, ressaltando que cada instituição os adequa a sua realidade. Nesse sentido, foi incluída uma observação de que fica a cargo da gestão de extensão do IFSC alinhar ou verificar o alinhamento dos seus indicadores aos do Fórum.

Quanto ao terceiro objetivo específico, foi utilizada a técnica de projeção de resultados, análise de viabilidade política e de implementação (AVPI). Primeiramente foi elaborado o mapa de atores com a identificação dos interesses no problema. Posteriormente, foi feito o mapa de posicionamento dos atores considerando uma possível fase pré-decisória, já que para a tomada de decisão da gestão do IFSC será preciso entregar o relatório técnico desta pesquisa.

A partir do mapa de posicionamento, a pesquisadora construiu uma matriz de avaliação das alternativas, calculando uma taxa de viabilidade de implementação a partir do momento em que o relatório técnico é entregue à gestão de extensão do IFSC e seus consequentes desdobramentos, salientando a importância inicial de obter o apoio da equipe de extensão do IFSC, lotada na Diretoria de Extensão, vinculada à PROEX.

Outro indicativo significativo de implementação pela gestão é a inclusão no plano de trabalho (PAT), que trata do planejamento, demandando recursos orçamentários para sua viabilidade.

Embora na projeção de resultados não conste sugestão de uma nova regulamentação de extensão, como uma política de extensão, por exemplo, isso foi inserido como sugestão futura para a gestão. Na visão da pesquisadora, é mais salutar indicar uma alteração da Resolução 61/2016/IFSC/CS, que se encontra em consolidação, incluindo as alternativas recomendadas, e sugerir, como complementação da pesquisa, o estudo de uma política de extensão.

A própria tabela do cálculo do potencial de sucesso de implementação de alternativas também é uma sugestão para a gestão utilizar como parte do fluxo de processo da rotina de trabalho, quando houver a inclusão de melhorias. Acredita-se ser esta uma ferramenta interessante para analisar de forma racional o sucesso de implementação de uma ideia.

Por fim, para atender ao último objetivo específico, que é recomendar as alternativas mais adequadas por meio de relatório técnico, a pesquisadora concluiu quais alternativas seriam recomendadas a partir da triangulação das informações, cálculos e matrizes realizadas. Alinhando essa análise à pergunta de pesquisa e ao objetivo geral, são recomendadas duas alternativas que possuem foco no impacto da ação extensionista e que contribuem para a melhoria dos processos de avaliação da extensão no IFSC.

A recomendação é composta por duas alternativas. Uma delas, dentro da categoria de alternativa óbvia, conforme prevê a metodologia de análise de políticas públicas, é de implementação mais fácil. Ela foi denominada “Ajustes nos processos”, justamente por indicar ajustes nos processos de submissão de propostas/relatórios finais e de avaliação das propostas/relatórios finais. A especificação da alternativa envolve inserir uma orientação no edital sobre de que forma podem ser explicitados os impactos da atividade além dos resultados esperados, conforme especificado nas diretrizes estabelecidas pelos fóruns de extensão que incluem impacto e transformação social e impacto na formação do estudante. No relatório final, a avaliação precisaria se pautar no item de resultados esperados sobre a “relevância da atividade de extensão e seu impacto acadêmico e social na formação dos discentes, dos docentes e do(s) parceiro(s) (quando houver), e, como a realização da mesma contribuirá com a relação dialógica e transformadora entre o IFSC e a comunidade externa”, a partir de dados quantitativos e qualitativos que demonstrem a relevância da atividade de extensão.

A alternativa criativa, denominada “Avaliador itinerante”, significa a inclusão de uma etapa no processo de avaliação da extensão, ou seja, o acompanhamento da execução ou de avaliação *in loco*. É uma estratégia nova, pois a pesquisa mostrou a existência de acompanhamento documental por meio do registro em uma planilha eletrônica.

A sugestão da pesquisa quanto à avaliação *in loco* implica a utilização de um formulário, elaborado e testado pela pesquisadora, que consta como apêndice da dissertação. Se a utilização será com o suporte do sistema acadêmico ou em formulário *on-line*, isso dependerá da análise de viabilidade técnica do Setor de Informação do IFSC. Entretanto, ainda

que não seja viável no curto prazo utilizar o sistema acadêmico, a pesquisadora acredita ser possível a utilização do formulário *on-line*, tendo em vista o fluxo de elaboração sugerido neste estudo.

A pesquisadora compreende que a alternativa do avaliador itinerante possui como objetivos: a) avaliar todo o processo do projeto, desde a sua submissão até sua execução e finalização; b) possibilitar de forma sistemática a perspectiva de realinhamento aos propósitos e resultados esperados do projeto se porventura não estiverem sendo executados como planejado ou se, por outra razão, exigirem adequações a tempo; c) possibilitar o compartilhamento de boas práticas no seu momento de execução.

Outro aspecto que vale ressaltar é quanto à perspectiva de público impactado que há na pesquisa. Trata-se de um estudo que busca tornar os processos de extensão conscientes e sistematizados quanto aos impactos que a atividade extensionista causa e que são diretrizes dos fóruns de extensão, principalmente os relacionados ao público participante (comunidade externa/sociedade) e à formação dos alunos bolsistas extensionistas. Assim, como sugestão futura de pesquisa, tem-se o estudo com o público impactado a partir da implementação das alternativas recomendadas. Uma vez que um processo sistemático e consciente gera propostas de extensão com planejamento consciente, não apenas de resultados esperados, mas de quais impactos se pretende alcançar, será possível realizar outros estudos com o público impactado.

Quanto a tema de pesquisas futuras, destaco a associação de uma estratégia ou método quantitativo e qualitativo que possa ser aplicado pelos proponentes de projetos de extensão para medir ou mensurar em alguma medida o impacto da atividade extensionista e incluir os resultados no relatório final de prestação de contas dos projetos. A segunda sugestão para tema de pesquisa futura é o estudo de sistemática de avaliação diferente para cada tipo de edital fomentado pela instituição de acordo com o seu orçamento e temática de extensão.

Após essa imersão em processos de avaliação de extensão, pode-se concluir que é importante a participação da equipe de extensão da PROEX e dos coordenadores de extensão na implementação de novos processos, pois o alcance do sucesso só é viável com apoio coletivo na implementação das alternativas. Na percepção da pesquisadora, a avaliação, embora necessite ser classificatória para aprovação em edital, precisa, antes de tudo, propiciar aprendizado e crescimento. Avaliar não pode ser sinônimo de fiscalização, mas deve ser uma atividade processual, sistemática, pautada no ensino-aprendizagem, na construção de conhecimento, no compartilhamento de boas práticas e no fomento de

iniciativas coletivas e multicâmpus. Nesse sentimento, um dos investimentos que a instituição pode fazer é em formação e capacitação dos servidores, tanto da PROEX, para qualificar o trabalho da equipe, quanto dos demais servidores que são ou que gostariam de se tornar extensionistas. Por fim, torna-se importante manter o foco no impacto na comunidade externa e na formação do aluno na tomada de decisões administrativas que envolvam a extensão.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, M. Política Nacional de Extensão Universitária – 2012: identidade e diretriz para a prática extensionista no ensino superior brasileiro. In: SILVA, D. L.; CÂNDIDO, G. J. (Orgs.). **Extensão universitária: conceitos, propostas e provocações**. São Bernardo do Campo: UESP, 2014.

ALMEIDA, A. V. D. **Dos aprendizes atífices ao CEFET-SC**. Florianópolis: CEFET-SC, 2002.

_____. **Da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal de Santa Catarina**. Reed.aov. e atual. Florianópolis: IFSC, 2010.

ARROYO, D. M. P.; ROCHA, M. S. P. M. L. Meta-avaliação de uma extensão universitária: estudo de caso. **Avaliação**, v. 15, n. 2, p. 131-157, 2010.

BARTNIK, F. M. P.; SILVA, I. M. Avaliação da ação extensionista em universidades católicas e comunitárias. **Avaliação**, v. 14, n. 2, p. 453-469, 2009.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Lei Básica da Reforma Universitária. Brasília: [s.n.], 1968.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Belém: Basa, 1988.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, n. 248, dez. 1996.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, dez. 2008.

_____. Decreto nº 7.233, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária, e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 20 jul. *010a.

_____. Decreto nº 7.416, de 30 de dezembro de 2010. Regulamenta os arts. 10 e 12 da Lei nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009, que tratam da concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 31 dez. 2010b.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 26 aoun. 2014.

BUARQUE, C. **A aventura da universidade**. São Paul: UNESP, 1994.

BUSKIRK, R. H. **Business and administrative policy: text, cases, incidents and readings**. New York: Wiley, 1971.

CADAU, V. M. E. A. **Oficinas pedagógicas de direitos humanos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

CASTRO, L. M. C. et al. Avaliar a extensão: uma construção possível? In: SILVA, D. L.; CÂNDIDO, G. J. (Orgs.). **Extensão universitária: conceitos, propostas e provocações**. São Bernardo do Campo: UMESP, 2014.

CHIANCA, T.; MARINO, E.; SHIESARI, L. **Desenvolvendo a cultura de avaliação em organizações da sociedade civil**. São Paulo: Global, 2001.

CONIF. **Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Disponível em: <<http://portal.conif.org.br>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

CÔRREA, M. P. **Nos tempos da escola industrial de Florianópolis: o internato (1962 - 1969)**. Florianópolis: IFSC, 2016.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação da Educação Superior**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FORPROEX. Política Nacional de Extensão. **Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**. Ilhéus, BA, 2001.

_____. Avaliação Nacional da Extensão Universitária. **Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**. Ilhéus, BA, 2001.

_____. Carta de Manaus. **Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**. Manaus, 2012.

_____. Carta de Ouro Preto. **Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**. Ouro Preto, MG, 2016.

_____. Carta de Florianópolis. **XLII Encontro Nacional do FORPROEX**. Florianópolis, 2017.

_____. **Pesquisa de Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária**. 2016. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Relatorio_Final_IBEU.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2017.

_____. MAXIMINIANO JR, Manoel. **Indicadores brasileiros de extensão universitária**. Campina Grande, PB: EDUFPG, 2017.

GOMES, M. E. S.; BARBOSA, F. A. **A técnica de grupos focais para obtenção de dados qualitativos**. [S.l.]: Revista Educativa, 1999.

GURGEL, R. M. **Extensão universitária: comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez; Autores Associados; Universidade Federal do Ceará, 1986.

HEALY, C.C. A follow-up of adult career counseling clients of a University Extension Center. **The Career Development Quarterly**, Los Angeles, n. 49, jun. 2001.

HEIDEMANN, F. G. **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. 3. ed. Brasília: UnB, 2014.

HOWLETT, M. **Política pública: seus ciclos e subsistemas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IFSC. **Resolução nº 20/2013**. Disponível em: <http://www.ifsc.edu.br/arquivos/extensao/cs_resolucao20_2013_aprov_a_regulamentacao_atividades_extensao.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2017.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2014)**. Disponível em: <<http://pdi.ifsc.edu.br>>. Acesso em: 15 jun 2017.

_____. **Resolução nº 61/2016**. Disponível em: <http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/consup_resolucao61_2016_extensao.pdf>. Acesso em: 13 jun 2017.

_____. Instrução Normativa nº 16, de 9 de outubro de 2017. Dispõe sobre a revisão do plano anual de trabalho 2018 do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC. Florianópolis, out. 2017. Disponível em: <https://intranet.ifsc.edu.br/images/file/Instrução%20Normativa/Instrucao_Normativa_16_2017_%20REVISAO%20PATa.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2018.

_____. DIRETORIA DE ESTATÍSTICAS E INFORMAÇÕES ACADÊMICAS. **Anuário estatístico IFSC/PROEN - 2018**. Florianópolis, fev. 2018. Disponível em: <https://public.tableau.com/profile/estatisticasifsc#!/vizhome/AnurioEstatsticoPROENIFSC2018anobase2017-DadosdeMatrculas_/AnurioEstatstico>. Acesso em: 21 mar. 2018.

ILES, K. J. et al. **Iowa State University Extension: evaluation of programs and services offered to Iowa's turfgrass, nursery, and landscape plant installation and maintenance industries**. Iowa: Ames, 1998.

JEZINE, E. Multiversidade e extensão universitária. In: FARIA, D. S. (Org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: UnB, 2001.

MARCOVITCH, J. A informação e o conhecimento. **Em Perspectiva**, v. 16, n. 4, p. 2-8, 2002.

MENDES, R. S.; CASTRO, L. M. C. A avaliação da extensão: dos documentos do Fórum Nacional de Pró-Reitores à proposta da Universidade do Estado do Rio. **Interagir: pensando a extensão**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 9-14, ago. 2001.

MEYER, B.; MEYER JUNIOR, V. “Managerialism” na gestão universitária: uma análise de suas manifestações em uma instituição empresarial. **Gestão Universitária na América Latina**, 2013.

Disponível em:

<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=319328457002>>. Acesso em: 9 abr. 2018.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

NOGUEIRA, V. M. R. N. O planejamento e avaliação de programas e projetos sociais. **Cadernos CRESS**, Florianópolis, n. 4, 1998.

_____. **Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas**. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; o Fórum, 2000.

OLIVEIRA, A. A. R.; LEITE FILHO, C. A. P.; RODRIGUES, C. M. C. O processo de construção dos grupos focais na pesquisa qualitativa e suas exigências metodológicas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO - ENANPAD, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007, p. 2-15. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/52134851/Artigo-Grupos-Focais-EnANPAD-2007>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

OSBORN, A. F. **Applied imagination: the principles and procedures of creative thinking**. Nova York: Scribner, 1953.

PRESSMAN, J. L.; WILDAVSKY, A. B. **Implementation: how great expectations in Washington are dashed in Oakland or, why it's amazing that federal programs work at all, this being a saga of the Economic Development Administration as told by two sympathetic observers who seek to build morals on a foundation of ruined hopes**. Berkeley: University of California Press, 1973.

RIBEIRO, R. M. C. **Os desafios contemporâneos da gestão universitária: discursos politicamente construídos.** Associação Nacional de Política e Administração da Educação, 2012.

ROCHA, A. D. S. **A expansão da Rede Federal de Educação Profissional e as estratégias para realocação de servidores no Instituto Federal da Bahia entre 2009-2013.** Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA: [s.n.], 2014.

ROCHE, C. **Avaliação de impactos dos trabalhos de ONGs: aprendendo a valorizar as mudanças.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

RODRIGUES, A. L. Modelos de gestão e inovação social em organizações sem fins lucrativos: divergências e convergências entre Nonprofit Sector e Economia Social. **Anais do Encontro da Anpad.** Salvador, 2006.

ROESCH, A. M. S. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS JÚNIOR, A. L. **A extensão universitária e os entre-laços dos saberes.** Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA: 2013.

SAVIANI, D. **Ensino público e algumas falas sobre universidade.** São Paulo: Cortez, 2008.

SCHLICKMANN, R. **Administração universitária: desvendando o campo científico no Brasil.** Florianópolis, 2013, 292 p. Tese de Doutorado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 2013.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos.** São Paulo: Cengage Learning, 2013.

_____. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções.** São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SERRANO, R. M. S. M. **Conceitos de extensão universitário**: um diálogo com Paulo Freire. Universidade Federal da Paraíba, 2007. Disponível em:

<http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf>. Acesso em: 15 nov 2017.

_____. **Avaliação institucional da avaliação extensão universitária na UFPB**: a regulação e a emancipação. João Pessoa: UFPB, 2012, 194 p. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, João Pessoa, 2012.

SOUSA, A. I. et al. **Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária**. Campina Grande: EDUFCG, 2017.

VALÉRIO, M. **Ações de divulgação científica na Universidade Federal de Santa Catarina**: extensão como compromisso social com a educação em ciência e tecnologia. Florianópolis, 2006, 183p. Dissertação de Mestrado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 2006.

VERAS, S. C. L. Política pública de educação: uma abordagem da extensão universitária na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). **Revista Espaço Acadêmico**, n. 200, 2018.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2013.

APÊNDICE A – RESUMO DOS PROJETOS – AVALIAÇÃO *IN LOCO*

Projeto *Capacitação dos profissionais da saúde* – Câmpus Florianópolis
Edital APROEX 03/2018

Etapa acompanhada: oficina de elaboração de vídeo para a equipe executora

Projeto *Cineclube Ólho Ólho* – Câmpus Florianópolis
Edital APROEX 03

Etapa acompanhada: exibição de filme e discussão

Projeto *Programação Robótica* – Câmpus Florianópolis
Edital APROEX 03/2018

Etapa acompanhada: última aula do curso de robótica para crianças de um centro assistencial

Projeto *O aperfeiçoamento profissional e a prática da educação ambiental dos egressos dos cursos de guia de turismo e condutor ambiental* – Câmpus Garopaba

Edital APROEX 03/2018

Etapa acompanhada: reunião de avaliação das atividades de prática e aprimoramento das conduções

Projeto *Língua portuguesa como segunda língua para surdos: práticas de leitura e escrita* – Câmpus Palhoça

Edital APROEX 03/2018

Etapa acompanhada: oficina de leitura e escrita

Projeto *Arquitetônico aplicado à saúde mental – revitalização do IPq* – Câmpus Florianópolis

Edital APROEX 03/2018

Etapa acompanhada: reunião com a direção do Instituto Psiquiátrico, medição das áreas do hospital para locação de projeto arquitetônico

Projeto *Mulheres em profissões tipicamente “masculinas”*: trajetórias e desafios – Câmpus São José

Edital: APROEX 01/2018

Etapa acompanhada: palestra que compartilhou as trajetórias profissionais de mulheres em áreas “masculinas” e discutiu sobre os principais desafios vivenciados por elas tanto nos espaços formativos quanto de trabalho

Obs.: Este projeto não estava no planejamento inicial de coleta, entretanto, devido ao fato de a pesquisadora ter agendado entrevistas no câmpus no mesmo dia, fez o acompanhamento da etapa.

APÊNDICE B – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO PARA ENTREVISTA COM COORDENADOR DE EXTENSÃO

Data: ____/____/____

Local/Câmpus: _____

Nome do Coordenador de Extensão: _____

Check list preparatório para entrevista:

- Verificação de quantitativo de registro de projetos de extensão do câmpus;
- Contato e agendamento com o coordenador de extensão do câmpus para realização da entrevista.

1. Na etapa de submissão de projeto, qual a sua percepção sobre os procedimentos que a PROEX realiza para avaliação da extensão (aprovação, registro e execução de projetos e relatórios finais)?
2. Qual a sua percepção sobre os processos gerais de avaliação da extensão realizados pela PROEX do IFSC?
3. De acordo com sua concepção, a partir de documentos legais do IFSC, qual deveria ser a visão estratégica (algo a ser alcançado a longo prazo) da avaliação da extensão?
4. Na sua concepção e práticas de avaliação de extensão, enquanto coordenador de extensão do câmpus, o que uma atividade de extensão deve medir?
5. O que a PROEX do IFSC deve fazer para poder medir o impacto da atividade extensionista? Como operacionalizar essa avaliação?
6. Quais as suas sugestões para a gestão (PROEX) acerca dos processos de avaliação da extensão do IFSC?

Comentários: _____

APÊNDICE C – FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO *IN LOCO* DE ATIVIDADE DE EXTENSÃO – IFSC

(As alterações feitas a partir das avaliações *in loco* estão destacadas em vermelho)

Data: ____/____/____

Atividade de extensão a ser avaliada: _____

Local: _____

Nome do Coordenador do Projeto: _____

Check list preparatório para avaliação:

- Leitura do projeto;
- Contato e agendamento com o coordenador do projeto e com o coordenador de extensão do câmpus;
- Conferência da documentação dos alunos bolsistas com fins a verificar a relação da formação com a atividade extensionista.

Antes de iniciar a avaliação, verificar se está presente a tríade extensionista:

() sim () não

Caso não, verificar a justificativa com a equipe executora: -

Verificar se há relação entre o curso do aluno bolsista com a atividade extensionista.

- () relação direta
- () relação interdisciplinar
- () não há relação

Caracterização da demanda externa ou parceria:

Número de participantes externos na atividade: _____

Quesitos de avaliação:

Se a atividade for acompanhada em etapas e para que a avaliação necessite de outras etapas, especificar a qual etapa se refere e deixar o formulário aberto para o próximo acompanhamento.

1. Quais dos itens abaixo foram apresentados pela equipe executora do projeto aos participantes?

- () objetivos
- () tema
- () metodologia
- () resultados esperados

Plenamente: se apresentou todos os itens

Parcialmente: se apresentou 3 itens

Fragilmente: se apresentou 1 ou 2 itens

Inexistente: se não houver

Etapa avaliada: _____

Etapa avaliada: _____

2. A proposta da atividade de extensão atende aos objetivos e temática apresentada? (averiguar se a área temática do projeto é a área temática apresentada)

Plenamente: totalmente atingidos

Parcialmente: quando deixou a desejar em algum quesito

Fragilmente: quando o conteúdo apresentado ficou incoerente com a temática escolhida

Inexistente: se não houver

NS: não se aplica

Etapa avaliada: _____

Etapa avaliada: _____

3. A atividade de extensão foi executada com estruturação e metodologia?

Plenamente: introdução, desenvolvimento, fechamento

Parcialmente: faltou uma etapa (como o fechamento)

Fragilmente: atendeu ao objetivo proposto

Inexistente: se não houver

Etapa avaliada: _____

Etapa avaliada: _____

4. A atividade de extensão apresentou interatividade entre a equipe executora do projeto e os participantes (representantes da demanda externa prevista no projeto)?

Plenamente: quando a interação ocorreu durante toda a prática

Parcialmente: quando houve parte expositiva e parte interacionista

Fragilmente: quando a preponderância foi o conhecimento doicineiro sem a interatividade

Inexistente: se não houver

Etapa avaliada: _____

Etapa avaliada: _____

5. Pela observação empírica, enquanto avaliador da atividade, foi possível perceber o alcance dos objetivos e resultados esperados?

Plenamente: bastante visível

Parcialmente: pouco visível

Fragilmente: quando não for possível mensurar pela observação empírica

Inexistente: se não houver

Etapa avaliada: _____

Etapa avaliada: _____

6. Pelo desenvolvimento da execução da atividade extensionista é possível perceber se os impactos inicialmente previstos no projeto poderão ocorrer?

Plenamente: bastante visível

Parcialmente: pouco visível

Fragilmente: quando não for possível mensurar pela observação empírica

Inexistente: se não houver

Etapa avaliada: _____

Etapa avaliada: _____

Obs.: A expressão “poderão ocorrer” está prevista considerando que não há mensuração do impacto efetivamente ocorrido no público participante ou no aluno, pois não era objeto da pesquisa.

Comentários:

Emitir parecer enquanto avaliadora do ponto de vista processual que contribua com a gestão da extensão do IFSC e **para compartilhamento de boas práticas:**

Emitir parecer para *feedback* ao coordenador do projeto:

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro(a) participante,

Você está sendo convidado(a) a participar de um projeto de pesquisa que estuda a percepção das pessoas sob diferentes condições de iluminação externa. O título da pesquisa é *Avaliação da extensão: recomendações de alternativas a partir de uma abordagem racionalista*, que está sendo conduzida por mim, Cristina Missao Borille Kuba, aluna do Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob a orientação do Prof. Raphael Schlickmann, Dr. O objetivo do estudo é propor melhorias nos processos de avaliação da extensão com vistas a contribuir com a gestão da extensão do IFSC.

Ao concordar em participar da pesquisa, você terá de responder a uma entrevista com roteiro semiestruturado à pesquisadora (no caso de coordenador de extensão) ou de autorizar a avaliação *in loco* de atividades de extensão (no caso de coordenador de projeto submetido ao edital APROEX 2018 do IFSC). Caso você sinta algum desconforto durante a realização das atividades propostas, você terá a liberdade de desistir. Os benefícios de sua participação nesta pesquisa são de ordem educacional e científica. Eles não serão divulgados, de forma a possibilitar a sua identificação. Não haverá qualquer tipo de remuneração pela sua participação nesta pesquisa, assim como não será gerado qualquer tipo de gasto para você. Em caso de eventuais danos ou despesas, comprovadamente decorrentes de sua participação nesta pesquisa, haverá ressarcimento.

Concordando em participar desta pesquisa, preencha e assine ao final deste documento. Em caso de dúvidas, o contato com os pesquisadores pode ser feito através dos e-mails cristina.kuba@ifsc.edu.br e raphael.schlickmann@ufsc.edu.br, dos telefones (48) 99919-9482 e (48) 3721.6618 ou no Departamento de Ciências da Administração – CAD (CSE), localizado na Rua João Pio Duarte Silva - Campus Universitário - Trevo do Córrego Grande, Florianópolis. Assinando o consentimento informado, você estará autorizando a pesquisadora a utilizar seus dados na pesquisa. **Muito obrigada!**

Cristina Missao Borille Kuba

(pesquisadora)

Consentimento Informado – Autorização

Eu, _____,
(**nome completo**), concordo em participar da pesquisa *Avaliação da extensão: recomendações de alternativas a partir de uma abordagem racionalista*, regida pela Resolução CNS/MS nº 510/2016, e autorizo a pesquisadora a utilizar os dados coletados para a realização do estudo proposto. Declaro ainda que recebi uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Florianópolis, _____ de _____ de 2018.

(Assinatura)

O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEPESH-UFSC – é um órgão colegiado vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética desta pesquisa, entre em contato: CEPESH-UFSC – Prédio Reitoria II, 4º andar, sala 401, Rua Desembargador Vitor Lima, nº 222, Trindade, Florianópolis. Telefone para contato: 3721-6094. E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br.

APÊNDICE E – RELATÓRIO TÉCNICO

O relatório técnico está estruturado na versão on line no endereço:

<http://online.pubhtml5.com/smqn/mift/#p=2>

No final do relatório, há uma sugestão de um vídeo gravado pela pesquisadora, com parte da fundamentação teórica utilizada na dissertação com o tema avaliação da extensão:

<https://www.youtube.com/watch?v=qBIACI9TkVE&feature=>



Cristina Missao Borille Kuba

**AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO:
RECOMENDAÇÕES DE
ALTERNATIVAS A PARTIR DE UMA
ABORDAGEM RACIONALISTA**



FICHA DE IDENTIFICAÇÃO

Nome da analista	Cristina Missao Borille Kuba
Data de início da análise	Setembro de 2017
Data de conclusão da análise	Dezembro de 2018
Destinatário do relatório	IFSC
Problema público	Como aprimorar os processos de avaliação de extensão do IFSC a partir da perspectiva do público impactado?
Objetivo	Propor melhorias nos processos de avaliação da extensão com vistas a contribuir com a gestão da extensão do IFSC
Âmbito de aplicação da política pública	Institucional
Áreas da política pública	Extensão, avaliação, análise de política pública, educação, gestão

1 RESUMO EXECUTIVO

Na etapa de diagnóstico de um problema público há o trabalho analítico de identificação do problema público, sua amplitude, intensidade, seu contexto, suas causas e consequências e seu potencial tratamento. O contexto da pesquisa é a extensão do IFSC - Instituto

Federal de Santa Catarina, criado pela Lei 11.892/2008 e pertencente à rede federal da educação profissional (BRASIL, 2008). A etapa de análise das soluções, após ser consideradas as alternativas de solução, indicará qual delas será a mais recomendada. Analisar é estudar um fenômeno complexo por meio da fragmentação de suas partes e o estudo das inter-relações das partes para fazer aproximações com o todo (SECCHI, 2016). A primeira tarefa nessa etapa é a de geração de alternativas, sendo que a escolha da pesquisadora para gerar alternativas foi por meio de técnicas como o brainstorming, avaliação *in loco* e entrevista com roteiro semiestruturado. A entrevista com roteiro semiestruturado foi realizada individualmente com os servidores do IFSC na função de coordenador de extensão. O roteiro composto por 6 questões possibilitou a geração de alternativas principalmente na verificação das opções de status quo e de soluções óbvias. A segunda técnica utilizada para geração de alternativas criativas foi a avaliação *in loco* de projetos de extensão em execução referente ao edital APROEX 03/2018. Após fez-se a especificação das alternativas. Na sequência, na etapa de projeção de resultados pode-se praticar a futurologia embasada em dados, teorias e pressupostos e na experiência do analista (SECCHI, 2016). Dentre as técnicas de projeção de resultados mais utilizadas pela metodologia racional-empiricista, a aplicada foi a análise de viabilidade política e de implementação (AVPI). Considerando a pergunta de pesquisa que foi como aprimorar os processos de avaliação de extensão do IFSC a partir da perspectiva do público impactado, as alternativas especificadas foram geradas a partir de técnicas de coleta de dados planejadas nos procedimentos metodológicos, como entrevista e avaliação *in loco*. Ao final são indicadas sugestões com base nos resultados das entrevistas e a conclusão final.

2 INTRODUÇÃO

A problemática é desenvolvida como uma análise de políticas públicas, com base em Secchi (2013). Essa obra é um guia prático para análises de políticas públicas, permitindo a escolha de técnicas já referendadas pela literatura, e a pesquisadora o escolheu para alcançar os resultados propostos nos objetivos da pesquisa.

A escolha do título – *Avaliação da extensão: recomendações de alternativas a partir de uma abordagem racionalista* – se deve à metodologia aplicada na pesquisa, que permite encontrar alternativas práticas de serem implementadas. O caminho racionalista é o que adequa os fins (problema público) aos meios (política pública) e é composto por

três etapas: gerar alternativas, estabelecer critérios e indicadores e projetar resultados.

A pesquisadora optou pela abordagem racionalista por se colocar na condição de analista de política pública, por meio de procedimentos metodológicos que a permitissem alcançar os objetivos propostos.

3 ANÁLISE DO PROBLEMA

A primeira fase é a identificação do problema, quando se verifica a discrepância entre o status quo e uma situação ideal possível. Por ser subjetiva, depende da percepção de vários atores relevantes quanto a sua existência (SECCHI, 2013).

Isso posto, entender a pergunta de pesquisa como problema público é encontrar a diferença entre a situação atual para uma situação melhor possível dentro do contexto do tema de pesquisa.

A pergunta de pesquisa elaborada foi: como aprimorar os processos de avaliação da extensão do IFSC a partir da perspectiva do público impactado?

Na etapa de formulação de alternativas, escolhem-se os métodos, programas, estratégias ou ações que poderão alcançar os objetivos estabelecidos. As alternativas que forem construídas utilizarão recursos técnicos, humanos, materiais e financeiros diferentes e, portanto, com chances diferentes de serem eficazes (SECCHI, 2013).

Após a identificação do processo, foi realizado o diagnóstico. Na etapa de diagnóstico de um problema público há o trabalho analítico de identificação do problema público, sua amplitude, intensidade, seu contexto, suas causas e consequências e seu potencial tratamento (SECCHI, 2013).

3.1 DIAGNÓSTICO

O contexto da pesquisa é a extensão do IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina, criado pela Lei 11.892/2008 e pertencente à rede federal da educação profissional (Brasil, Lei nº 11.892, de 29 de Dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, 2008).

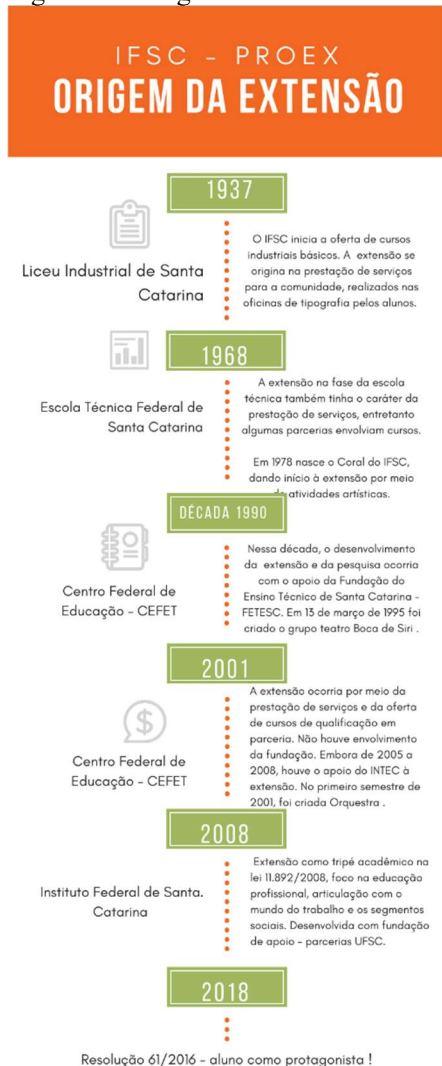
Desta forma, a origem do problema histórico é contextualizada a partir a origem da extensão no Brasil e a origem da extensão no IFSC.

A história da extensão no Brasil, do IFSC e da extensão no IFSC possuem uma construção análoga, no sentido de se descobrirem voltadas

para os trabalhadores, envolverem os movimentos sociais e as populações mais vulneráveis.

O infográfico a seguir mostra o histórico da extensão no IFSC a partir da pesquisa bibliográfica e entrevistas realizadas.

Figura 1 – Infográfico do Histórico da extensão no IFSC



Fonte: elaborado pela autora (2018)

A extensão se consolida no tripé acadêmico (ensino, pesquisa e extensão) com um papel relevante de transformação da sociedade a partir de sua origem.

Faz parte do diagnóstico a análise política do problema. Nesse sentido são apresentados os fóruns de extensão que atuam na articulação política em prol dos interesses em extensão das instituições.

A criação do FORPROEX se concretizou a partir da realização do primeiro encontro nacional, na Universidade de Brasília, no Distrito Federal, nos dias 4 e 5 de novembro de 1987: O I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX, 1987).

De acordo com seu regimento, o FORPROEX é uma entidade voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão, comprometido com a transformação social para o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia.

O FORPROEX, desde a partir da sua criação, vem procurando trazer para si a responsabilidade pelo processo de elaboração das políticas de extensão a serem desenvolvidas pelas Instituições públicas de educação superior do país.

Outra instância política é o Fórum de Pró-Reitores de Extensão da Rede Federal – FORPROEXT que é um órgão de assessoramento da Câmara de Extensão do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF). O fórum é composto por um representante de cada instituto federal, responsável pelas ações sistêmicas vinculadas ao tema.

Entre os marcos legais que regulam a extensão no Brasil há de se destacar a Política Nacional de Extensão e o Plano Nacional de Educação 2014-2024.

Em 2012, o FORPROEX publicou a Política Nacional de Extensão a partir das discussões do fórum no encontro na cidade de Manaus-AM. Este documento reafirma alguns compromissos assumidos na versão de 1999 e estabelece novas estratégias de enfrentamento de novos desafios e aproveitamento de novas oportunidades, tendo em vista o contínuo fortalecimento da extensão.

O PNE 2014-2024 foi aprovado com vigência por 10 (dez) anos, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal. Das 20 metas e estratégias estabelecidas no PNE 2014-2024, duas delas se referem à extensão. Na meta 9, o objetivo trata de elevar a taxa de alfabetização da população com quinze anos ou mais para noventa e três inteiros e cinco décimos por cento até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em cinquenta por

cento a taxa de analfabetismo funcional. Como estratégia para alcançá-la, recomenda-se a extensão na implementação de programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta. Já na meta 12, o objetivo trata de elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público. E prevê, como uma das estratégias para o alcance desta meta, que seja assegurado, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

Em seu regimento, o IFSC apresenta como uma das finalidades desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos (BRASIL, 2008).

Complementando o diagnóstico, como estudo de amplitude do problema, foram pesquisados da extensão do IFSC no ano de 2017. O IFSC é uma instituição que, em 2017, contabilizou matrícula de 41.014 alunos, 1.506 docentes e 1.197 técnicos-administrativos em sua estrutura organizacional, de acordo com a base de dados do Anuário Estatístico 2018 do IFSC.

Com uma oferta educativa abrangente, inclui cursos de formação inicial e continuada, educação de jovens e adultos aliada a formação profissional, formação profissional técnica de nível médio, cursos superiores de tecnologias, licenciaturas e bacharelados, bem como pós-graduação *lato e stricto sensu* (IFSC, 2016).

De acordo com o Anuário Estatístico 2018 do IFSC, foi catalogada pela instituição a quantia de 670 cursos nas diferentes modalidades ofertadas, dos quais 619 eram presenciais e 51, a distância. Esse total de cursos provoca uma movimentação de inscritos em torno de 131.989 pessoas em um montante estimado de 7.001.161 pessoas no Estado de Santa Catarina, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2017.

A extensão do IFSC encontra-se disponibilizada aos 41.014 alunos da instituição, com a participação vinculada a um programa, projeto, curso, evento ou geração de produto e com a execução da tríade extensionista – anteriormente explicada na análise sociocultural.

No relatório de gestão do IFSC de 2017 foram apresentados os números da Diretoria de Extensão, exibida no organograma da PROEX

(Figura 3), que podem demonstrar a amplitude e intensidade do problema, de forma que proposições de melhorias nos processos de avaliação da extensão do IFSC podem contribuir com a gestão da extensão da PROEX/IFSC.

O infográfico a seguir mostra os números de projetos, público atendido, aluno, voluntários e servidores envolvidos nas atividades de extensão, durante o ano de 2017, resultados dos editais fomentados pela PROEX, com e sem recursos financeiros.

Figura 2 – Números envolvendo editais de extensão em 2017



Fonte: elaborado pela autora (2018)

A análise de tendência serve para projetar o quanto o problema se intensificará. Apresenta consequências importantes sobre as opções de método de análise e das próprias alternativas de solução ao problema (SECCHI, 2016). Para dar conta dessa análise foram analisados

documentos do FORPROEX, pois trazem elementos que indicam a tendência do problema.

Em 2017 o FORPROEX se reuniu com o objetivo de discutir os rumos da extensão universitária brasileira, diante do que, para o Fórum, se considera um avanço de agendas desestabilizadoras do campo e do compromisso social da educação superior pública (FORPROEX, 2017).

Ao final do encontro, foi produzida pelo Fórum a Carta de Florianópolis, com proposições para o ano seguinte: a) ampliar e fortalecer a política de internacionalização da extensão, concebida na interlocução com a inserção curricular, sendo subsidiada por linhas de fomento específicas; b) validar e aplicar indicadores de avaliação da extensão nas IES públicas, por meio da discussão e adoção de 12 indicadores nas regionais do Fórum; c) organizar, em âmbito nacional, uma campanha sobre atuais experiências de integração da extensão nos currículos dos cursos de graduação, por meio da estruturação de canais de divulgação e banco de conhecimentos (FORPROEX, 2017).

Por meio de uma das proposições apresentadas pelo Fórum e do objeto proposto nesta pesquisa, pode-se perceber que há alinhamento entre um e outro, ou seja, ao demandar que sejam validados e aplicados os indicadores de avaliação da extensão nas IES públicas, de certa maneira evidencia-se que estes ainda não são aplicados.

As produções sistematizadas dos Fóruns de Extensão, mencionados na análise política, e seus posicionamentos políticos possivelmente servirão de base para o direcionamento da atuação dos pró-reitores de extensão em suas instituições, tornando-se a tendência do problema público estabelecido nesta pesquisa.

4 ANÁLISE DAS SOLUÇÕES

A etapa de análise das soluções, após ser consideradas as alternativas de solução, indicará qual delas será a mais recomendada. Analisar é estudar um fenômeno complexo por meio da fragmentação de suas partes e o estudo das inter-relações das partes para fazer aproximações com o todo (SECCHI, 2016).

A primeira tarefa nessa etapa é a de geração de alternativas, que é o momento mais intuitivo, rico em imaginação, no qual o analista (a pesquisadora) pode usar sua criatividade. Entretanto, uma delas, o autor sugere que seja manter o status quo, porque após especificada e ao ser

comparada com outras alternativas poderá mostrar informações se vale a pena ou não intervir no status quo (SECCHI, 2016).

A escolha da pesquisadora para gerar alternativas foi por meio de técnicas como o brainstorming, avaliação *in loco* e entrevista com roteiro semiestruturado. A entrevista com roteiro semiestruturado foi realizada individualmente com os servidores do IFSC na função de coordenador de extensão. O roteiro composto por 6 questões possibilitou a geração de alternativas principalmente na verificação das opções de status quo e de soluções óbvias.

A segunda técnica utilizada para geração de alternativas criativas foi a avaliação *in loco* de projetos de extensão em execução referente ao edital APROEX 03/2018.

Antes de detalhar as alternativas especificadas, são apresentadas as impressões da pesquisadora sobre as entrevistas e avaliações *in loco* realizadas.

4.1 IMPRESSÕES DA PESQUISADORA

Este capítulo relata as impressões e percepções que a pesquisadora coletou e registrou com o uso de formulários nas entrevistas e avaliações *in loco* que realizou.

4.1.1 Das Entrevistas

Esta pesquisa teve a intenção de realizar entrevista com os coordenadores de extensão dos câmpus, ou seja, um número de 22 pessoas. Foram realizadas 17 entrevistas com coordenadores de extensão, uma com um diretor de extensão, pesquisa e pós-graduação e uma com uma ex-coordenadora de extensão na Reitoria, totalizando 19. Dessa forma, em relação ao planejamento inicial, não foram realizadas cinco entrevistas, devido à indisponibilidade dos coordenadores.

As respostas apresentadas sobre os procedimentos atuais da avaliação da extensão foram positivas quanto ao trabalho realizado pela equipe da PROEX, bem como quanto à utilização do sistema SIGAA (Sistema Integrado de Atividades Acadêmicas), embora muitas das respostas tenham apresentado a necessidade de melhorias no sistema quanto ao envio de notificações nas alterações de *status* dos projetos.

Em relação aos avaliadores *ad hoc* do IFSC, houve um consenso sobre a necessidade de qualificação das avaliações feitas por eles, excluindo, dentro do possível, o máximo de subjetividade e tornando a

avaliação mais objetiva e uniforme. Além disso, houve a demonstração de um desejo coletivo por *feedback* quanto às avaliações realizadas pelos coordenadores *ad hoc*.

Em relação à avaliação dos relatórios finais, após execução dos projetos e dentro do cronograma de cada edital, os entrevistados relataram terem dúvidas sobre a prestação de contas. Também relataram algumas queixas de servidores nos câmpus se referindo ao processo demasiadamente burocrático da prestação de contas. Por outro lado, sendo a prestação de contas uma obrigatoriedade legal, em formato sugerido pela auditoria interna do IFSC, na seção item de sugestões será detalhado como poderia ser realizada uma capacitação com os servidores quanto a esse tema.

A questão sobre a percepção a respeito da visão estratégica da avaliação da extensão a partir dos documentos do IFSC apresentou, na sua maioria, que a visão existe na Resolução 61/2016/CS/IFSC – regulamentação de atividades de extensão do IFSC. Além disso, a PROEX, na visão dos respondentes, tem feito esforços para demonstrar uma visão estratégica e não apenas operacional. Os respondentes também reforçaram que seria necessário que essa visão estratégica fosse compartilhada pelos demais gestores da instituição.

Na sequência, foram feitas duas questões que contribuíram para a especificação de alternativas óbvias. Quando perguntados sobre o que uma atividade de extensão deveria medir e o que a PROEX do IFSC deveria fazer para poder medir o impacto da atividade extensionista, com operacionalização pela Coordenadoria de Extensão no câmpus, os respondentes, na sua maioria, afirmaram que o principal é o impacto na transformação da comunidade, seguido do impacto na formação do aluno. Para essa medição, os respondentes acreditam que o foco precisa estar nos resultados da execução dos projetos. Para isso, sugeriram que a PROEX seja a orientadora quanto à forma de operacionalizar no câmpus o acompanhamento do impacto da atividade extensionista. Dentre as sugestões práticas, incluíram: a) a obrigatoriedade em edital de apresentação do relatório parcial, para que fosse possível avaliar os resultados parciais do projeto; b) o estabelecimento de algum tipo de instrumento que cruzasse a avaliação dos participantes com resultados dos projetos; c) a associação de um método de pesquisa – quantitativo e qualitativo – ao relatório final do projeto de extensão; d) a necessidade de *feedback* quanto aos relatórios finais, incentivando a inserção de dados, arquivos, fotos e avaliação pelo banco de avaliadores *ad hoc*; e) o estabelecimento, no cronograma de execução, de reunião com os bolsistas para acompanhamento do impacto na sua formação.

Por fim, a última questão referiu-se às sugestões para a gestão da PROEX acerca dos processos de avaliação da extensão do IFSC. As sugestões coletadas foram apresentadas na reunião de planejamento da PROEX na data de 15 de junho de 2018 e constam do quadro resumo a seguir.

Essa questão, por ser aberta, também apresentou sugestões mais amplas ao envolver decisões de gestão não só de extensão, mas institucionais, tais como: a) melhorias na comunicação da Reitoria com os câmpus; b) abertura de espaços em eventos institucionais para manifestação das demandas e experiências dos câmpus; c) estímulo ao fazer extensionista atrelado à revisão da distribuição da carga horária de trabalho de docentes e servidores técnico-administrativos da instituição, ou seja, cessão de espaço no horário de trabalho para o desenvolvimento de projetos de extensão; d) revisão da orientação de que professores substitutos não podem ser coordenadores de projetos de extensão; e) revisão do valor de auxílio financeiro concedido ao coordenador para o desenvolvimento do projeto; f) capacitação sobre como prestar contas ou rever os itens que compõem a prestação de contas orientada nos editais de 2018.

As entrevistas trouxeram para a pesquisa perspectivas qualitativas para a geração de alternativas, bem como abriram possíveis temas para pesquisas futuras relacionadas à extensão ou a outros problemas que se apliquem à instituição.

No quadro a seguir são apresentados os resultados das entrevistas categorizados pela pesquisadora de acordo com as respostas obtidas, de forma qualitativa.

Quadro 1 – Resumo dos resultados das entrevistas

Categoria	Contribuição do entrevistado
Percepção do trabalho da PROEX	Elogios para a atuação da PROEX.
Percepção do trabalho da PROEX	Elogios para a Resolução 61/2016.
Percepção do trabalho da PROEX	SIGAA – agregou melhor gerenciamento, embora ainda necessite de ajustes, principalmente quanto às notificações do sistema.

Percepção do trabalho da PROEX	Diminuir a rigidez na avaliação de projetos de fluxo contínuo.
Percepção do trabalho da PROEX	O cronograma de editais da PROEX poderia ser mais ajustado ao cronograma de atividades dos câmpus, para otimização de divulgação, incentivo e participação nos editais.
Institucional	Parceria guarda-chuva para vários projetos do câmpus.
Institucional	Rever a orientação de que professores substitutos não podem ser coordenadores de projetos de extensão.
Institucional	Estimular o fazer extensionista atrelado à revisão da distribuição da carga horária de trabalho de docentes e servidores técnico-administrativos da instituição, ou seja, conceder espaço no horário de trabalho para o desenvolvimento de projetos de extensão.
Institucional	Melhorias na comunicação da Reitoria com os câmpus. Inclui, mas também extrapola a comunicação da PROEX com as Coordenadorias de Extensão.
Institucional	Abrir espaços em eventos institucionais para manifestação das demandas e experiências dos câmpus.
Estrutura e regulamentação da extensão	Fomentar a criação de espaços no câmpus para atividades de extensão (como um laboratório de extensão), bem como para a estruturação da Coordenadoria de Extensão.
Estrutura e regulamentação da extensão	Promover capacitação para coordenadores de extensão – novos na função – presencial ou a distância.
Estrutura e regulamentação da extensão	Promover capacitação ou desenvolvimento do entendimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas atividades de extensão.
Estrutura e regulamentação da extensão	Rever o valor de auxílio financeiro concedido ao coordenador para o desenvolvimento do projeto.
Estrutura e regulamentação da extensão	Associar de projetos de pesquisa aos projetos de extensão.

Estrutura e regulamentação da extensão	Fortalecer a capacitação nos câmpus. Obs.: A Reitoria itinerante é vista como positiva, entretanto, como não há a participação de todos os servidores, há a necessidade de fortalecimento da efetividade dela.
Estrutura e regulamentação da extensão	Sensibilização dos extensionistas (dos servidores para se tornarem extensionistas).
Estrutura e regulamentação da extensão	Formação e capacitação para os gestores sobre extensão.
Estrutura e regulamentação da extensão	Promover capacitação nos Encontros de Ensino, Pesquisa e Extensão por níveis de conhecimento/tempo na Coordenadoria de Extensão. Uma das sugestões para como fazer isso é dando autonomia para o coordenador decidir a qual grupo ele pertence.
Estrutura e regulamentação da extensão	Criar estratégias para maior estruturação e visibilidade das atribuições da Coordenadoria de Extensão no câmpus.
Estrutura e regulamentação da extensão	Ofertar um curso de preparação ao edital ou ofertar curso de elaboração de projeto. Sugestão de videoaula, com duração de oito horas, em caráter obrigatório, para submissão de propostas em editais.
Processos de avaliação	Qualificar os avaliadores <i>ad hoc</i> e promover a capacitação nos processos de avaliação da extensão.
Processos de avaliação	Dar <i>feedback</i> das avaliações feitas pelos coordenadores de extensão.
Processos de avaliação	Replicar a metodologia de acompanhamento das egressas do Mulheres Sim aos demais editais, de forma adaptada a cada um.
Processos de avaliação	Inserir como obrigatoriedade em edital de apresentação do relatório parcial, para que fosse possível avaliar os resultados parciais do projeto.
Processos de avaliação	Estabelecer algum tipo de instrumento que cruze avaliação dos participantes com resultados dos projetos.
Processos de avaliação	Associar um método de pesquisa – quantitativo e qualitativo – ao relatório final do projeto de extensão.

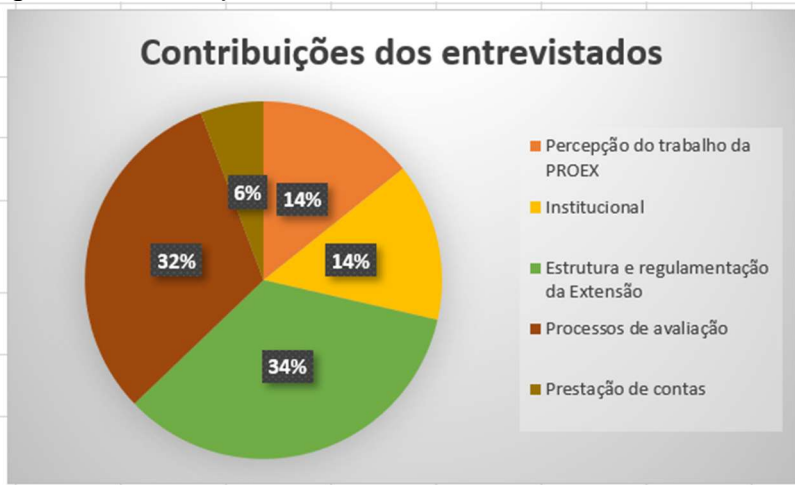
Processos de avaliação	Emitir <i>feedback</i> quanto aos relatórios finais, incentivando a inserção de dados, arquivos, fotos e avaliação pelo banco de avaliadores <i>ad hoc</i> .
Processos de avaliação	Estabelecer no cronograma de execução a reunião com os bolsistas para acompanhamento do impacto na sua formação.
Processos de avaliação	Estabelecer uma sistemática de avaliação de projetos para cada tipo de edital, conforme seu orçamento e temática.
Processos de avaliação	Acompanhar a execução do projeto.
Processos de avaliação	Utilizar a metodologia de diagrama de Gantt no campo de cronograma/descrição de atividades que há na elaboração de propostas de projetos/programas de extensão no SIGAA.
Prestação de contas	Capacitar sobre como prestar contas ou rever os itens que compõem a prestação de contas orientada nos editais de 2018.
Prestação de contas	Verificação da prestação de contas por amostragem feita Diretoria de Administração dos câmpus/Reitoria dos relatórios finais.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

As contribuições foram separadas por categorias de acordo com a natureza da contribuição. Contudo, a geração de alternativas continuou com o foco nos processos de avaliação da extensão a partir da perspectiva do público impactado.

A figura a seguir apresenta um gráfico para visualização de como ficou distribuída as contribuições coletadas nas entrevistas com os coordenadores de extensão.

Figura 3 – Contribuições dos entrevistados



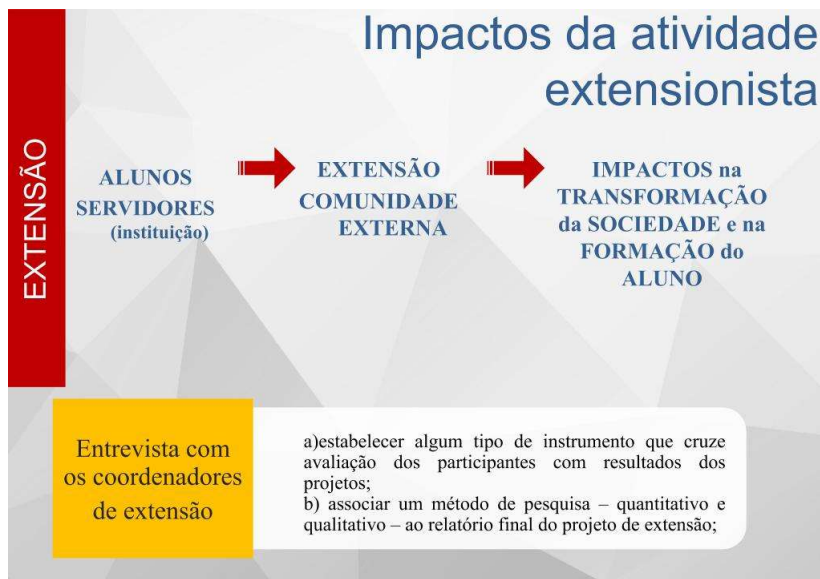
Fonte: elaborado pela pesquisadora (2018)

A figura 4 foi construída a partir da leitura que a pesquisadora faz sobre a atividade extensionista e com base nas entrevistas que realizou.

O objetivo é que um proponente de atividade de extensão consiga refletir sobre o impacto que será causado e que possa planejar um procedimento de avaliação para seu projeto.

No modelo de submissão de propostas da PROEX inserido no SIGAA, há previsão para inserção de informações sobre a metodologia de avaliação que o proponente utilizará. A figura poderá auxiliá-lo a refletir antes de preencher este campo do projeto no sistema.

Figura 4 – Impactos da atividade extensionista



Fonte: elaborado pela pesquisadora com base nas entrevistas realizadas (2018)

4.1.1 Das avaliações *in loco*

Para a realização das avaliações *in loco* de projetos de extensão, foram selecionados projetos por conveniência para a pesquisadora nas cidades de Florianópolis, Palhoça e Garopaba.

A avaliação *in loco* foi prevista para atender ao objetivo de especificar alternativas de soluções à problemática. Para isso, a pesquisadora elaborou um formulário de atividades de extensão, que foi validado durante as avaliações e que consta como apêndice, incluindo os ajustes de melhoramentos a partir da observação prática.

Inicialmente foram estudados os projetos aprovados pela PROEX no edital APROEX 03/2018. Em seguida, entrou-se em contato com os coordenadores dos projetos para autorização de avaliação. Essa etapa exigiu a conciliação de agenda da pesquisadora com as datas nos cronogramas dos projetos, excluindo as férias acadêmicas do IFSC, o que impossibilitou a realização de agendamento. No Apêndice A foi inserido um resumo dos projetos avaliados.

Ao observar a execução da atividade de extensão, algumas percepções foram consideradas relevantes pela pesquisadora:

- a) os alunos bolsistas atuaram como protagonistas da ação, assim como previsto na Resolução 61/2016/CS/IFSC;
- b) foi encontrada relação entre o curso em que o aluno bolsista está matriculado e a atividade extensionista avaliada;
- c) as etapas avaliadas estavam previstas no cronograma dos projetos aprovados no edital APROEX 03/2018;
- d) a motivação para a realização do projeto tem relação com o impacto previsto na comunidade (demanda externa);
- e) há uma demanda por relacionar resultados dos projetos com impactos da atividade extensionista;
- f) há demanda também para capacitação/formação de bolsistas extensionistas;
- g) há necessidade de avaliação sistemática ao final de atividade de extensão a fim de relacionar resultados, impacto e melhorias para projetos futuros.

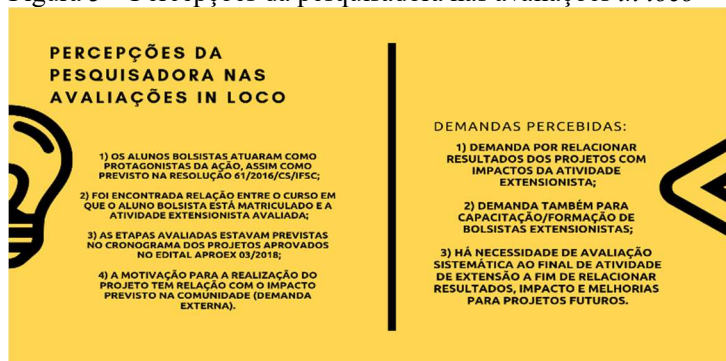
A avaliação *in loco* também possibilitou a reflexão sobre a redação do projeto, sua execução e a aprovação no edital para receber recursos financeiros da PROEX ou do câmpus. Essa reflexão surgiu tendo em vista que outras atividades foram sendo acrescentadas ao planejamento inicial do projeto conforme o desenvolvimento de sua execução. Provavelmente, tais situações são descritas no relatório final do projeto e também servirão de base para boas experiências futuras. Entretanto, mesmo não sendo possível afirmar tal fato, pode ser que isso tenha influenciado a classificação do projeto no ranqueamento final do edital.

A observação do desenvolvimento de atividades de extensão, além de possibilitar a validação do formulário e a geração de alternativas, proporcionou satisfação por permitir presenciar a concretização do trabalho administrativo que é realizado pela PROEX.

Por conseguinte, também, proporcionou pensar que a experiência por avaliar *in loco* enriquece o avaliador quanto ao conhecimento de outras práticas e experiências. A interação com ambientes, projetos e públicos diferentes contribui para a construção de conhecimento.

A figura 5, no entanto, é um resumo sobre as percepções que a pesquisadora obteve com as avaliações *in loco* que realizou.

Figura 5 – Percepções da pesquisadora nas avaliações *in loco*



Fonte: elaborado pela autora (2018)

A alternativa de status quo é aquela que após especificada, projetada e comparada a outras alternativas responderá ao questionamento se vale a pena modificar a situação atual. Nesse contexto, foram realizadas 3 questões nas entrevistas com roteiro semiestruturado que demonstraram um cenário atual considerado efetivo, considerando os feedback's positivos para a equipe da PROEX, bem como em relação a implantação da Resolução 61/2016/CS/IFSC – regulamentação das atividades de extensão e quanto ao uso do sistema acadêmico SIGAA.

As entrevistas trouxeram para a pesquisa perspectivas qualitativas para a geração de alternativas, bem como abrem possíveis temas para pesquisas futuras relacionadas à extensão ou a outros problemas que se apliquem à instituição.

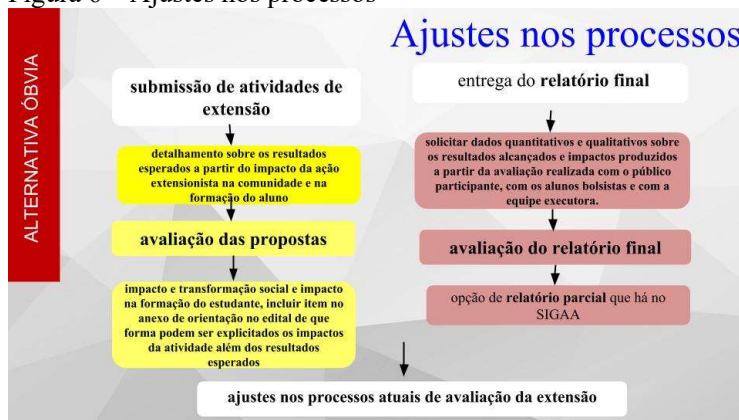
Diante desse cenário, a alternativa de status quo é a manutenção do trabalho realizado pela gestão e equipe da PROEX atualmente.

Da perspectiva da pergunta de pesquisa que é como aprimorar os processos de avaliação de extensão do IFSC da perspectiva do público impactado foram realizadas duas questões na entrevista com os coordenadores de extensão dos Câmpus, que nesse caso compõem o grupo de atores políticos que podem defender uma determinada alternativa.

Em retomada ao que foi respondido nessas questões, na sua maioria, afirmaram que o principal é o impacto na transformação da comunidade, seguido do impacto na formação do aluno. E que a medição estaria nos resultados da execução dos projetos apresentados nos relatórios.

A operacionalização da alternativa óbvia, denominada de Ajustes nos processos, pode ser visualizada na figura abaixo.

Figura 6 – Ajustes nos processos



Fonte: elaborado pela autora (2018)

Após a especificação das alternativas *status quo* e óbvia, as alternativas criativas foram pensadas em conjuntos de atores envolvidos. Já que a análise de política pública propõe soluções para um problema público, identificado nessa pesquisa como a proposição de aprimorar os processos de avaliação de extensão do IFSC a partir da perspectiva do público impactado.

A alternativa criativa que envolve a decisão de gestão da PROEX e que inclui a participação na execução dos coordenadores de extensão dos Câmpus é a inclusão de uma etapa que pode ser denominada de acompanhamento da execução ou de avaliação *in loco*.

Foi identificado, na pesquisa, o acompanhamento documental por meio do registro em uma planilha eletrônica, mas a estratégia de avaliação *in loco* seria inédita na instituição.

A avaliação *in loco* orientada por um formulário que espelhe os demais processos de avaliação de acordo com os editais de fomento de projetos de extensão.

Em complementação à alternativa, a sugestão passa pelo viés da formação e capacitação em avaliação da extensão que inclua os servidores que atuam como avaliadores e também demais gestores da instituição com o intuito de pensarem a extensão estrategicamente. Essa formação poderia

ser em formato de seminário específico ao tema, incluindo, se for pertinente, convite a externos à instituição.

A ideia do seminário envolve planejar espaços para troca de experiências entre os avaliadores *ad hoc* e compartilhamentos de boas práticas. Implica, contudo, na discussão sobre os impactos da atividade extensionista, sobre os resultados projetados e sobre os indicadores que envolvem a área da extensão.

A figura a seguir apresenta de forma visual a operacionalização da alternativa criativa, denominada de Avaliador itinerante.

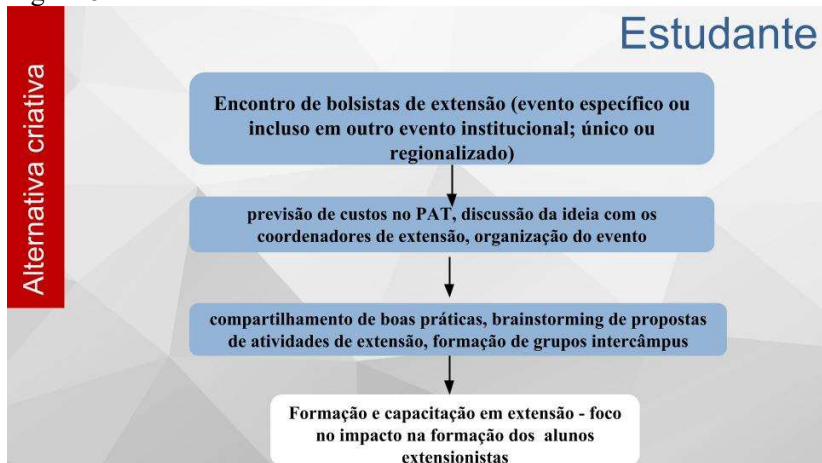
Figura 7 – Avaliador Itinerante



Fonte: elaborado pela autora (2018)

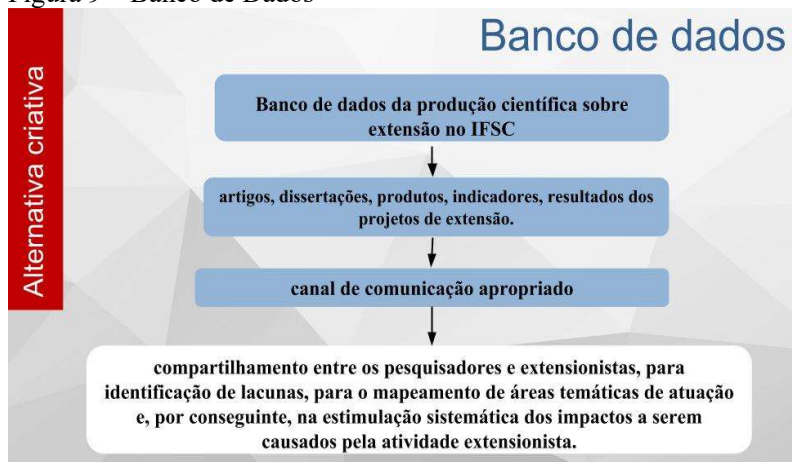
Além dessas alternativas especificadas, foram elaboradas mais duas alternativas criativas que estão representadas nas figuras 8 e 9:

Figura 8 – Estudante



Fonte: elaborado pela autora (2018)

Figura 9 – Banco de Dados



Fonte: elaborado pela autora (2018)

A etapa de projeção de resultados pode ser considerada como a prática da futurologia embasada em dados, teorias e pressupostos e na

experiência do analista (SECCHI, 2016). Podemos dizer que por meio dos procedimentos metodológicos foi possível embasar os dados, fundamentadas na revisão bibliográfica e documental, que gerarão conjecturas da pesquisadora a partir da recomendação de alternativas no relatório final.

Dentre as técnicas de projeção de resultados mais utilizadas pela metodologia racional-empiricista, a aplicada foi a análise de viabilidade política e de implementação (AVPI).

Inicialmente foi feito o mapa de atores, figura 8, com a identificação dos interesses no problema. Em seguida, foi feito o mapa de posicionamento, considerado em sua fase pré-decisória, pois trata-se de um estudo.

Figura 10 – Mapa de Atores

MAPA DE POSICIONAMENTO DOS ATORES NA FASE PRÉ-DECISÓRIA					
	Status Quo	Óbvia	Avaliador itinerante	Encontro e formação de bolsistas extensionistas	Banco de dados de extensão
apoiadores		coordenadores de extensão	avaliadores <i>ad hoc</i> , coordenadores de extensão, técnicos-administrativos extensionistas, docentes extensionistas	estudantes	comunidade acadêmica
neutros	equipe da extensão	equipe da extensão	equipe da extensão	equipe da extensão	equipe da extensão
opositores			coordenadores de extensão		
Apontamentos:					
1) a equipe da extensão foi mencionada como "neutros" considerando que seu posicionamento depende da negociação entre gestão e equipe sobre as alternativas.					
2) os coordenadores de extensão foram mencionados como "opositores" na alternativa de avaliador itinerante devido à possibilidade de inclusão em etapa processual na avaliação da extensão que acarrete aumento de atribuição em sua função;					
3) a gestão da extensão não foi mencionada foi o tomador da decisão a partir do mapa do posicionamento dos atores na fase pré-decisória					
4) comunidade acadêmica são todos os alunos e servidores, de forma que inclui os técnicos-administrativos extensionistas, os docentes extensionistas, os alunos bolsistas, os alunos voluntários citados no mapa de atores.					

Fonte: elaborado pela autora (2018)

Como forma de avaliar o potencial de sucesso das alternativas é sugerido pelo autor (SECCHI, 2016) que se efetue um cálculo no modelo proposto por Pressman e Wildavsky (1973).

Esse cálculo demonstra os momentos decisivos de implementação, deixando evidente a importância inicial de obter o apoio da equipe de extensão do IFSC, lotada na Diretoria de Extensão, vinculada à PROEX.

De acordo com Secchi (2016), as sensíveis mudanças de pesos e de notas podem acontecer quando elas forem muito parecidas, pois na

maioria das situações de análise de política pública a maior contribuição é a análise, a geração de argumentos, de dados e de informações para pautar a tomada de decisão do destinatário da análise. A matriz é apenas um instrumento didático para contribuir com a tomada de decisão.

Um indicativo de implementação pela gestão é a inclusão no PAT do ano seguinte. Normalmente o PAT, além de planejado pela gestão, é compartilhado com a equipe de extensão. Nesse sentido, para a implementação das alternativas, a etapa de inclusão no PAT é importante principalmente quando demandar recursos orçamentários para sua viabilidade.

Já a análise de viabilidade com o sistema acadêmico demandará obter o apoio do Departamento de Tecnologia da Informação para a implementação da alternativa de avaliador itinerante. Entretanto, independente do sistema, a alternativa pode utilizar o formulário com registro por meio eletrônico.

Outro aspecto do cálculo é que não há sugestão de uma nova regulamentação de extensão, como uma política de extensão, por exemplo. Isto posto porque a Resolução nº 61/2016/CS/IFSC está em processo de implementação, conforme verificado no diagnóstico. Assim, é mais salutar indicar uma alteração incluindo as alternativas recomendadas e, sugerir, como complementação da pesquisa, o estudo de uma política de extensão.

Por fim, a própria tabela do cálculo do potencial de sucesso de implementação de alternativas, figura 11, poderá ser utilizada, com adaptações, como parte do fluxo de processo da rotina de trabalho.

Figura 11 – Cálculo do sucesso de implementação das alternativas

CÁLCULO DO PONTENCIAL DE SUCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO					
Momento decisivo de implementação	Atores envolvidos	Chance de sucesso da alternativa óbvia	Chance de sucesso da alternativa avaliador itinerante	Chance de sucesso de alternativa de encontro e formação de bolsistas extensionistas	Chance de sucesso da alternativa banco de dados de extensão
Entrega do relatório técnico à gestão da extensão do IFSC	pesquisadora e gestores da extensão	-	-	-	-
Tomada de conhecimento pela equipe da extensão	equipe e gestores da extensão	-	-	-	-
Apoio da equipe de extensão	PROEX	-	-	-	-
Inclusão no planejamento anual de trabalho - PAT para previsão de orçamento	equipe e gestores da extensão	100%	100%	100%	100%
Análise de compatibilidade da alternativa com sistema acadêmico ou site/servidor	equipe e gestores da extensão	-	-	-	-
Inclusão como parte do processo de avaliação da extensão do IFSC, inclui edital, relatório, planejamento e distribuição de tarefas entre a equipe da extensão	equipe e gestores da extensão	100%	90%	100%	50%
Apoio dos coordenadores de extensão	PROEX	-	-	-	-
Apresentação no Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão - EPE, nas sessões de extensão (essa etapa pode ser antes ou depois da etapa anterior a critério da gestão)	equipe e gestores da extensão	90%	90%	90%	50%
Capacitação dos atores envolvidos	equipe e gestores da extensão	100%	100%	100%	100%
Implementação da alternativa	equipe e gestores da extensão	100%	100%	100%	100%
Divulgação	equipe e gestores da extensão	100%	100%	100%	100%
Apoio dos colegiados	PROEX	-	-	-	-
Alteração da Resolução 61/2016/CS IFSC	equipe e gestores da extensão	-	100%	-	-
Ampla Divulgação da resolução de atividades de extensão alterada	equipe e gestores da extensão	-	100%	-	-
taxa cumulativa do sucesso de implementação		0,90%	0,81%	0,90%	0,25%
Apontamentos: 1) as etapas de inclusão no processo avaliativo e apresentação no encontro EPE podem ser invertidas a critério dos gestores ou da equipe de extensão; 2) o cálculo de chance das alternativas parte da premissa que está embutida como positiva para análise de chances das alternativas; 3) a alteração da resolução que regula as atividades de extensão é uma etapa que pode ser avaliada antes, cuja tomada de decisão exigirá o apoio dos colegiados para sua aprovação; 4) se a etapa principal acontece, as demais, que são complementares, também acontecem; 5) a análise de compatibilidade com sistema ou site/servidor não recebeu percentual porque a decisão pode ser tomada ainda que não haja compatibilidade inicial ou ainda que seja postergado o uso de sistema no início de implementação da alternativa.					

Fonte: elaborado pela autora (2018)

4.2 RECOMENDAÇÃO

Considerando a pergunta de pesquisa, que foi como aprimorar os processos de avaliação de extensão do IFSC pela perspectiva do público impactado, as alternativas especificadas foram geradas a partir de técnicas de coleta de dados planejadas nos procedimentos metodológicos, como entrevista e avaliação *in loco*.

A primeira recomendação é a implementação da alternativa óbvia – ajustes nos processos –, tendo em vista que prevê o detalhamento sobre os resultados esperados a partir do impacto da ação extensionista na comunidade e na formação do aluno, além de ser a menos complexa na sua implementação.

Já a segunda recomendação é a alternativa “avaliador itinerante”. Embora o cálculo apresente-a em terceira colocação, a sua implementação está alinhada a indicador do FORPROEX, ao mesmo tempo em que possui foco no impacto da ação extensionista, acompanhando a execução sistemática da atividade.

As outras duas alternativas podem ser implementadas isoladamente, uma vez que não têm impacto sobre processos existentes ou a serem criados e podem ser adaptadas a outras estratégias que já existem na instituição.

De forma complementar às alternativas recomendadas, seria interessante o alinhamento ou a verificação de alinhamento dos indicadores existentes ou a serem criados/aprovados no IFSC com os sugeridos pelo FORPROEX na pesquisa IBEU (2017).

As recomendações indicadas estão detalhadas na dissertação de mestrado da autora.

5 SUGESTÕES

Considerando as contribuições dos entrevistados e para além das alternativas especificadas, são descritas no quadro a seguir as sugestões da pesquisadora para operacionalização das contribuições coletadas e que podem aperfeiçoar ainda mais os processos de avaliação da extensão do IFSC, caso a gestão julgue-as pertinentes. O quadro inclui as categorias, as contribuições dos entrevistados e as sugestões da pesquisadora, as quais têm como base o estudo e a intuição desta.

Quadro 2 – Contribuição dos entrevistados x sugestões de ações

Categoria	Contribuição do entrevistado	Sugestão da pesquisadora
Processos de avaliação	Qualificar os avaliadores <i>ad hoc</i> e promover a capacitação nos processos de avaliação da extensão.	Organizar um webinar ou oficina sobre processos de avaliação da extensão.

Processos de avaliação	Dar <i>feedback</i> das avaliações feitas pelos coordenadores de extensão.	Escolher um edital por semestre para que a equipe possa analisar as avaliações feitas e encaminhar <i>feedback</i> aos coordenadores de extensão, como devolutiva no processo ensino-aprendizagem sobre avaliação da extensão.
Processos de avaliação	Estabelecer algum tipo de instrumento que cruze a avaliação dos participantes com resultados dos projetos.	Caso seja implementada a alternativa óbvia, esse instrumento de pesquisa quali/quantitativa necessita estar ajustado aos indicadores e aos impactos previstos.
Processos de avaliação	Associar um método de pesquisa – quantitativo e qualitativo – ao relatório final do projeto de extensão.	Tema para pesquisa futura.
Processos de avaliação	Estabelecer no cronograma de execução a reunião com os bolsistas para acompanhamento do impacto na sua formação.	Sugerir em edital que o coordenador de extensão realize reunião com bolsistas em seu câmpus.
Processos de avaliação	Estabelecer uma sistemática de avaliação de projetos para cada tipo de edital, conforme seu orçamento e temática.	Tema para pesquisa futura.
Processos de avaliação	Utilizar a metodologia de diagrama de Gantt no campo de cronograma/descrição de atividades que há na elaboração de propostas de projetos/programas de extensão no SIGAA.	Verificar se existe compatibilidade do SIGAA para ajustar o cronograma/descrição de atividades existentes. Caso exista, pode ser feita a adaptação ao modelo Gantt. Além disso, seria necessário um tutorial ou vídeo de utilização do modelo.

Por fim, uma sugestão futura seria a elaboração da política de extensão do IFSC, por meio da construção coletiva e participativa, com apoio e aprovação de acordo com os trâmites institucionais. Essa política poderá contemplar as diretrizes e ações estratégicas de extensão em todos os seus processos, indicadores e impactos desejados.

A construção coletiva e participativa, nesse caso, é sugerida em virtude da existência de uma Coordenadoria de Extensão em cada câmpus e também do próprio conceito de extensão, que prevê a figura da tríade extensionista (servidor, aluno e comunidade externa).

6 CONCLUSÃO

O resultado das entrevistas trouxe perspectivas qualitativas para a geração de alternativas, também proporcionou a sugestão de possíveis temas para pesquisas futuras relacionadas à extensão.

Em contrapartida, a avaliação *in loco* proporcionou à pesquisadora a observação do desenvolvimento de atividades de extensão, a validação do formulário de avaliação que consta como apêndice; possibilitou cumprir com os objetivos e, por fim, proporcionou satisfação por presenciar a concretização do trabalho administrativo que é realizado pela PROEX.

A experiência por avaliar *in loco* enriquece o avaliador quanto ao conhecimento de outras práticas e experiências. A interação com ambientes, projetos e públicos diferentes contribuem para a construção de conhecimento. Se é possível dizer, a experiência de avaliar *in loco*, proporcionou um estado de alegria e euforia pelos resultados que as atividades extensionistas produzem.

Acredito que essa experiência proporciona sentir, ver e perceber o conceito de extensão que o IFSC utiliza: a extensão como um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre o IFSC e a sociedade de forma indissociável ao ensino e à pesquisa. Ou de acordo com Jezine (2001), a extensão é uma força viva capaz de elevar o nível cultural geral da sociedade. Ou ainda como Dias Sobrinho (2000) que afirma que as atividades de extensão devem ser avaliadas especialmente do ponto de vista do impacto social e de seu valor para a permanente reflexão sobre o trabalho acadêmico da instituição.

Após essa imersão em processos de avaliação de extensão, pode-se concluir que é importante a participação da equipe de extensão da PROEX e dos coordenadores de extensão na implementação de novos processos, pois o alcance do sucesso só é viável com apoio coletivo na implementação das alternativas. Na minha percepção, a avaliação, embora necessite ser classificatória para aprovação em edital, precisa, antes de tudo, propiciar aprendizado e crescimento. Avaliar não pode ser sinônimo de fiscalização, mas deve se pautar em ser processual, sistemática, pautada no ensino-aprendizagem na construção de conhecimento, compartilhamento de boas práticas, fomento de iniciativas coletivas e multicâmpus.

Nesse sentido, um dos investimentos que a instituição possa fazer é em formação e capacitação dos servidores, tanto da PROEX para qualificar o trabalho da equipe, quanto a demais servidores que são ou que gostariam de se tornar extensionistas. Por fim, torna-se importante manter o foco no impacto na comunidade externa e na formação do aluno na tomada de decisões administrativas que envolvem extensão.

Como sugestão, deixo um vídeo com a fundamentação teórica utilizada na dissertação com o tema avaliação da extensão:

<https://www.youtube.com/watch?v=qBIACI9TkVE&feature=youtu.be>

7 REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 26 Jun 2014.

FORPROEX. Carta de Florianópolis. **XLII Encontro Nacional do FORPROEX**, Florianópolis, Nov. 2017.

FORPROEX. MAXIMINIANO JR, Manoel. Indicadores brasileiros de extensão universitária. Campina Grande – PB: EDUFCG, 2017.

IFSC. ANUÁRIO ESTATÍSTICO IFSC/PROEN - 2018. **Diretoria de Estatísticas e Informações Acadêmicas - DEIA**, Florianópolis, Fev. 2018. Disponível em:
<<https://public.tableau.com/profile/estatisticasifsc#!/vizhome/AnurioEst>

atsticoPROENIFSC2018anobase2017-
DadosdeMatrculas_/AnurioEstatstico>.

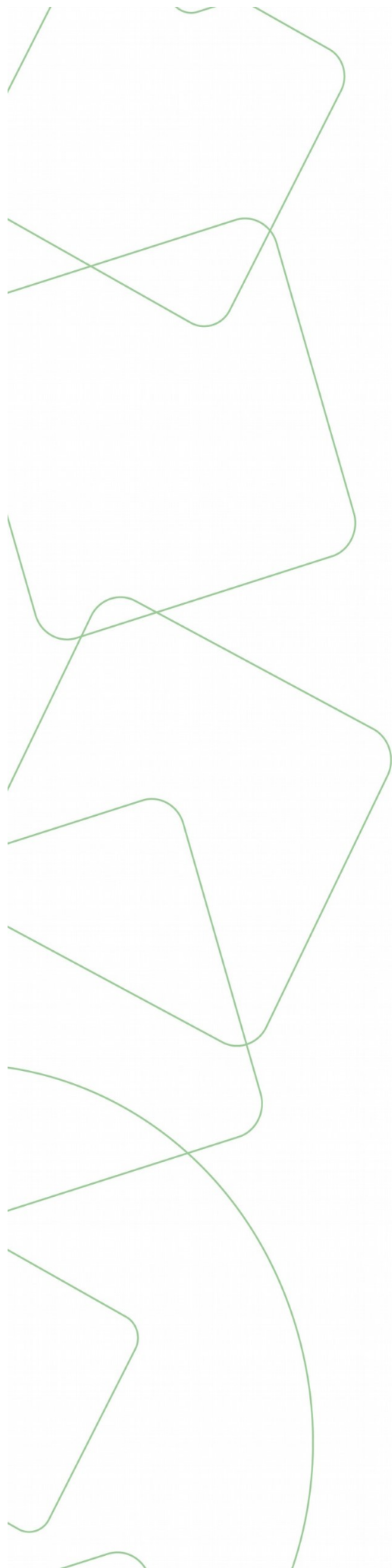
IFSC. Plano de desenvolvimento - PDI. **IFSC**. Disponível em:
<<http://pdi.ifsc.edu.br>>. Acesso em: 2017 Setembro 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA.
Normas de Apresentação tabular. Rio de Janeiro: [s.n.], 1993.

SECCHI, L. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análises, casos
práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SECCHI, L. **Análise de políticas públicas**: diagnóstico de problemas,
recomendação de. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

ANEXO A – EDITAL APROEX 03/2018

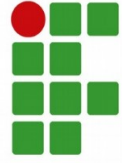
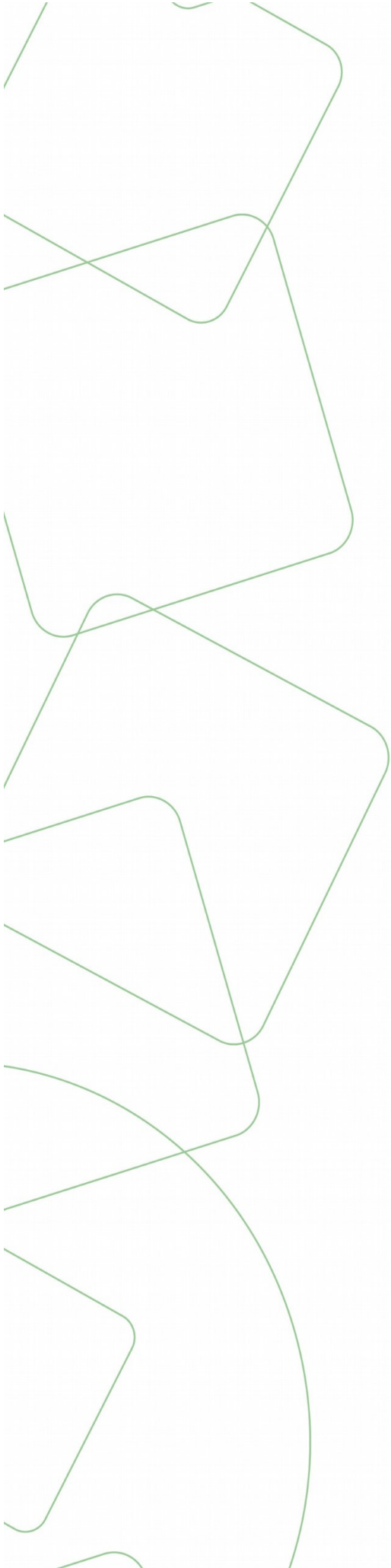


**INSTITUTO
FEDERAL**
Santa Catarina

**EDITAL PROEX nº 01/2018
(APROEX 03 – 10 meses)**

Retificado em 21/12/2017

novembro/2017



**INSTITUTO
FEDERAL**
Santa Catarina



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA

Reitora

Maria Clara Kaschny Schneider

Pró-Reitora de Extensão e Relações Externas

Maria Cláudia de Almeida Castro

Diretor de Extensão

André Dala Possa

Equipe Técnica de Extensão na Reitoria

Alaim Souza Neto, Márcio Mendes, Liziane Renate Lessak, Karla Ferreira Knierim, Paula Clarissa de Souza, Ania Tamilis da Silva Witt, André Luiz Alves, Douglas Paulesky Juliani e Rogério Gonçalves Bittencourt.

Coordenadorias de Extensão dos Câmpus

Câmpus Araranguá	Alexandro Lima Gomes	extensao.ararangua@ifsc.edu.br
Câmpus Avançado São Lourenço do Oeste	Vinicius Dal Bem	extensao.slo@ifsc.edu.br
Câmpus Caçador	Greyson Alberto Rech	cere.cdr@ifsc.edu.br
Câmpus Canoinhas	Flávio Pereira da Silva	extensao.canoinhas@ifsc.edu.br
Câmpus Chapecó	Tatieli Elenice Lui	extensao.cco@ifsc.edu.br
Câmpus Criciúma	Marisilvia dos Santos	extensao.criciuma@ifsc.edu.br
Câmpus Florianópolis	Clovis Antonio Petry	extensao.florianopolis@ifsc.edu.br
Câmpus Florianópolis-Continente	Gleicy Corrêa Nunes Marques	extensao.continente@ifsc.edu.br
Câmpus Garopaba	Felix Lozano Medina	extensao.gpb@ifsc.edu.br
Câmpus Gaspar	Bárbara Silvana Sabino	cere.gaspar@ifsc.edu.br
Câmpus Jaraguá do Sul - Rau	Laline Broetto	extensao.gw@ifsc.edu.br
Câmpus Itajaí	Rita Inês Petrykowski Peixe	extensao.itj@ifsc.edu.br
Câmpus Jaraguá do Sul - Centro	Daiane Aparecida de Melo Heinzen	extensao.jar@ifsc.edu.br
Câmpus Joinville	Marlete Scremin	extensao.joinville@ifsc.edu.br
Câmpus Lages	Thais Esteves Ramos Fontana	ext.lgs@ifsc.edu.br
Câmpus Palhoça Bilíngue	Marcela Motta Drechsel	extensao.phb@ifsc.edu.br
Câmpus São Carlos	Derli Sandra Dorigon	cere.sca@ifsc.edu.br
Câmpus São José	Sandro Carlos Lima	extensao.sj@ifsc.edu.br
Câmpus São Miguel do Oeste	Tomé de Pádua Frutuoso	extensao.smo@ifsc.edu.br
Câmpus Tubarão	Gabriele Mendes da Silva	extensao.tub@ifsc.edu.br
Câmpus Urupema	Mariana de Vasconcelos Dullius	extensao.urupema@ifsc.edu.br
Câmpus Xanxerê	Aline Miriane Gueiros	cere.xxe@ifsc.edu.br

Sumário

<u>1</u>	<u>Objetivo.....</u>	<u>5</u>
<u>2</u>	<u>Definições.....</u>	<u>5</u>
<u>3</u>	<u>Proponentes.....</u>	<u>6</u>
<u>4</u>	<u>Condições de participação.....</u>	<u>6</u>
<u>5</u>	<u>Inscrição da proposta.....</u>	<u>6</u>
<u>6</u>	<u>Funções.....</u>	<u>7</u>
<u>7</u>	<u>Análise, avaliação e classificação das propostas.....</u>	<u>8</u>
<u>8</u>	<u>Habilitação à execução.....</u>	<u>10</u>
<u>9</u>	<u>Recursos financeiros.....</u>	<u>11</u>
<u>10</u>	<u>Prestação de contas.....</u>	<u>11</u>
<u>11</u>	<u>Cronograma.....</u>	<u>12</u>
<u>12</u>	<u>Disposições finais.....</u>	<u>13</u>
	<u>ANEXOS.....</u>	<u>14</u>
	<u>Anexo A – Critérios e pesos para análise, avaliação e classificação das propostas.....</u>	<u>15</u>
	<u>Anexo B – Termo de compromisso para coordenador do projeto.....</u>	<u>17</u>
	<u>Anexo C – Termo de compromisso para discente extensionista.....</u>	<u>18</u>
	<u>Anexo D – Termo de voluntariado para discentes que atuarão sem bolsa.....</u>	<u>19</u>
	<u>Anexo E – Orientações e detalhes quanto aos itens financiáveis e a prestação de contas.....</u>	<u>20</u>
	<u>Anexo F – Orientações para a elaboração de atividades de extensão.....</u>	<u>22</u>
	<u>Anexo G – Carta de demanda.....</u>	<u>25</u>

EDITAL PROEX nº 01/2018

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE APOIO AOS PROJETOS DE EXTENSÃO DO IFSC

APROEX 03

Em consonância com a Lei número 11.892 de 29, de dezembro de 2008, no artigo 7º, inciso IV e a Resolução nº 61/2016 CONSUP/IFSC, a Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), Profª. Maria Clara Kaschny Schneider, no uso de suas atribuições legais, torna público o lançamento do Edital PROEX 01/2018, de acordo com as disposições que seguem.

1 Objetivo

Apoiar a realização de atividades de extensão do tipo “projeto” em estrita aderência às diretrizes da Resolução nº 61/2016 CONSUP/IFSC, atendendo especialmente ao preceito de indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa, caracterizada pela integração da ação desenvolvida à formação técnica e cidadã do estudante e pela produção e difusão de novos conhecimentos e novas metodologias.

As propostas submetidas devem ir ao encontro das seguintes metas:

- a) divulgar a produção acadêmica, científica e tecnológica, incentivando a difusão de conhecimentos gerados no IFSC à sociedade em geral;
- b) articular as atividades locais de ensino, pesquisa e extensão com a comunidade do entorno;
- c) estimular o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- d) incentivar atividades que atendam ao Pacto Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura da Paz e dos Direitos Humanos;
- e) contribuir para a formação profissional, cidadã e crítica dos estudantes;
- f) colaborar com a promoção da permanência e do êxito discente;
- g) promover continuamente a qualidade da extensão no IFSC;
- h) fortalecer e qualificar a execução da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES);
- i) fortalecer a imagem institucional do IFSC junto a seus públicos estratégicos;
- j) colaborar com a inserção socioprofissional de egressos do IFSC;
- k) contribuir com o desenvolvimento de Santa Catarina.

2 Definições

2.1 Projeto de extensão (carga horária mínima de 40 horas): iniciativas processuais, coerentes e contínuas que, articuladas, visam ao cumprimento de objeto único em prazo determinado [de dez meses], vinculado ou não a Programa, com delimitação teórica e detalhamento de recursos necessários à execução. Deve conter objetivos geral e específicos, claros e tangíveis, indissociáveis da pesquisa e do ensino, com a atuação de discentes e servidores e a participação da comunidade externa, alinhados ao Planejamento Estratégico do IFSC. Não admite inscrições online a participantes no portal público do SIGAA.

Atenção: as propostas submetidas devem iniciar execução em 19 de fevereiro de 2018 e serem concluídas em 19 de dezembro de 2018. Propostas que apresentem data de início anterior ou de finalização posterior a estas citadas aqui serão desclassificadas sumariamente por inadequação ao edital. Mais detalhes no cronograma.

3 Proponentes

Poderão submeter propostas servidores do quadro efetivo permanente do IFSC, ativos e aposentados, desde que não estejam em licença ou em gozo de qualquer outro tipo de afastamento parcial ou integral.

4 Condições de participação

4.1 Quanto ao servidor proponente:

- a) Não ser ocupante de cargo de direção no IFSC;
- b) Não ser lotado na Diretoria de Extensão do IFSC;
- c) Dispor de carga horária para coordenar o desenvolvimento da proposta, atestada por autorização da chefia imediata via SIGAA-Extensão impreterivelmente dentro do prazo citado para este fim no cronograma do presente edital;
- d) Dispor de carga horária para orientar os extensionistas discentes no desenvolvimento das atividades de extensão projetadas na proposta;
- e) Encontrar-se adimplente com a PROEX e não possuir qualquer outro tipo de pendência em relação às normativas institucionais vigentes.

4.2 Quanto ao discente extensionista:

- a) Possuir, preferencialmente, Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) conforme diretrizes da PNAES no IFSC;
- b) Dispor de carga horária para atuar no desenvolvimento da atividade, atestada por aceite do servidor coordenador;
- c) Estar regularmente matriculado no IFSC durante toda a execução da atividade.

5 Inscrição da proposta

5.1 As propostas de atividades deverão ser cadastradas e submetidas na internet exclusivamente por meio do SIGAA-EXTENSÃO, acessível no endereço <<http://sigaa.ifsc.edu.br>>.

5.1.1 A DIREX mantém atualizados, na Intranet do IFSC, tutoriais para orientar a submissão e gestão de atividades de extensão. Para acessar os tutoriais e compreender como realizar submissões o servidor deve acessar: <<https://intranet.ifsc.edu.br>>; fazer *login*; clicar na aba “Extensão e Relações Externas”; clicar no menu “Dir. Extensão”; e, clicar no *link* “Tutoriais SIGAA-Extensão”.

5.1.2 No SIGAA-EXTENSÃO, após a finalização do cadastro do projeto, é necessário parecer da chefia imediata de cada um dos integrantes da equipe executora para que a proposta possa ascender à situação “**Submetida**”. Caso as etapas do cronograma não sejam respeitadas a respectiva proposta estará excluída do processo deste edital recebendo automaticamente a situação “**Tempo de cadastro expirado**”. Quando uma das chefias reprova a proposta, a situação é “**Proposta reprovada**” e, igualmente, a respectiva proposta estará excluída do processo deste edital.

5.1.3 A PROEX não se responsabiliza por propostas de atividades não recebidas em decorrência de eventuais problemas técnicos.

5.1.4 Cada servidor poderá submeter uma única proposta, prevalecendo sempre para o processo a submissão mais recente. O Comitê Permanente de Extensão do IFSC alterará a situação da proposta de

submissão mais antiga para “**Proposta reprovada**” e, igualmente, a respectiva proposta estará excluída do processo deste edital.

5.2 As propostas devem ser elaboradas pelo coordenador da atividade de extensão, nos moldes dos formulários disponíveis no SIGAA-Extensão.

5.3 As propostas devem perseguir as seguintes diretrizes estabelecidas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX):

- a) Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade;
- b) Interação Dialógica;
- c) Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão;
- d) Impacto e Transformação Social;
- e) Impacto na Formação do Estudante.

5.4 A redação das propostas deve ser clara e concisa e estar devidamente preenchida, seguindo as orientações para a elaboração de atividades de extensão constantes no **Anexo F**.

5.5 Dada a natureza das atividades de extensão, as propostas devem articular-se com o entorno do câmpus proponente e, para comprovar tal relacionamento neste edital de dez meses, é obrigatório o envio de, pelo menos, uma carta de demanda emitida por ente externo em favor do servidor coordenador da proposta. O **Anexo G** apresenta os elementos mínimos necessários à carta de demanda. A ausência deste anexo nas propostas submetidas ou a falta de relação explícita da demanda com a área de atuação do emitente da carta implicam na desclassificação da proposta de projeto.

6 Funções

O SIGAA-EXTENSÃO possui várias funções disponíveis, tais como: coordenador; aluno(a) bolsista; aluno(a) em atividade curricular; aluno(a) voluntário(s); analista de operações; assessor; auxiliar técnico; colaborador(a); consultor/tutor; coordenador adjunto; instrutor/ supervisor; ministrante; e orientador.

6.1 A escolha da função é feita pelo servidor proponente e pode ocorrer no ato do cadastro da proposta ou durante a execução da atividade.

6.2 Um membro de equipe executora pode ter uma única função em cada atividade. Quando a atividade principal possuir atividades vinculadas ou miniatividades, é possível que um membro de equipe executora venha a assumir mais de uma função.

6.3 A DIREX/PROEX orienta o uso e define as obrigações para as seguintes funções:

6.3.1 Coordenador(a):

- 6.3.1.1 Acompanhar o cronograma e zelar pelo êxito das diversas etapas;
- 6.3.1.2 Providenciar a documentação necessária à habilitação e execução da proposta, para o repasse de auxílios e bolsas e por dar cumprimento a outras exigências legais contidas neste ou noutras legislações vigentes;
- 6.3.1.3 Manter-se adimplente frente as normas institucionais vigentes;
- 6.3.1.4 Informar à DIREX/PROEX sobre necessidades de substituição de discentes bolsistas providenciando os trâmites necessários à finalização do vínculo de quem sai e da acolhida e regularidade de quem entra;
- 6.3.1.5 Manter atualizados no SIGAA-EXTENSÃO a composição da equipe executora, os planos de trabalho e outras informações próprias da gestão das atividades;

6.3.1.6 Orientar os discentes extensionistas quanto a conduta destes e demais membros da equipe executora durante as atividades;

~~6.3.1.7 Ter no mínimo curso de graduação completo;~~

6.3.1.8 Administrar os recursos financeiros recebidos em conformidade com a legislação vigente e prestar contas de acordo com o que prevê o edital;

6.3.1.9 Promover a oficialização de parceria institucional nos casos que se enquadrem na IN 03/2016 do IFSC, quando couber.

6.3.2 Aluno(a):

6.3.2.1 Acompanhar o cronograma e zelar pelo êxito das diversas etapas sempre a partir das orientações dos servidores da equipe executora, especialmente o coordenador da atividade;

6.3.2.2 Informar imediatamente à coordenação da atividade sobre indisponibilidade de horário, mudança de vínculo, irregularidades na matrícula ou outros fatos que possam colocar em risco o bom andamento da atividade de extensão;

6.3.2.3 Aceitar Termo de Compromisso no caso de receber bolsa;

6.3.2.4 Aceitar Termo de Voluntariado no caso de não receber bolsa;

6.3.2.5 Cumprir a carga horária disposta em seu plano de trabalho discente;

6.3.2.6 Participar das ações de divulgação e fortalecimento das atividades de extensão do IFSC.

6.3.3 Dos demais membros de equipe executora, independente da função atribuída no SIGAA-EXTENSÃO:

6.3.3.1 Acompanhar o cronograma e zelar pelo êxito das diversas etapas sempre a partir das orientações do coordenador da atividade;

6.3.3.2 Aceitar Termo de Voluntariado no caso de ser externo ou de não pertencer ao quadro permanente do IFSC, especialmente professor substituto e temporário.

7 Análise, avaliação e classificação das propostas

7.1 O Comitê Permanente de Extensão do IFSC distribuirá as propostas submetidas ao banco de avaliadores *ad hoc* garantindo sempre que possível:

7.1.1 Não distribuição de propostas a avaliadores lotados ou em exercício no mesmo Câmpus de origem da proposta em processo de avaliação;

7.1.2 Aderência entre área temática da proposta e área temática de *expertise* declarada pelo avaliador;

7.1.3 Três avaliações por proposta de atividade submetida.

7.2 O avaliador *ad hoc*, ao receber convite para avaliar proposta de atividade de extensão do IFSC via SIGAA-EXTENSÃO, pode aceitar ou recusar participação. Ao aceitar, assume as seguintes responsabilidades:

7.2.1 Guardar privacidade e sigilo das informações que venha a ter conhecimento em razão do exercício das atividades de avaliador *ad hoc* especialmente em virtude do processo avaliativo;

7.2.2 Manter atualizadas as informações de seu cadastro no banco de avaliadores *ad hoc*;

7.2.3 Ter conhecimento do edital e clareza dos critérios avaliativos do processo em curso do qual participa.

7.3 As propostas serão avaliadas a partir dos critérios e pesos elencados no **Anexo A** deste Edital;

7.4 A nota de cada avaliação (P) será o resultado da soma das notas atribuídas no quesito (p) multiplicada pelo respectivo peso (n), dividida pelas somas dos pesos, expressa por $P = \frac{\sum (n.p)}{\sum n}$, onde:

P = nota do avaliador na proposta;
p = nota do quesito;
n = peso do quesito.

7.4.1 A nota final da proposta é resultado da média das três avaliações *ad hoc*.

7.5 O Comitê Permanente de Extensão do IFSC reserva-se ao direito de não distribuir para avaliação de banco *ad hoc* propostas que manifestamente descumpram o que estabelece este edital ou a Resolução nº 61/2016 CONSUP/IFSC.

7.5.1 Considera-se como limite à verificação do atendimento do previsto no item 7.5 o dia útil imediatamente posterior ao encerramento das aprovações das chefias.

7.5.2 As propostas que se enquadrarem no que estabelece o item 7.5 receberão a situação “reprovada” no SIGAA-EXTENSÃO.

7.5.3 Servidores com propostas reprovadas com base no item 7.5 poderão requerer esclarecimentos da motivação exclusivamente pelo e-mail “extensao@ifsc.edu.br”.

7.6 Após finalizada a etapa de avaliações pelo banco *ad hoc*, o Comitê Permanente de Extensão do IFSC gerará a classificação das propostas ativas na concorrência indicando quantas estão aptas à habilitação para recebimento de recursos financeiros.

7.6.1 As propostas concorrentes, após manifestação do Comitê Permanente de Extensão do IFSC, passarão da situação “**Aguardando avaliação**” para:

7.6.1.1 Aprovada com recursos: atividade de extensão aprovada com recursos da PROEX, de acordo com os quantitativos previsto no edital.

7.6.1.2 Aprovada com recursos do câmpus: atividade de extensão aprovada com recursos do câmpus, de acordo com os quantitativos manifestados pelos câmpus via memorando.

7.6.1.3 Classificada (Aprovada sem recursos): atividade não alcançou classificação dentro do número passível de fomento previsto no edital.

7.7 O Comitê Permanente de Extensão do IFSC poderá, de forma complementar, considerando a implantação do SIGAA, dar publicidade da lista de classificação-geral das propostas noutros canais de comunicação do IFSC.

7.8 A partir desta fase, a classificação-geral das propostas torna-se pública aos usuários do SIGAA-EXTENSÃO e os proponentes têm acesso às respectivas avaliações de suas atividades.

7.9 Conforme cronograma e conhecidas as avaliações emitidas em sua atividade, o servidor coordenador de proposta poderá solicitar reconsideração.

7.9.1 A solicitação de reconsideração é admitida exclusivamente via SIGAA-EXTENSÃO;

7.9.2 As solicitações de reconsideração são analisadas pelo Comitê Permanente de Extensão do IFSC;

7.9.2.1 Caso a solicitação de reconsideração seja acatada pelo Comitê Permanente de Extensão do IFSC, a proposta será devolvida ao proponente para ajustes e deverá ser submetida novamente para avaliação;

7.9.2.2 Caso a solicitação de reconsideração não seja acatada pelo Comitê Permanente de Extensão do IFSC, a classificação-geral e a situação da proposta permanecerão inalteradas;

7.9.3 Caso após apreciação e manifestação de solicitação de reconsideração pelo Comitê Permanente de Extensão do IFSC o coordenador proponente permanecer insatisfeito com os resultados, pode requerer recurso ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFSC (CEPE).

8 Habilitação à execução

8.1 Todas as propostas classificadas estão aptas à fase de habilitação para execução.

8.2 A definição de execução de atividade classificada poderá ocorrer:

8.2.1 Com fomento direto da PROEX: para aquelas propostas com situação “Aprovada com recursos”.

8.2.2 Com fomento do câmpus: para aquelas propostas com situação “Aprovada com recursos do câmpus”, onde houve manifestação prévia de interesse do câmpus.

8.2.2.1 Havendo disponibilidade orçamentária, o câmpus poderá manifestar, via memorando SIPAC, o quantitativo de propostas que poderão ser fomentadas pelo câmpus.

8.2.2.1.1 Este quantitativo deverá seguir os critérios estabelecidos neste edital e as propostas contempladas seguirão a ordem da classificação-geral do edital.

8.2.2.1.2 As coordenadorias de extensão de câmpus têm até o dia **06 de fevereiro de 2018** para enviar o memorando à DIREX/PROEX, informando o quantitativo possível de fomento.

8.2.2.2 Quando o fomento ocorrer com recursos próprios de Câmpus, os processos de pagamento de bolsas, solicitação de seguro, termos de compromisso, relatórios, arquivos e demais fases administrativas da gestão de atividades são de responsabilidade da coordenadoria de extensão do câmpus em questão.

8.2.3 Sem fomento: para aqueles servidores que decidirem executar a atividade sem percepção de repasse de recursos pela PROEX e pelo câmpus, tal qual no chamado fluxo contínuo.

8.2.3.1 As propostas que serão realizadas sem fomento, deverão entrar em execução no SIGAA-EXTENSÃO até o dia **1º de março de 2018**.

8.2.3.1.1 As propostas que não entrarem em execução dentro deste prazo, terão o seu status alterado pela DIREX para “**Registro Aprovado**” e não poderão ser executadas.

8.3 O cronograma do edital PROEX deve ser respeitado em todos os casos e etapas.

8.4 Caso o coordenador proponente descumpra algum item do presente edital, especialmente a entrega da documentação que habilita a proposta à execução, o Comitê Permanente de Extensão do IFSC reserva-se o direito de reprovar a proposta no SIGAA-EXTENSÃO e convocar o próximo classificado. Portanto, a classificação associada ao edital é dinâmica e não definitiva.

8.5 Enquanto o SIGAA-Acadêmico>Portal Discente não está operando plenamente, os servidores contemplados com recursos, com situação “**Aprovada com recursos**” e “**Aprovada com recursos do câmpus**”, ficam convocados nos termos deste edital e conforme período previsto no cronograma a proceder a entrega dos seguintes documentos:

8.5.1 termo de compromisso do coordenador da proposta – **Anexo B**;

8.5.2 termo de compromisso do(s) discente(s) extensionista(s) devidamente assinado(s) – **Anexo C**

8.6 A documentação citada no item 8.5 deverá ser enviada em arquivo único PDF, impreterivelmente conforme cronograma, para:

8.6.1 o endereço <extensao@ifsc.edu.br>, as propostas que serão **executadas com recursos PROEX**.

8.6.2 o endereço de e-mail da coordenadoria de extensão do câmpus, as propostas que serão **executadas com recursos do câmpus ou executadas sem fomento**.

8.7 As propostas que contarem com a participação de voluntários (discentes e/ou convidados externos) devem enviar ao setor responsável pela implantação de seguros no câmpus o seguinte documento:

8.7.1 termo de voluntariado para discentes e convidados externos que atuarão sem bolsa – **Anexo D**.

8.8 O servidor que coordena atividades de extensão no IFSC deve viabilizar o seguro de seus discentes antes de envolvê-los em atividades próprias da fase de execução.

8.8.1 Atividades fomentadas com recursos da PROEX têm seguro implementado pela equipe técnica da DIREX/ Reitoria.

8.8.2 Atividades fomentadas com recursos do câmpus e atividades de fluxo contínuo têm o seguro viabilizado pelo próprio Câmpus por meio da coordenadoria de extensão local.

8.9 Servidores afastados, em licenças de quaisquer tipos não podem constar na proposta como coordenação ou equipe executora. Quando o coordenador contemplado passa para a situação prevista neste item durante a execução da atividade, deve nomear outro servidor para a coordenação. A operação é feita pelo próprio interessado na gestão da atividade no SIGAA-EXTENSÃO. Em caso de dúvida, ver tutoriais na intranet do IFSC na página da Extensão.

9 Recursos financeiros

Conforme Plano Anual de Trabalho (PAT) da PROEX, este edital prevê o repasse global de **R\$ 120.000,00** (cento e vinte mil reais) a serem assim distribuídos a até **15** (quinze) propostas contempladas:

Tipo de repasse	Número máximo de bolsistas permitidos por proposta	Número máximo de parcelas	Vigência da execução	Valor individual da parcela	Valor total por tipo de repasse para cada atividade contemplada
Bolsa para extensionista discente (339018)	1	10	10 meses	R\$ 400,00	R\$ 4.000,00
Auxílio ao servidor (pessoa física) (339048)	1	01	10 meses	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00

9.1 O auxílio financeiro a que este Edital se refere será concedido em conformidade com a disponibilidade orçamentário-financeira do IFSC.

9.2 Havendo substituição do coordenador durante a vigência da execução, o servidor que assumir deverá assinar termo de compromisso no qual se responsabiliza pela continuidade das ações planejadas, prestação de contas e relatórios.

9.2.1 A chefia imediata do novo coordenador deverá manifestar-se no SIGAA-EXTENSÃO quanto à autorização de atuação e designação de carga horária.

10 Prestação de contas

O coordenador da atividade é responsável pela gestão dos recursos repassados em conta bancária de sua titularidade e, igualmente, é responsável pela condução da execução que culmina no cumprimento dos procedimentos de relatório técnico no SIGAA-EXTENSÃO.

10.1 A prestação de contas será feita ao final da execução da atividade, conforme cronograma.

10.2 No caso de prestação de contas da execução financeira, o coordenador deve manter sob sua responsabilidade todos os comprovantes de despesas vinculadas à execução da atividade, digitalizá-los em arquivo único PDF e, no ato de submissão do relatório final de prestação de contas no SIGAA-EXTENSÃO, incluir este arquivo para apreciação da DIREX/PROEX.

10.3 O **Anexo E** apresenta orientações e detalhes quanto aos itens financiáveis e a prestação de contas.

10.4 Dúvidas quanto ao uso dos recursos repassados como fomento à atividade de extensão podem ser esclarecidas por escrito no e-mail institucional dos Departamentos de Administração de cada câmpus.

10.4.1 Casos omissos quanto ao uso dos recursos serão apreciados pelo Comitê Permanente de Extensão do IFSC, devendo a consulta ocorrer sempre com pelo menos **15 dias** de antecedência à execução da despesa, exclusivamente pelo e-mail <extensao@ifsc.edu.br>.

10.5 Caso venha a existir saldo entre o valor repassado e as despesas comprovadas, o coordenador deve procurar a coordenadoria de extensão do seu Câmpus para emissão de Guia de Recolhimento à União (GRU), devolvendo o valor que sobrou.

11 Cronograma*

Início do cadastro de propostas	data da publicação *
Data limite para cadastro de propostas	17/12/2017
Autorizações das chefias imediatas até	20/12/2017 21/12/2017
Envio de memorando com manifestação de interesse de fomento do câmpus até	06/02/2018
Análise das propostas recebidas até	07/02/2018
Divulgação do resultado até	08/02/2018
Prazo para solicitação de reconsideração	08 a 14/02/2018
Análise de solicitação de reconsideração até	16/02/2018
Manifestação do Comitê sobre pedidos de reconsideração até	19/02/2018
Entrega da documentação pelos aprovados com recursos	08 a 19/02/2018
Aceite do Termo de Compromisso (definição da execução)	19/02/2018
Período de execução	19/02/2018 a 19/12/2018
Entrega dos relatórios finais até	28/12/2018
Análise dos relatórios finais até	30/01/2019
Disponibilização dos certificados para equipes executoras	após aprovação dos relatórios finais

* considera-se sempre o limite de 23h59min, horário de Brasília.

12 Disposições finais

12.1 O presente Edital será publicado no SIGAA-EXTENSÃO (endereço eletrônico <sigaa.ifsc.edu.br>). É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as publicações referentes a este edital bem como gerenciar notificações do SIGAA-Extensão em seu e-mail institucional.

12.2 Dúvidas decorrentes deste Edital devem ser enviadas exclusivamente por escrito para o e-mail <extensao@ifsc.edu.br>. Caso a resposta esteja presente explicitamente no edital, a equipe técnica da DIREX reserva-se o direito de responder unicamente com o indicativo do item em questão.

12.3 A candidatura às vagas deste edital implica na tácita aceitação das condições estabelecidas no presente documento e das normas vigentes no âmbito do IFSC, das quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

12.4 A qualquer tempo este Edital poderá ser revogado ou anulado no todo ou em parte por motivo de interesse público, sem que isso implique direito à indenização de qualquer natureza.

12.5 O repasse dos auxílios concedidos por este Edital estão condicionados às disponibilidades orçamentária–financeira do IFSC.

12.6 Os casos omissos serão resolvidos pela DIREX/PROEX.

Florianópolis, 14 de novembro de 2017.

Maria Clara Kaschny Schneider
Reitora do IFSC

Publicação autorizada pelo documento Sipac nº. 23292.042867/2017-56

ANEXO B – RESOLUÇÃO 61/2018/CS/IFSC



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO CONSUP Nº 61, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

Regulamenta as Atividades de Extensão no IFSC.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008; a Lei nº 11.784 de 22 de setembro de 2008; a portaria SETEC/MEC nº 17, de 11 de maio de 2016; a Resolução 41/2014 do IFSC; a Lei 13.005 (PNE); as diretrizes do Conif para extensão na Rede Federal de EPCT,

Considerando a deliberação da 44ª Reunião Ordinária do Conselho Superior, reunido em 12 de dezembro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Regulamentação das Atividades de Extensão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, em anexo.

Art. 2º Revogar as Resoluções CONSUP nº 20/2013 e 14/2014.

MARIA CLARA KASCHNY SCHNEIDER

ANEXO

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO NO IFSC

CAPÍTULO I

DA DEFINIÇÃO

Art. 1º A extensão é entendida como um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre o IFSC e a sociedade de forma indissociável ao ensino e à pesquisa.

Art. 2º Enquanto processo, a extensão compreende um conjunto de atividades em que o IFSC promove a articulação entre os saberes com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento.

Art. 3º As atividades de extensão são aquelas relacionadas ao compartilhamento mútuo de conhecimento produzido, desenvolvido ou instalado no âmbito da instituição e estendido à comunidade externa.

§ 1º: as atividades de extensão devem promover a transformação social no entorno dos câmpus do IFSC envolvendo servidores e discentes por meio de programas, projetos, cursos, eventos ou produtos.

§ 2º: para fins desta resolução, considera-se extensionista todo servidor, discente ou cidadão da comunidade externa com vínculo oficial em atividades de extensão do IFSC.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 4º As atividades de extensão têm como **objetivos:**

- I) constituir-se enquanto espaço possível à troca de saberes, conhecimentos e experiências;
- II) promover interação dialógica entre a sociedade, os servidores e os discentes;
- III) integrar o ensino e a pesquisa às demandas da sociedade;
- IV) construir soluções atreladas às demandas da sociedade;
- V) colaborar com a formação integral do cidadão para além da prática acadêmica, desenvolvendo principalmente consciência social, artística, cultural, ambiental e política;
- VI) auxiliar no desenvolvimento regional sustentável em todas as suas dimensões;

- VII) articular políticas que oportunizem o acesso à educação estabelecendo mecanismos de inclusão;
- VIII) promover a autorreflexão institucional possibilitando revisão das práticas formativas.

Art. 5º As atividades de extensão do IFSC têm como **princípios**:

- I) impacto e transformação social a partir da educação;
- II) desenvolvimento integral do discente;
- III) aproximação contínua dos extensionistas com o mundo do trabalho;
- IV) indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- V) inserção socioprofissional discente;
- VI) responsabilidade socioambiental dos extensionistas;
- VII) interdisciplinaridade;
- VIII) contribuição à superação das desigualdades sociais e ao desenvolvimento regional;

CAPÍTULO III

DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Art. 6º Constituem-se tipos de atividades de extensão:

I) Programa: um conjunto integrado de pelo menos dois projetos e outras atividades de extensão, de caráter contínuo, regular, multidisciplinar e indissociável à pesquisa e ao ensino, com a participação de discentes, servidores e da comunidade externa, alinhado ao Planejamento Estratégico do IFSC.

II) Projeto (*carga horária mínima de 40 horas*): iniciativas processuais, coerentes e contínuas que, articuladas, visam ao cumprimento de objeto único em prazo determinado, vinculado ou não a Programa, com delimitação teórica e detalhamento de recursos necessários à execução. Deve conter objetivos geral e específicos, claros e tangíveis, indissociáveis da pesquisa e do ensino, com a atuação de discentes e servidores e a participação da comunidade externa, alinhados ao Planejamento Estratégico do IFSC.

III) Curso (*carga horária máxima de 160 horas*): atividade pedagógica de caráter teórico e prático, de oferta não periódica, presencial ou a distância, com objetivos, carga horária, ementa, cronograma e critérios de avaliação definidos em formulário próprio disponibilizado pela Diretoria de Extensão. Deve ser indissociável da pesquisa e do ensino, com a atuação de discentes e servidores e a participação da comunidade externa, alinhado ao Planejamento Estratégico do IFSC. Alunos IFSC podem atuar ativamente nos cursos de extensão, sempre sob orientação. Os cursos de

extensão do IFSC obedecerão ao que segue:

- a) o registro de interesse de acesso aos cursos far-se-á mediante preenchimento de ficha de inscrição, que pode ser física ou digital;
- b) a coordenadoria de extensão do câmpus é responsável pelo recebimento das inscrições;
- c) no caso de existir exigência de pré-requisito, deverá ser comprovado no ato da inscrição à coordenadoria de extensão responsável;
- d) caso o número de inscritos supere a previsão de vagas, a seleção dos cursistas será: (a) realizada **por sorteio público** pelas coordenadorias de extensão do câmpus e do respectivo curso; (b) realizada, respeitando a **ordem cronológica de inscrição**.
- e) Quando houver sorteio, a ata deverá ser redigida e publicada com a ordem dos classificados.
- f) A certificação emitida aos cursistas concluintes será exclusivamente de participação, respeitados os critérios definidos para a atividade e a situação de cada envolvido constante do seu relatório final.

IV) Evento (*carga horária máxima de 40 horas distribuídas em até sete dias consecutivos*): é a atividade de extensão menos complexa, pontual, que preferencialmente deve estar contida em planejamento de atividades maiores como o projeto, visando promover e divulgar mutuamente conhecimentos produzidos no processo de aprendizagem, com a atuação de discentes e servidores e a participação da comunidade externa.

§ 1º com a qualificação da extensão no IFSC, a Diretoria de Extensão espera que as atividades isoladas estejam atreladas a projetos institucionais, numa perspectiva processual e nunca estanque.

§ 2º são exemplos de eventos de extensão no IFSC: visita técnica; viagem de estudos; saída de campo; oficina; campeonatos; maratonas; conclave; apresentação; seminário; conferência; congresso; debate; ciclo de estudos; encontro; dia de campo; espetáculo; concerto; exposição; feira; festival; fórum; jornada; mesa redonda; mostra; olimpíada; concurso; palestra; recital; semana de estudos; *workshop*; simpósio; torneio; reunião e peça teatral.

V) Produto: é a atividade que se caracteriza por ser decorrente do fazer extensionista, sempre resultado de uma outra atividade de extensão com registro institucional.

§ 1º toda e qualquer atividade de extensão do IFSC deve gerar pelo menos o produto “Relato de Experiência”, conforme modelo disponibilizado pela Diretoria de Extensão.

§ 2º são exemplos de produtos de extensão no IFSC: *softwares*; aplicativos; protótipos; desenhos técnicos; patentes; simuladores; objetos de aprendizagem; games; insumos alternativos; processos e procedimentos operativos inovadores; relatórios; relatos; cartilhas; revistas; manuais; jornais; informativos; livros; anais; cartazes; artigos; resumos; *pôster*; *banner*; *site*; portal; *hotsite*; fotografia; vídeos; áudios; tutoriais.

Art. 7º - Na proposição de prestação de serviços, pretendido como extensão, admite-se apenas o tipo “projeto” e a proposta deverá atender às exigências desta resolução e às normas específicas que regulam a matéria.

Parágrafo único: no caso de atividades esporádicas amparadas pelo artigo 21 da lei 12.772/2012, a prestação de serviços correrá conforme previsto em regulamentação própria do IFSC.

Art. 8º. As atividades de extensão no IFSC seguirão as diretrizes estabelecidas pelo Fórum de Extensão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (FORPROEXT), publicadas em 2012 pela Câmara de Extensão do Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) perseguindo o cumprimento dos respectivos indicadores e priorizando a concepção de extensão enquanto dimensão de indução do desenvolvimento local, regional e nacional.

Art. 9º. Somente poderão ser consideradas atividades de extensão do IFSC aquelas registradas junto à Diretoria de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas ou das Coordenadorias de Extensão dos Câmpus do IFSC conforme estabelecido nesta resolução.

§ 1º cada atividade de extensão registrada no IFSC receberá um número único de identificação que deverá constar dos documentos decorrentes ou relacionados à atividade, tais como relatórios de execução, plano semestral de atividades docentes e certificados.

§ 2º admite-se o pedido de registro de atividade de extensão no IFSC até 60 (sessenta) dias da conclusão.

CAPÍTULO IV

DA PROPOSIÇÃO, APROVAÇÃO, REGISTRO, EXECUÇÃO, RELATÓRIO E CERTIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Art. 10 Os processos administrativos das atividades de extensão tramitam exclusivamente via Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA - Extensão).

Art. 11 As atividades de extensão no IFSC devem, preferencialmente, estar vinculadas a editais, que podem ser específicos ou gerais.

§ 1º os editais específicos são aqueles que geram fomento aos proponentes contemplados e têm cronograma especificado no ato de publicação.

§ 2º os editais gerais são aqueles de fluxo contínuo que não geram fomento IFSC aos proponentes e aceitam propostas de atividades de extensão a qualquer tempo.

Art. 12 Servidores extensionistas que tenham interesse em submissão de proposta de atividade de extensão para candidatura em oportunidades externas de fomento devem encaminhar a proposta para DIREX/PROEX com tempo hábil à análise, emissão de parecer técnico, registro e carta de anuência a ser exarada pelo Gabinete da Reitoria a pedido da DIREX/PROEX.

§ 1º o *caput* não se aplica para submissões de propostas em oportunidades externas para as quais o IFSC tenha lançado chamada pública específica de seleção.

§ 2º submissões de propostas para candidatura em oportunidades externas de fomento que não atentem ao *caput* não receberão registro institucional.

Seção I Da proposição

Art. 13 - A proposição de atividade de extensão deverá ser apresentada por servidor do quadro permanente do IFSC, pelo SIGAA - Extensão, para análise e aprovação da chefia imediata, da Coordenadoria de Extensão do câmpus, do Dirigente de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE) e Direção-Geral do câmpus.

§ 1º se lotado na Reitoria, o servidor proponente deverá buscar um câmpus co-executor no qual garantirá o envolvimento discente.

§ 2º se lotado na Reitoria, o servidor proponente deverá buscar, além da análise e aprovação das instâncias listadas do *caput*, autorização de sua chefia imediata.

§ 3º o SIGAA - Extensão vincula os pareceres às respectivas instâncias, conforme organograma

regimental de cada unidade gestora.

Art. 14 - Nos casos de proposição de atividade de extensão do tipo projeto, que envolva experimentação com seres humanos ou com animais, ou que utilizem técnicas de engenharia genética ou organismos geneticamente modificados, cabe ao proponente as tratativas legais junto a comitê de ética por meio da Plataforma Brasil <<http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil/login.jsf>>.

Art. 15 - As atividades de extensão com envolvimento de parceiros externos devem atender às orientações institucionais vigentes para oficialização de parceria.

Seção II Da aprovação

Art. 16 - As atividades de extensão são consideradas aprovadas quando vencidas as etapas de análise e parecer previstas no Art. 13.

§ 1º no ato de emissão de parecer sobre proposição de atividade de extensão, as instâncias listadas no Art. 13 devem considerar o especificado nesta resolução sem prejuízo das demais, especialmente aquelas que tratam da distribuição da carga horária dos servidores docentes e, em todos os casos, respeitada a jornada de trabalho do corpo técnico administrativo.

§ 2º no ato de emissão de parecer sobre proposição de atividade de extensão, as instâncias listadas no Art. 13 devem considerar o envolvimento da comunidade externa e a atuação de corpo discente.

Seção III Do registro

Art. 17 - Só poderão ser consideradas atividades institucionais de extensão aquelas propostas e aprovadas na DIREX/PROEX.

Art. 18 - A Diretoria de Extensão do IFSC fará a gestão do SIGAA - Extensão com o objetivo de assegurar o reconhecimento acadêmico para fins de avaliação de desempenho dos docentes, técnicos e discentes. Ainda, tais registros comporão os indicadores de Extensão do IFSC para prestações de contas e demais documentos institucionais.

Art. 19 - As substituições de coordenação de atividades de extensão em execução devem ser comunicadas à coordenadoria de extensão do respectivo câmpus, sem prejuízo de outros procedimentos previstos em edital.

Seção IV Da execução

Art. 20 - O extensionista discente deverá ter seu seguro regularizado junto à coordenadoria de extensão do câmpus antes de iniciar as atividades previstas.

Parágrafo único - a coordenadoria de extensão do câmpus de lotação do proponente coordenador da atividade de extensão é a responsável por providenciar seguro para todos os envolvidos, exceto servidores IFSC.

Art. 21 - Para o exercício de atividades de extensão a composição da carga horária dos servidores obedecerá à regulamentação vigente.

Seção V Do relatório

Art. 22 - Ao final da execução de cada atividade de extensão o coordenador deve apresentar relatório conforme previsto no respectivo edital.

Parágrafo único: o cumprimento do que estabelece o edital ao qual está vinculada a atividade de extensão é pré-requisito para aprovação de outras propostas do mesmo coordenador.

Art. 23 - Para atividades de extensão desenvolvidas com fomento financeiro da PROEX/DIREX é exigido o relatório de prestação de contas sobre as despesas executadas com os recursos repassados.

Parágrafo único: o coordenador da atividade é o responsável por juntar e arquivar os comprovantes de gastos, sem prejuízo de outras legislações e das regras estabelecidas no respectivo edital.

Seção VI Da certificação

Art. 24 - A extensão do IFSC confere dois tipos de certificação para atividades de extensão: certificado de participante e certificado de equipe executora.

Parágrafo único: é pré-requisito para qualquer certificação a aprovação do respectivo relatório da atividade.

CAPÍTULO V

DO FOMENTO FINANCEIRO ÀS ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Art. 25 - Anualmente a Pró-Reitoria de Extensão e os Câmpus do IFSC deverão prever em seus Planos Anuais de Trabalho (PAT) recursos para fomento às atividades de extensão.

Art. 26 - Os editais do APROEX são abertos a todos os câmpus e poderão ter seus recursos previstos distribuídos em cotas.

Art. 27. No caso de captações externas, a carta de anuência institucional deverá ser solicitada conforme Art. 12.

Art. 28. A participação dos servidores do IFSC em atividades de extensão conforme dispõe o artigo 6º desta resolução se dará com ou sem percepção de auxílios financeiros.

Art. 29. Os auxílios repassados pela PROEX/DIREX aos extensionistas servidores e discentes do IFSC são denominados “bolsa de extensão”.

Art. 30. O pagamento de bolsa de extensão se dará somente para atividades inerentes ao processo ensino-pesquisa-extensão, apoiadas por órgão de fomento e de acordo com as políticas e diretrizes institucionais, garantindo sempre a manifestação da chefia imediata do proponente.

Art. 31. O valor de referência para composição do valor máximo de auxílio pago por meio de bolsas de extensão do IFSC aos servidores será o maior vencimento básico da Administração Pública Federal, conforme disposto na Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentada pelo Decreto nº 6.114, de 15 de maio de 2007.

CAPÍTULO VI

DA GESTÃO DOS RECURSOS

Art. 32. As atividades de extensão podem ser desenvolvidas em parceria com ou sem contrapartida

do parceiro externo.

§ 1º As receitas, destinadas ao IFSC, advindas de projetos interinstitucionais integrarão o orçamento da instituição.

§ 2º Excetua-se do disposto no parágrafo anterior os projetos com captação de recursos junto a órgãos governamentais de fomento, cujo instrumento de formalização da parceria preveja a realização da sua gestão pelo próprio coordenador.

Art. 33. A captação de recursos financeiros para a viabilização dos projetos será de responsabilidade do proponente do projeto.

Art. 34. Os programas e projetos, quando envolverem a captação de recursos financeiros, terão a sua gestão executada pelo próprio IFSC, por meio da Pró-Reitoria de Administração, por Fundação de Apoio, devidamente credenciada ao IFSC, ou por instituição parceira mediante celebração de instrumento jurídico específico.

§ 1º A gestão financeira dos projetos de extensão por uma Fundação de Apoio ou instituição parceira observará a resolução interna das fundações e a legislação aplicável à espécie e os termos de convênios ou contratos específicos celebrados com o IFSC.

§ 2º A Fundação de Apoio ou instituição parceira deverá, ao final do projeto, apresentar relatório financeiro à Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas.

Art. 35. Os projetos com captação de recursos financeiros deverão prever o recolhimento, sobre o montante total dos recursos financeiros destinados ao IFSC, dos seguintes valores.

- I) 5% (cinco por cento) destinado ao Câmpus do IFSC ao qual o projeto está vinculado;
- II) 2% (dois por cento) destinados a atividades de incentivo à extensão no IFSC, gerenciados pela Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas do IFSC.

§ 1º Para o projeto que envolva mais de um câmpus, departamento acadêmico ou equivalente ou órgão suplementar, a elaboração do orçamento deverá ser proporcional a participação de cada campus no projeto, sobre a qual incidirá o percentual de recolhimento previsto nos incisos I e II deste artigo.

§ 2º Para os projetos que envolvem a captação de recursos em órgãos de fomento, o recolhimento previsto no *caput* deste artigo pode não se aplicar, desde que esteja prevista a não incidência nos respectivos instrumentos de parceria.

CAPÍTULO VII

DA PARTICIPAÇÃO DOS DISCENTES DO IFSC

Art. 36. O envolvimento de alunos como executores ou colaboradores em atividades de extensão é fator de importância para o fortalecimento da indissociabilidade de ensino-extensão.

§ 1º As atividades de extensão desenvolvidas por discentes devem, prioritariamente, estar vinculadas aos eixos temáticos dos cursos aos quais estão matriculados nos termos e concepções desta resolução.

§ 2º Os discentes deverão possuir seguro de acidentes pessoais durante o período de vigência da atividade.

§ 3º Os discentes deverão firmar termo de compromisso ou de voluntariado.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37. Os casos omissos na presente resolução serão submetidos ao Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE).

Art. 38. Os trâmites SIGAA - Extensão para submissão, aprovação, execução, acompanhamento e relatório das atividades de extensão poderão ser explorados em instrução normativa expedida pela PROEX, visando à capacitação dos servidores e qualificação da gestão das atividades.

Art. 39. Esta resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art. 40. Revogam-se as demais disposições em contrário.

MARIA CLARA KASCHNY SCHNEIDER
PRESIDENTE DO CONSUP